

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE**

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE**



**“ Um olhar sobre as raízes culturais do Norte Alentejano”**

**Percurso social, cultural e educativo do Grupo Folclórico  
e Cultural da Boavista**

Armanda da Conceição Carrapiço Pinheiro da Silva

MESTRADO EM FORMAÇÃO DE ADULTOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Portalegre, 2011

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE**

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE**



**“ Um olhar sobre as raízes culturais do Norte Alentejano”**

**Percurso social, cultural e educativo do Grupo Folclórico  
e Cultural da Boavista**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Formação  
de Adultos e Desenvolvimento Local

Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria João Mogarro

Portalegre, 2011

## **Agradecimentos**

Este trabalho resulta muito da ajuda, apoio e incentivo daqueles que comigo partilharam esta jornada, pelo que quero deixar o meu agradecimento.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria João Mogarro manifesto a minha gratidão pela sua simpatia desde o nosso primeiro encontro, pelas críticas sempre positivas e conselhos, mas, sobretudo pelo estímulo e ajuda na concretização deste projecto.

Um obrigado a todos os elementos e amigos do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, muito em especial, ao Sr. Manuel Braga e D. Fernanda Bacalhau que comigo colaboraram, mostrando-se sempre incansáveis, tornando a concretização deste trabalho possível.

À minha amiga Sónia Basso que muita força e apoio me deu e que jamais esquecerei as palavras sempre sinceras que me dava sempre um alento para continuar.

À minha mãe, irmã e cunhado que sempre me ajudaram e motivaram a fazer este percurso.

Ao meu pai, que não estando já presente entre nós, sempre se orgulhou da minha grande força de vontade em realizar os meus sonhos.

Ao meu sobrinho Salvador com seis meses de idade e que muitas vezes só de olhar para ele transmitiu-me muita energia para continuar com o meu árduo trabalho.

E finalmente, porque os últimos são sempre os primeiros na minha vida e no meu coração, o meu imenso obrigado ao meu marido, Avelino Silva e aos meus filhos Ivan e Filipa pelo carinho, apoio e todas as palavras de incentivo proferidas e, principalmente, pela tolerância que demonstraram pelas horas e horas que eu deixei de estar com eles.

Sem vocês nada disto teria sido possível...

## **Resumo**

A presente investigação, sustentada por um estudo de caso, insere-se no campo do associativismo, como espaço de educação e formação informal, evidenciando, assim, as potencialidades das associações enquanto local privilegiado de experiências, convívio e partilha dos cidadãos na vida em sociedade.

A partir da caracterização e do estudo exaustivo do G.F.C.B. – Grupo Folclórico e Cultural da Boavista de Portalegre, foi possível perceber o modo como sobrevivem as associações semelhantes à do nosso objecto de estudo, bem com às dinâmicas praticadas a nível cultural, social, recreativa e como organizam e guardam o grande património cultural imaterial.

De referir, também, que este estudo tem como ideia fulcral verificar que as associações se constituem como instituições muito importantes na divulgação da democracia, na medida em que muitas nascem da iniciativa popular e na sua tentativa de encontrar certas e determinadas soluções para os problemas comuns que vão aparecendo dia após dia, dado que muitas delas ainda detêm uma longa tradição na realização de práticas ligadas à educação popular.

**Palavras-chave:** Associativismo, Educação Popular, Património e Cultura popular.

## **Abstract**

This investigation, supported by a case-study, is integrated in the field of civil associations movement, as spaces of informal education and formation, showing, this way, the potentialities of civil associations as privileged places of experience, sharing and coexistence in social life.

Starting with the characterization and exhaustive study of the G.F.C.B. association – Boavista Folk and Culture Group, from Portalegre – it's was possible to understand the way that the associations, similar to the one in our study, can survive, as well as the applied dynamics at cultural, social and leisure levels, and how they organise and keep their great immaterial heritage.

It is also important to mention that this study has as central idea to verify that the associations are built as very important institutions in the spreading out of democracy, because many of them appeared through popular initiative and as result of their attempts to find specific and determined solutions to common problems, appearing every day, because some of them still have a long tradition in practises related to popular education.

Key-words: civil associations movement, popular education, heritage and popular culture.

## **Abreviaturas e siglas**

**CAEP** – Centro de Artes e Espectáculos de Portalegre.

**G.F.C.B.** – Grupo Folclórico e Cultural da Boavista.

**FNAT**- Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

# Índice

Introdução .....	1
<b>Capítulo I – O associativismo em Portugal .....</b>	<b>3</b>
1.1– O associativismo: Várias abordagens, conceitos e tipologias .....	3
1.2- Breve história do associativismo em Portugal .....	5
1.3- Associações voluntárias .....	8
1.3.1- Dirigentes e o seu papel de voluntariado .....	10
1.4- Em redor do Associativismo e da cidadania .....	12
1.5- Associativismo: a crise e o Estado – Providência .....	14
2- Educação Popular em Portugal .....	16
2.1 Contributo das associações para a educação popular e a participação activa dos cidadãos .....	19
3- Definição de cultura popular .....	21
3.1 – Cultura Popular: o passado como raiz do presente .....	24
3.2 – As condições da Cultura .....	26
4- Património cultural imaterial: ponto de encontro entre a memória, herança e recriação .....	28
<b>Capítulo II – Metodologia de Estudo .....</b>	<b>30</b>
1- Enquadramento Metodológico .....	30
1.1– Objecto de Estudo e Problemática .....	30
1.2-Objectivos e questões orientadoras .....	32
1.3 – Opção metodológica – Estudo de Caso .....	34
2- Estratégias e Técnicas de Investigação .....	36
2.1- Processo de recolha de informação .....	36
2.1.1- Entrevista semi-estruturadas .....	37
2.1.2 – Análise documental .....	40
2.2 – Registo, análise e apresentação da informação .....	41
<b>Capítulo III – Percurso do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista:</b>	
<b>passado, presente e futuro .....</b>	<b>43</b>
1- Breve caracterização da cidade de Portalegre .....	43
2- Caracterização do G.F.C.B. de Portalegre .....	45
3- Percurso social, cultural e educativo do G.F.C.B. ....	47
3.1 - A concretização dum sonho .....	47

3.2 - Actividades e sua diversificação .....	50
3.3 – Recursos e dificuldades .....	58
3.4 – O G.F.C.B. e o Poder Local .....	60
3.5 – Relações institucionais .....	62
4 – Recolhas .....	64
4.1- Trajos de Festa .....	64
4.2- Trajos de Trabalho - .....	69
4.3 – A Tocata .....	74
4.4 – Músicas e letras .....	75
4.4.1 – Boda da Maria .....	75
4.4.2 – Moreninha viraste .....	76
4.5- Quadros etnográficos: usos e costumes .....	77
4.6 Recriação de um baile à moda antiga .....	79
5- O Papel do G.F.C.B. enquanto espaço de educação e formação .....	81
5.1 –O G.F.C.B. e a acção social .....	83
6- O G.F.C.B.: O Embaixador de Portalegre .....	86
7- O G.F.C.B. e o futuro .....	90
<b>Capítulo IV –.....</b>	<b>92</b>
Conclusão .....	92
Bibliografia .....	94

## Índice de anexos

Anexo 1 – Documentos do G.F.C.B. ....	2
Anexo 1- Dados de Identificação dos Entrevistados .....	10
Anexo 3 – Guião das entrevistas aos actores locais .....	11
Anexo 4- - Lista final de categorias codificadas .....	14
Anexo 5 – Grelha de análise das entrevistas .....	15
Anexo 6 – Protocolo das entrevistas .....	30



## **Índice de figuras**

Figura nº 1 – Logótipo do G.F.C.B. ....	49
Figura nº 2 – Trajo de festa da Alagoa – ....	64
Figura nº 3 – Trajo de festa de Alegrete – ....	65
Figura nº 4 – Trajo de Côca – ....	66
Figura nº 5 – Trajo de Noiva da Cidade de Portalegre -.....	67
Figura nº 6 – Trajo de casamento da Urra (Homem).....	68
Figura nº 7 – Trajo de Lavrador - .....	68
Figura nº 8 – Trajo de trabalho de Aguadeira – .....	69
Figura nº 9 – Trajo de Trabalho de Azeitoneira - .....	70
Figura nº 10 – Trajo de Trabalho de Ceifeira .....	71
Figura nº 11 - Trajo de trabalho de Pastor .....	72
Figura nº 12 – Trajo de trabalho de Tirador de Cortiça.....	73
Figura nº 13 – Instrumento musical – Bandolim.....	74
Figura nº 14 - Instrumento musical - Ronca .....	74
Figura nº 15 - Instrumento musical - Concertina .....	74
Figura nº 16 - Instrumento musical - Adufe .....	74
Figura nº 17- Instrumento musical - Castanholas .....	74

## **Índice dos quadros**

Quadro nº 1 – Estrutura Formal do G.F.C.B. ....	45
Quadro nº 2 – Festivais e demonstrações folclóricas do G.F.C.B. ....	51

## **Outros anexos**

Anexo 7 – Regulamento Interno do G.F.C.B.	
Anexo 8 – Pedido de constituição de Pessoa Colectiva	
Anexo 9 – Constituição da Associação	
Anexo 10 – Alvará da Associação	

## Introdução

A presente investigação foi elaborada no âmbito do Curso de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, iniciado no ano lectivo 2009/2010, na Escola Superior de Educação de Portalegre.

Constituída por um estudo de caso, insere-se no campo do associativismo, como espaço de educação e formação informal numa área privilegiada e potenciadora de práticas democráticas de participação autónoma e consciente, dentro de um colectivo que contraria uma sociedade que caminha para o individualismo, assim como na temática da educação popular, dado que muitas associações resultam da iniciativa popular e na tentativa de encontrar soluções para os problemas quotidianos, sendo que muitas delas têm uma longa tradição na realização de iniciativas de educação de adultos.

A escolha para objecto de análise, recaiu sobre uma colectividade Portalegrense, mais propriamente, o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, (G.F.C.B.). Pela grande proximidade e envolvimento nesta associação, muitas questões nos têm sido colocadas: Como caracterizar a Associação no contexto local? Perante a crise generalizada do associativismo, até que ponto é possível criar novas dinamizações associativas para revitalizar e mobilizar a sociedade civil? Que modalidades de Educação Popular foram desenvolvidas pelo grupo? Com é recolhido o património cultura imaterial do Grupo? Como se pode caracterizar todo o trabalho do grupo durante os quarenta e três anos de existência?

Foi nesta óptica que se estabeleceu a preferência por realizar um estudo de caso, enquanto metodologia que leva a uma abordagem intensiva e aprofundada de uma realidade peculiar e contextualizada.

Com base nos pressupostos apresentados, é finalidade primordial deste estudo responder à grande questão orientadora: **qual o percurso social, cultural e educativo do G.F.C.B – Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, ao longo de quarenta e três anos de existência?**

O conhecimento pela experiência do trabalho em terreno na área do associativismo, permitiu-nos considerar um potencial “campo” de investigação na área da educação informal, na cultura e no património cultural imaterial.

Optámos por dividir este estudo em quatro capítulos:

- No Capítulo I abordam-se, numa primeira parte, o papel do Associativismo na Educação Popular até aos nossos dias. Iniciamos com uma tentativa de explicitação de conceitos, fazendo uma abordagem histórica das experiências vividas no nosso país; numa segunda parte abordar-se-á não

só a Cultura Popular que está bem presente na colectividade escolhida para o nosso estudo como também fazemos referência ao património cultura imaterializado.

- No capítulo II apresenta-se a Metodologia de Estudo. Começamos por abordar as questões metodológicas, apresentando o nosso objecto de estudo, bem como as questões orientadoras e respectivas estratégias e técnicas de investigação, que de acordo com uma investigação do tipo qualitativo, foram essencialmente, a análise documental e as entrevistas semi-estruturadas.

- No Capítulo III conduz-nos ao percurso social, cultural e educativo do G.F.C.B, o nosso objecto de estudo, passando pelos momentos e acontecimentos mais relevantes durante os quarenta e três anos de vida, sempre referindo o nosso quadro teórico e enquadrado em termos históricos e sociais.

- No Capítulo IV surgem as conclusões, fazemos algumas recomendações e sugerimos algumas propostas da continuidade do presente estudo.

Para além da introdução e das referências bibliográficas, apresentam-se ainda um conjunto de anexos relacionados com o processo de recolha e tratamento de dados, em que se baseou a interpretação realizada.

## **Capítulo I - O associativismo em Portugal**

### **1.1-O associativismo: Várias abordagens, conceitos e tipologias**

Sendo o associativismo um fenómeno complexo, tentámos abordá-lo, à semelhança de Fernandes (2003: 66), no seu estudo sobre o associativismo de país, sobre três perspectivas possíveis diferentes, uma de carácter sociológico – uma vez que estamos perante actores sociais que interagem, que se agrupam, que se organizam e participam nestas estruturas sociais, mediante vontades e interesses colectivos – outra de cariz mais político-jurídico e, finalmente, do ponto de vista organizativo.

Como nos assinala Fernandes (2003), um dos primeiros estudiosos do associativismo refere que o mesmo é um garante da liberdade e dos princípios democráticos, na medida em que contraria o despotismo da maioria:

“A associação reúne como um feixe, os esforços de pessoas que divergem em muitos pontos, e leva-as a caminhar com ardor para um único objectivo, claramente definido. A segunda vantagem importante representada pelo exercício do direito de reunião (...). No nosso tempo, a liberdade de associação tornou-se uma garantia indispensável contra o despotismo da maioria” (p: 66).

O associativismo é tido como uma das melhores possibilidades, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Para Carlos Abreu (s.d), o associativismo “representa uma das mais fortes tradições populares em Portugal” (p. 7). Uma herança cultural a testemunhar, hoje, que a união faz a força e que, ontem, na solidariedade, na recreação, no convívio e na luta e resistência contra o fascismo, se ganhou a consciência colectiva de cada português.

O associativismo não deverá ser definido unicamente pelo seu carácter lúdico, mas sim pela capacidade de gerar movimentos sociais.

“A importância e o valor do associativismo popular decorre do facto de construir uma criação e realização viva e independente do povo português, uma expressão da acção social das populações nas áreas da cultura, do desporto, do recreio, da educação, do património, uma expressão da consciência cívica, da criatividade e do talento das populações, (...) o associativismo popular é uma expressão e exercício de liberdade exemplo da vida democrática. É uma escola de vida colectiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, (...). O movimento associativo popular é um produto social. Transforma-se com a evolução social, acompanha e participa activamente nessa transformação” (Pinho, Jornal Voz de Cambra, 1998 in Brandão, 2000:45).

O associativismo, como movimento social, constitui uma estrutura com formas de gestão e partilha de poder. Licínio Lima (1986) refere que “ (...) a génese e o desenvolvimento de muitas associações constituem verdadeiros percursos democráticos, baseados na iniciativa popular, na procura de respostas para problemas e motivações dos cidadãos” (p. 389).

Não é possível um desenvolvimento harmonioso e que respeite o povo sem a participação dos agentes na vida da colectividade. A importância do movimento associativo cultural é visível, não só pela importante dimensão que assume nas suas diversas expressões, traduzindo interesses, actividades e formas de organização diferentes, mas também por ser um importante espaço de participação e de aprendizagem na vida colectiva e democrática, pelo seu papel decisivo na promoção cultural, por traduzir a defesa de interesses concretos, pelas possibilidades de realização individual e colectiva.

O Movimento Associativo deve ter uma postura activa na defesa, preservação e afirmação da identidade cultural da Região e do País. Deve promover a participação popular na vida nacional e promover o apoio social aos cidadãos. Procurar o relacionamento e o contacto com expressões associativas da comunidade, para a troca de experiências, a cooperação e a concertação de opiniões e acções.

Tendo em conta o papel que assume o Movimento Associativo na vida das colectividades e para ultrapassar algumas dificuldades, torna-se necessário e urgente a criação de um quadro legal de apoio ao associativismo, que permita associar os esforços das Autarquias, associações e comunidades locais na dinamização da cultura. É necessário que a legislação reconheça e valorize o papel do dirigente associativo, criando-lhe condições dignas de exercício das suas funções, designadamente, através de mecanismos de libertação de tempo laboral.

O associativismo, através dos direitos e deveres presentes nos estatutos, dão a possibilidade a todas as pessoas de exercerem o seu direito de cidadania, na expressão pública dos seus direitos mas também nas responsabilidades dos seus deveres para com os outros e para com a comunidade em que está inserido.

Deste modo, levam-nos a crer que o associativismo é tido como um espaço mobilizador dos cidadãos, podendo contribuir para motivar e orientar os comportamentos dos seus interesses, de um bem-estar individual dentro de um colectivo de interesses de bem-estar comum, permitindo uma atitude crítica, atenta e participativa nos processos sociais locais. Ou seja, a resolução dos problemas com vista a um bem-estar social colectivo passa, precisamente, pela prática activa, pela partilha de poder em articulação com a comunidade, prevalecendo a conjugação de todos os esforços.

## **1.2 – Breve história do associativismo em Portugal**

Ao desenvolvermos uma perspectiva histórica do movimento português, era imprescindível iniciarmos pela ideia defendida por Lima (1986) de “que existe em Portugal uma longa tradição associativa” (p.11). Todavia, na opinião de Nunes (1994) citado por Fernandes (2003), este ainda é um fenómeno bastante inexplorado pela análise científica, salientado, que apesar de tudo, “tem vindo a tornar-se uma referência cada vez mais recorrente nos discursos que se debruçam sobre o direito ao exercício de uma cidadania activa no seio da sociedade civil” (p.97).

Na história regista-se, durante o século XIX, “um movimento de criação de associações católicas e operárias, por exemplo, com objectivos variados, que vão desde o carácter anti-socialista à inspiração de tipo republicano, do sindicalismo católico às conferências religiosas” (Cruz, citado por Lima 1986:11).

Um dos exemplos muito importantes, devido não só à sua força como também à dimensão e principalmente, porque tiveram acção muito relevante tanto no mundo rural como nas cidades, são as Confrarias – “estruturas sociais que resultaram da junção religiosa e dos laços de vizinhança que ligavam as pessoas. Estas associações, cuja função primordial derivava da vida religiosa e assumiam também uma verdadeira

função de instituição fraternal, respondendo, assim, às desgraças e acidentes dos seus membros”.

Foi a partir da implantação da República, em 1910, que o movimento associativo “irá conhecer novos desenvolvimentos”, (Lima, 1986:11).

É nos séculos XIX, no início do século XX, que as associações populares se desenvolvem, principalmente, as denominadas como “culturais”, “colectividades”, “recreativas”, sendo a formação das bandas de música, uma das primeiras manifestações do associativismo em Portugal.

As principais actividades destas associações orientavam-se para a música, o desporto, as festas, os convívios e a instrução. O gosto pela música fomenta também a criação de ranchos folclóricos.

Com o 25 de Abril, uma nova página se abriu, segundo a opinião de Lima (1986):

“Com o 25 de Abril de 1974 volta a abrir-se na história do associativismo. Até à fase constitucional iniciada em 1976, a situação caracterizou-se pela criação de numerosas associações e por uma intervenção baseada em formas de democracia directa e de participação muito activa. A par das colectividades de cultura e recreio, dos ranchos folclóricos, das bandas de música, entre outras, novas associações foram criadas – as associações de educação popular, as comissões de moradores, de trabalhadores, etc.” (pp. 13-14).

Desde cedo que, com a revolução de Abril de 1974<sup>1</sup>, se veio a regular o direito à livre associação, sendo este um sinal inequívoco da importância que é atribuída ao associativismo num quadro político democrático (Rego, 2004: 190).

Posteriormente, na Constituição de 1976<sup>2</sup>, hoje no art.º 46, a consagração da liberdade de associação é realizada ao mais alto nível, podendo ler-se:

1. “Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se

---

<sup>1</sup> Decreto – Lei nº 594/74, de 7 de Novembro e posteriormente com o Código Civil (artigos 167º-184).

<sup>2</sup> Aprovada a 2 de Abril de 1976, nº 1/82, de 30 de Setembro, nº1/89, de 8 de Julho, nº1/92, de 25 de Novembro e nº1/97, de 20 de Setembro.

destinem a promover a violência e os seus objectivos não sejam contra à lei penal.

2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas das suas actividades a não ser nos casos previstos na lei mediante decisão judicial.
3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
4. Não são consentidas associações armadas nem do tipo militar ou militarizadas.”

Ainda neste período, o incentivo ao associativismo foi reconhecido como utilidade pública de algumas associações e fundações, proporcionando-lhes, nomeadamente, reduções fiscais (Rego, 2004:190).



### 1.3- Associações voluntárias

Meister, citado por Viegas (2004), refere que na última década do século passado assistiu-se a um renovado interesse pelas questões do associativismo. Por associação entende-se,

“Todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas e interesses.” (pp. 33-50).

As associações voluntárias permitem, de acordo com Tocqueville (1972, citado por Geraldine da Silva, 2002:5), por um lado, o interesse por parte dos participantes pela gestão da comunidade e, por outro, uma participação social “de resistência ao poder do Estado e a criação de uma consciência colectiva”.

Outros autores, como Durkheim (1989) e Weber (1983) interessaram-se também por este tema das associações voluntárias e através dos seus trabalhos chegamos a alguns aspectos comuns e considerados relevantes para a caracterização das referidas associações, como é o caso do “ papel na criação de uma consciência colectiva, o seu carácter de maior proximidade em relação aos meios onde se inserem e, por fim, as suas bases basicamente voluntárias” (citado por Geraldine da Silva, 2002:6).

Segundo Lima (1986), as estruturas e formas destas organizações são normalmente muito simples e flexíveis, na medida em que resultam da participação voluntária dos cidadãos. Esta mesma ideia tinha sido já referida por Meister (1974:16, citado por Geraldine da Silva, 2002:8), quando referiu que uma organização interna constitui um traço que parece caracterizar muitas das associações voluntárias. Na opinião deste autor, “raramente apresentam um tipo rígido de organização, sendo essencialmente marcadas por um determinado grau variável de flexibilidade”.

Para Rodrigues (2002: 61), o papel das associações locais na construção de uma rede “voluntariado social”, descreve como e em que contexto a acção das associações locais se faz sentir na construção de uma “comunidade Educativa”. Assim, as associações como espaços de educação não formal e informal, desempenham um papel muito importante na animação cultural e social, capaz de transformar situações sociais

do dia-a-dia em processos educativos, indispensáveis parceiros na dinamização de uma cultura de participação geradora de políticas locais. A grande diversidade de práticas e contextos que caracterizam as associações locais reforçam a importância do seu papel na rede de “voluntariado social”.

Neste tipo de associações, elas existem sempre com um carácter não lucrativo. Neste sentido, Fernandes (2003), afirma que,

“Associação designa um agrupamento de duas ou várias pessoas que põem em comum os seus conhecimentos e a sua actividade numa finalidade que não seja a de partilhar lucros (...). O fenómeno associativo que responde à propensão dos homens para se agruparem para defesa dos seus direitos, a propaganda das suas ideias e a realização em comum de um objectivo colectivo, desempenha um papel importante nas sociedades modernas, (...)” (p. 67).

No que diz respeito ao plano político e jurídico, o mesmo autor realça que o termo “associação” aparece como,

“Agrupamento de várias pessoas com objectivo de alcançar resultados que excedam aqueles que conseguirem com as suas actividades individuais ou como resultado de um consenso entre indivíduos que se propõem conjugar esforços para a prossecução em comum de determinados fins” (p.67).

Fernandes (2003), salienta que estas associações apresentam várias singularidades que identificam o seu estatuto.

“A sua natureza de agrupamento voluntário: a associação tem uma natureza não imposta, resulta de um consenso entre pessoas que têm um objectivo em comum e a natureza contratual do grupo e por outro, a permanência temporal da associação: há que fazer a distinção entre uma reunião ocasional de pessoas e algo que apresenta uma personalidade jurídica duradoura, que permanece para além dos indivíduos que naquele momento a constituem” (pp. 69-70).

Ainda referindo Fernandes (2003), a existência de uma associação deve cumprir com alguns requisitos, nomeadamente o seu reconhecimento como associação, materializado através de escritura pública notarial, obtendo personalidade jurídica,

assim como respectiva publicação Diário da República e elaboração de estatutos próprios.

Fazendo um pouco a suma do que foi dito, achamos pertinente e muito importante referir este tipo de associações, uma vez que é sobre uma associação semelhante às referidas que vamos debruçar o nosso estudo, analisando as suas relações com o Estado, as suas práticas de participação activa e intervenção transformadora, o seu papel na educação popular, na construção de uma sociedade mais consciente, crítica e participativa.

### **1.3.1 – Dirigentes e o seu papel de voluntariado**

O associativismo baseia-se, sobretudo, no trabalho voluntário dos seus dirigentes, envolvendo uma participação exigente e permanente, principalmente relativamente ao tempo que implica para o desenvolvimento normal das actividades nas associações culturais, recreativas e desportivas. Isto é bastante visível nomeadamente ao nível do órgão da Direcção. Trata-se de uma participação muito exigente que assenta em propósitos inteiramente voluntários.

As associações, enquanto local privilegiado de criação de iniciativas, devem estar mais atentas às novas dinâmicas sociais e às novas aspirações sentidas pelos associados, respondendo às suas necessidades. Deste modo, entendemos que os dirigentes exercem uma acção participativa e participante no processo de sensibilização do grupo para o envolvimento em acções com sentido e pertinência para a comunidade.

Numa perspectiva de educação popular, ser dirigente é, segundo a Constituição da República Portuguesa, alínea c) do artigo 161.º todo aquele que,

“ (...) Exerça funções de direcção executiva em regime de gratuidade em todas as associações e respectivas estruturas federativas ou de cooperação dotadas de personalidade jurídica que não tenham por fim o lucro económico dos associados ou da associação, “ e que “ (...) na sua esfera de trabalho e direcção, influência e contribui fortemente para resultados positivos e para o desenvolvimento das pessoas (...).”

Consideramos a experiência empírica dos dirigentes muito importante para a vida do associativismo e para a formação dos dirigentes. Estes líderes, ao adoptar para si o papel de actor impulsionador de novas dinâmicas associativas, irão intervir em três grandes domínios: mobilização dos sócios na participação activa na vida da colectividade e da comunidade, como actores activos e intervenientes; abertura ao diálogo, como meio de tomar conhecimento das preocupações e anseios dos associados e incentivo na instituição de boas relações entre as associações locais, com a finalidade de criar hábitos de diálogo e de entreajuda.

O associativismo representa um espaço muito importante onde se entrelaçam o passado e o presente e onde se constrói o futuro, ao promover troca de experiências, unindo toda a comunidade em torno de projectos educativos relevantes e extremamente pertinentes.

Todavia, o voluntariado tem o outro lado da moeda, pois nem sempre é reconhecido pelos outros, quer por parte daqueles que só criticam, quer também por parte do Estado que devia valorizar mais os dirigentes, bem como todos os homens e mulheres que dedicam muitas das suas horas de lazer e muito do seu trabalho a favor da comunidade.

O papel do voluntariado, quer da população em geral, que contribui como pode e sempre que seja solicitada, sendo parte relevante de toda a obra construída até aos nossos dias no G.F.C.B., quer por parte dos dirigentes e restantes colaboradores, é também um dos factores mais salientados, na medida em que, sem o trabalho e envolvimento de todos, não se teriam ultrapassado todas as dificuldades e desafios existentes e de certo, não se estaria a pensar nos projectos futuros.

## **1.4 – Em redor do Associativismo e da cidadania**

De acordo com Rodrigues (2002),

“Associar-se é inerente ao ser humano, quer a associação seja não formal ou formalizada. O associativismo como prática social é considerado um acto de exercício como da cidadania, uma prática de educação para a cidadania. A democracia em Portugal se bem que constitucionalmente, considere como um direito e um dever a participação, parece não ter ainda definido uma clara política de apoio às associações, mesmo sendo reconhecido que o associativismo tem um papel central no desenvolvimento de uma cultura democrática” (p. 62).

Na última década do século XX, como refere Vieira (2001: 33), assistiu-se por todo o lado, a um aumento significativo dos estudos sobre o tema da cidadania. O conceito de cidadania enquanto direito a ter direitos, foi abordado de várias perspectivas.

A concepção de cidadania tem vindo a ser enriquecida por vários autores, estudiosos da matéria, tendo em conta as suas próprias realidades nacionais como foi o caso de Turner (1986, citado por Vieira, 2001: 33-34) que focalizando a sua atenção na teoria do conflito, considera os “movimentos sociais como uma dinâmica necessária ao desenvolvimento dos direitos da cidadania”.

Ainda para o mesmo autor (1993: 4, citado por Lima, 1996), a cidadania é ainda uma construção social definida por um conjunto de práticas e assim acaba por ser aprendida socialmente através do seu exercício ou da sua prática efectiva, sendo que a “educação para a democracia” e a “socialização para a cidadania democrática” não se constituem como monopólio das organizações educativas escolares e não escolares.

Steenbergen (1994, citado por Lima, 1996:287), por seu lado, defende que a cidadania representa a noção de participação na vida pública, sendo que a relação entre o cidadão e a sociedade que tem vindo a ser desafiada, criando condições para um retorno a uma “definição política restritiva de cidadão”.

Resumindo, cidadania diz sempre respeito a uma relação entre sociedade e cidadão, na opinião de Steenbergen (1994), considerada não tão restrita como a anterior, nomeadamente, no que respeita a direitos e deveres.

A cidadania, apesar de não ser institucionalizada, é no espaço associativo – espaço de diálogo, de educação e formação e de solidariedade – que encontra um terreno fértil para as aprendizagens democráticas e as suas práticas. As associações podem ser consideradas escolas de democracia e de vida, onde os cidadãos, entre pares, pactuado no respeito da liberdade de cada um e das suas responsabilidades enquanto membro da comunidade, exercem o seu poder de cidadania numa intervenção do poder inalienável que lhe é atribuído como homem, em direitos e deveres, consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Constituição da República Portuguesa que, no seu artigo 4º, (Cidadania Portuguesa), considera que, “ São cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou pela convenção internacional” atribuindo-lhes o direito de pertença a uma comunidade, a uma Nação.

O associativismo, através dos direitos e deveres consignados nos estatutos, proporcionam possibilidades a todas as pessoas de exercerem o seu direito de cidadania, na expressão pública dos seus direitos e nas responsabilidades dos deveres para com os outros e para com toda a comunidade em que está inserido.

O associativismo no seu espaço associação, garante ainda, ou permite, a igualdade de oportunidades, na oportunidade de cada associado, no direito de sócio ou de dirigente, de intervenção e participação activa, no projecto de vida da associação e intervenção na comunidade, como garante de um bem-estar social/individual que passa para um bem-estar social colectivo, na resolução de problemas imediatos.

Assim, entende-se que o associativismo, como espaço mobilizador dos cidadãos, pode contribuir para motivar e orientar os comportamentos na expressão dos seus interesses, de um bem-estar individual dentro de um colectivo de interesses de bem-estar comum, numa atitude atenta, crítica e participativa nos processos sociais locais, numa articulação estreita com outras instituições de movimento social.

A cidadania só é possível de ser concretizada através da participação, numa atitude crítica e reivindicativa, como pressão na resolução dos seus problemas, pela via do diálogo e de articulação de competências, com as estruturas governativas.

O associativismo funciona como uma grande escola de preparação e intervenção na vida pública, contribuindo com práticas compreensivas para a construção de uma verdadeira cidadania passível de gerar desenvolvimento local.

## **1.5 – Associativismo: a crise e o Estado - Providência**

No Estado - Providência é exigido que o estado tenha uma intervenção intensa e condicionante sobre as normas de funcionamento da sociedade, inculcando-lhe uma função modeladora e conformadora da vida económica e social. Nesta perspectiva, o Estado é visto como impulsionador de bens, gestor, organizador de serviços, passando a definir e a impor objectivos que a sociedade interessa atingir, ao mesmo tempo que tem o papel de planear, orientar e fiscalizar as diferentes actividades sociais e económicas para a prossecução dos objectivos determinados.

Ao pretender intervir de diferentes formas e para diferentes fins, o Estado vai produzir, comercializar e providenciar aos cidadãos tudo o que eles necessitam, desde a saúde à segurança social.

Nos anos 70 a crise que se instalou veio pôr em causa alguns fundamentos do Estado-Providência, adquirindo, assim, um novo ênfase às ineficiências da administração pública, verificando que o crescimento das políticas sociais estatais beneficiaram o desenvolvimento das burocracias estatais, aliando-as a volumosas despesas estatais cuja cobertura foi feita através do recurso ao endividamento, bem como ao aumento de impostos.

A sociedade civil portuguesa é forte nas redes de solidariedade e vizinhança, capaz de compensar algumas das lacunas de um Estado-Providência que, após trinta anos de Revolução Democrática, se encontra ainda em processo de construção e ao mesmo tempo, já em crise e fraco enquanto organização e interesses de espaços de cidadania democrática.

É a partir desta situação que surgem novas formas de associativismo. Carlos Estevão e Almerindo Janela Afonso (1998), consideram, a este respeito, que o associativismo “surtiu como resposta ou “reacção” ao Estado-Providência, sempre que este deixou a descoberto, as necessidades dos indivíduos (...)” (p.175).

O modo como as diferentes classes, as suas organizações e os teóricos encaram o papel do estado, assim se adoptam diferentes noções e conceitos e se atribui maior ou menor importância às estruturas sociais e a organizações populares como as associações.

Em termos teóricos, o associativismo tem-se movido sempre entre dois extremos que são, por um lado, a chamada sociedade civil e, por outro, o Estado. De facto, as associações ou são colocadas ao lado dessa dita sociedade civil, posição expressa fundamentalmente por parte dos líderes associativos, ou são colocados mais na dependência das instâncias do poder local, encaradas como meios auxiliares para a solução da própria crise política dessas mesmas instâncias (Geraldes da Silva, 2002). Assim, “a percepção das associações ora como “interlocutores” ora como “adversários principais” do Estado exemplifica as interpretações não coincidentes que, mais ou menos explicitamente, atravessam as correntes do associativismo” (Estevão e Janela Afonso, 1998: 76).

No contexto de mobilização da sociedade civil a importância da associação revelou-se na sua própria capacidade de transformação a partir de diferentes contextos sociais, com especial ênfase em períodos em que a dicotomia Estado/sociedade se tornou mais expressiva.

Diante dos problemas de sobrevivência do Estado-Providência poderemos talvez concluir que, segundo Lima (1996),

“O século XX se caracterizará, contraditoriamente, como o século em que a cidadania social emergiu, procurando garantir os direitos dos cidadãos à educação, à saúde e à segurança social e simultaneamente como no século que se arrisca a terminar colocando em causa os direitos sociais anteriormente adquiridos” (p. 269).



## **2- Educação Popular em Portugal**

No dicionário, o termo popular, diz respeito ao povo, usado ou frequente entre o povo, feito para o povo, que agrada o povo. A semântica ligada ao termo educação popular tem sofrido mudanças ao longo dos tempos devido à metamorfose das sociedades.

O período que medeia os anos de 1974 e 1976, foi para todos os cidadãos que viveram essa época, um tempo de participação e aprendizagem, através de actividades de educação popular. Se até 1974, os movimentos socioculturais tinham como objectivo a oposição ao Regime instalado através das acções culturais de resistência e de esclarecimento, a partir dessa mesma data, a preocupação reside no papel a ocupar por essas mesmas instituições nas alterações profundas das estruturas sociais.

Ao sistematizar o pensamento e a educação houve a necessidade de encarar o processo educativo como um conceito em constante movimento, onde existe permanentemente a articulação e integração dos vários níveis de formalização da acção educativa, nos seus diferentes níveis:

- O nível formal, o ensino é realizado na escola, com horários, conteúdos e processos de avaliação bem definidos e ainda caracterizado pela relação educador/educando;
- O nível não formal, com horários, conteúdos e espaços mais flexíveis, é baseado no voluntariado e na construção de situações educativas para públicos determinados;
- O nível informal, diz respeito a todas as situações potencialmente educativas, com intenção deliberada ou não, com intervenção directa dos destinatários, sendo todos eles simultaneamente formadores e formandos.

É neste último nível que está inserido o trabalho que irá ser desenvolvido por nós.

Por seu turno, a UNESCO define educação popular como o “conjunto das práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no

próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sociopolítica em que estão integradas” (Santos Silva, 1990:21).

O conceito de educação popular nem sempre tem o mesmo significado de autor para autor. De acordo com Viegas Fernandes (1998), o mesmo refere a educação popular como expressão como sendo uma expressão que designa iniciativas de educação não formal, isto é, aquela que ocorre em contextos educativos diversos, como por exemplo, as comunidades, associações ou movimentos sociais.

Na sua definição de educação popular, Paulo Freire e Nogueira (1989) referem que são as pessoas que se ensinam umas às outras no dia-a-dia, e que, educação popular e mudança social andam juntos, num acto de renovação dos métodos de educar e transforma as pessoas, numa sociedade também ela em transformação.

“Entendo a educação popular como um espaço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; (...) o conhecimento do mundo é também feito através das práticas do mundo; e é através dessas práticas que inventamos uma educação familiar às classes populares (...) Não há programa com conteúdos preestabelecidos a serem ensinados. No entanto, essas pessoas ensinam-se umas às outras, elas medem-se em actos de grupo de conhecimento (...) há um momento em que se pode descobrir que as necessidades pelas quais se lutam podem ser satisfeitas, podem ser resolvidas. Essa descoberta dá conta que há caminhos possíveis e que as necessidades não tão exageradas e podem ser perfeitamente resolvidas” (p. 60).

Para além deste termo de educação, os mesmos autores deram-lhes outras designações, como, por exemplo,

“Dava-se o nome de educação de adultos. Houve quem dissesse: educação informal. Eram pessoas cujo trabalho educativo começava dentro da cultura popular e buscava inovar os caminhos de acesso ao conhecimento das ciências e técnicas não populares (...) Havia outro conceito que é bom lembrar acção cultural. Isto quer dizer que a cultura era entendida também dentro de movimentos e relações sociais dos homens (...) Cultura seria o que dá sentido nas relações humanas. E esse conceito foi necessário. Ele ajudou a inovar os caminhos de acesso ao conhecimento (...) Esse conjunto de pensamentos e atitudes foi o berço da educação popular” (p. 61).

Nesta procura de clarificação do conceito de educação popular, também nos pareceu relevante, referir o conceito de educação informal defendido por Coombs, citado por Canário (1999),

“ (...) O processo ao longo da vida através do qual cada pessoa adquire e acumula conhecimentos, capacidades, atitudes; a partir das experiências quotidianas e da interação com o meio ambiente – em casa, no trabalho, no lazer; a partir do exemplo e das atitudes da família e dos amigos; das viagens, lendo jornais e livros, vendo filmes ou televisão. Em geral, a educação informal não é organizada, nem sistematizada, nem sequer intencional, mas constitui até ao presente a maior parte da aprendizagem total durante a vida de uma pessoa – até mesmo aquelas mais escolarizadas” (p.82).

A importância da educação informal, no papel que lhe é conferido no campo da educação, permite-nos, referir Canário (1999:82) na conclusão de que é possível potenciar e favorecer os efeitos das modalidades formativas de natureza informal na construção de indivíduos mais críticos.

Dando seguimento à ideia de que o maior número de aprendizagens são realizadas em contextos informais, parece-nos fundamental transcrever a opinião de Canário (1999), sobre o assunto em questão,

“ (...) Na sequência do pensamento expresso por Pain, consiste em colocar a hipótese da prioridade estratégica das modalidades educativas não formais que constituiriam a matriz fundamental dos processos de aprendizagem. Nesta óptica, os processos formativos formais deveriam ser encarados como um complemento dos processos informais” (p. 82).

## **2.1- Contributo das associações para a educação popular e a participação activa dos cidadãos**

De acordo com Lima (1996), Jean- Jacques Rosseau e Stuart Mill foram os pioneiros a defender a educação *pela* e *para* a educação, atribuindo, desde logo, especial importância à participação activa dos cidadãos numa democracia participativa e directa em contraponto às teorias da democracia formal e representativa.

Nos nossos dias, os movimentos sociais aparecem como uma realidade forte mas ao mesmo tempo contraditória. Por um lado, as razões que conduzem à mobilização social são cada vez mais poderosas, uma vez que os problemas colectivos se têm vindo a agravar, no entanto, por outro lado, vivemos uma época em que aumentam os valores do individualismo e da competição (Claves, 1998).

É exactamente para esses movimentos que Melo (2003a) chama a atenção e para a sua capacidade de participação, de cidadania activa, também expressa por Vieira, quando este afirma que,

“ Os chamados novos movimentos sociais – ecológicos, feministas, de minorias, culturais, recreativas – entidades e processos da sociedade civil, de carácter não governamental, não cooperativo, não partidário, podem assumir um papel estratégico, quando se transformam em sujeitos políticos autónomos, levantando a bandeira da ética, da cidadania, da democracia e da busca de um novo padrão de desenvolvimento que não produza a exclusão social e a degradação ambiental” (pp. 91 - 99).

No nosso país, a sociedade civil, de natureza cívica e solidária, por razões históricas e socioeconómicas, não atingiu ainda, na opinião de Melo (2003a), o grau de maturidade que seria desejável, contudo, é forte uma certa tradição de solidariedade social e de entajuda, levada a cabo, por organizações muito próximas dos problemas das pessoas, como é o caso das associações populares, cuja dimensão reduzida e a proximidade lhes confere a virtude da relação interpessoal, da afectividade e de adequação nas respostas.

Todavia este trabalho importantíssimo realizado pelas associações voluntárias apresenta um “reverso da medalha” e que consiste, principalmente, na precariedade institucional. A situação que se verifica no nosso país é de uma grande dispersão de

iniciativas que, se por um lado, conduz “à riqueza da variedade, por outro, tem gerado posições muito paradas e isoladas por parte de cada uma dessas estruturas”, fazendo da nossa “sociedade civil, de natureza cívica e solidária, insuficientemente organizada” (Melo, 2003a).

Na nossa opinião e tal como refere Lima (1986), foi desde muito cedo que as associações manifestaram condutas democráticas e tradições participativas, mesmo em períodos “ pouco propícios à actualização dessas práticas”. Para este autor, as associações populares são “ espaços importantes para a educação e promoção cultural dos cidadãos”, uma vez que “encerram um enorme potencial de promoção da sua participação”, de conscientização, de discussão e resolução de problemas locais” (p.38).

Reconhecendo o papel das associações no desenvolvimento local e das comunidades, Lima (1986) afirma, ainda que,

“É inevitável a importância das associações populares para a educação e promoção cultural dos cidadãos mais carenciados e, neste sentido, lhe reconhecemos o estatuto de parceiros integrantes de qualquer processo de desenvolvimento desde que o conceito de desenvolvimento íntegro, ele próprio, as dimensões cultural e educativa” (p. 38).

### **3- Definição de cultura popular**

No dicionário, Cultura Erudita e Cultura Popular são conceitos muito diferentes. No que concerne aos produtores da chamada cultura erudita, os mesmos fazem parte de uma elite social, económica, política e cultural e o seu conhecimento é proveniente do pensamento científico, dos livros, das pesquisas universitárias ou do estudo em geral (erudito significa que tem instrução vasta e variada adquirida sobretudo pela leitura).

A cultura popular, por sua vez, aparece associada ao povo, às classes excluídas socialmente, às classes dominadas. A cultura popular não está ligada ao conhecimento científico, pelo contrário, ela diz respeito ao conhecimento vulgar ou espontâneo, ao senso comum. O produtor de cultura popular e o de cultura erudita podem ter a mesma sofisticação, mas na sociedade não possuem o mesmo status social - a cultura erudita é a que é legitimada e transmitida pelas escolas e outras instituições. É importante ressaltar que os produtores da cultura popular não têm consciência de que o que fazem têm um ou outro nome e os produtores de cultura erudita têm consciência de que o que fazem tem essa denominação e é assunto de discussões, mesmo porque os intelectuais que discutem esses conceitos fazem parte dessa elite, são os agentes da cultura erudita que estudam e pesquisam sobre a cultura popular e chegam a essas definições.

Toda e qualquer sociedade desenvolve a sua própria cultura. Sendo esta cultura entendida como um conjunto de actividades que o homem desempenha no seu meio, na sua comunidade, como por exemplo: os seus usos e costumes, os seus valores, os seus comportamentos, a sua organização social, ou seja, o reflexo das manifestações do homem.

É o que nos revela Titon (1992) “ através da cultura, podemos perceber toda a história de um povo, aprendida e transmitida de geração em geração” (p.17). É através deste processo de transmissão, de geração em geração, que o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista tem vindo a elaborar o seu trabalho.

Com efeito, segundo Pacheco (s.d.) se existe uma cultura autêntica, plena de verdade, essa é com toda a certeza a cultura popular. Espontânea, autêntica, anónima, desprovida de qualquer interesse, esta sim, terá sido e será sempre uma fonte

inesgotável de inspiração e o suporte necessário para outros trabalhos e obras de arte tidos como erudito:

“A cultura do país não é um acto de minorias actuates. Nasce do trabalho, da imaginação e do talento criador para enfrentar a realidade com as suas dificuldades e as ultrapassar, no dia-a-dia de todo o povo, e não apenas das suas elites” (p. 9).

“Os fundamentos democráticos de uma sociedade assentam na maneira como ela proporciona aos seus habitantes a descoberta e o respeito da sua própria cultura e as possibilidades efectivas para continuamente a construírem e renovarem” (p. 9).

De facto, a cultura constrói-se diariamente, sendo determinante que o aumento do tempo livre devido à melhoria da qualidade de vida, bem como o acesso generalizado à educação, não sendo esta última determinante, propiciam o interesse e a actividade cultural.

Presentemente, a massificação e a normalização, sempre pensadas em favor das questões económicas tendem a ignorar e até a destruir valores e tradições de uma determinada identidade cultural, inibindo a capacidade inventiva e a originalidade que caracteriza a cultura popular.

Ignorar a cultura popular é ignorar um natural vínculo à terra com o qual nos identificamos. É na aldeia e no ambiente rural que a cultura popular se manifesta sob as suas mais variadas formas. O urbanismo, apesar de se apropriar de alguns dos seus valores, não os consegue gerar ou assimilar na sua plenitude, sendo possivelmente essa uma das principais razões pelos problemas sociais hoje existentes, em que se aceita ou pelo menos é tolerado o desrespeito pelas várias formas de cultura, sendo notório o “desenraizamento” por uma terra que não temos ou não sentimos.

A cultura popular é espontânea, simples mas também é experimentada e amadurecida pelas populações (Pacheco, s.d; Graça, 1989; Graça, 1991).

O artigo 9º da Constituição da República Portuguesa refere como uma tarefa fundamental do Estado, “ Proteger e valorizar o património cultural do povo português, ...”, no entanto, sem desresponsabilizar as instituições que têm competências e deveres

sobre a matéria, cabe ao cidadão anónimo a defesa e a preservação do seu património cultural que será tanto mais rico quanto mais experimentado e vivido for.



### **3.1-Cultura Popular: o passado como raiz do futuro**

A cultura popular é o conjunto das criações que emanam de uma comunidade cultural, que se baseia na tradição e que é expresso por um grupo ou por indivíduos e que é reconhecido como resposta às expectativas da comunidade enquanto expressão de identidade cultural e social desta, sendo que as normas e os valores são transmitidos oralmente ou por outras formas, como por exemplo, a língua, a dança, os usos, os costumes, entre outras.

A cultura popular, enquanto expressão cultural deve ser salvaguardada por e para o grupo do qual pertence a identidade. Com este objectivo, devem-se encorajar as pesquisas apropriadas a nível nacional, regional e até mesmo internacional com vista a estabelecer um inventário nacional das associações que se ocupam da cultura popular e a criar sistemas de identificação e registos, nomeadamente, recolha de usos e costumes realizadas pelas colectividades.

De acordo com a UNESCO, deve existir uma conservação relacionada com a documentação relativa às tradições. Esta conservação tem como principais objectivos os seguintes: criar não só serviços de arquivos onde os materiais da cultura popular recolhidos possam ser armazenados em condições adequadas, como também criar museus ou secções de cultura popular nos museus existentes, onde esta possa ser representada, privilegiar as formas de apresentação das culturas populares que valorizam os testemunhos vivos ou desaparecidos (locais, modos de vida, saberes materiais e imateriais) e formar investigadores, documentalistas e outros especialistas para a conservação da cultura popular, desde a conservação material ao trabalho de análise.

Relativamente à preservação, esta tem a ver com a protecção das tradições relativas à cultura popular e daqueles que são os seus portadores, entendendo-se que cada povo tem direitos sobre a sua própria cultura.

Outro facto importante, é garantir o estatuto e o apoio económico das tradições respeitantes à cultura popular, tanto ao nível das associações de onde são provenientes como fora delas. Para que a cultura popular seja protegida, é necessário introduzir nos programas de ensino, tanto escolares como não escolares, o ensino e o estudo da cultura popular de forma apropriada, acentuando particularmente o respeito por esta no seu

sentido mais lato e fornecer um apoio não só moral como também económico às associações que divulgam, cultivam ou possuem elementos de cultura popular.

Fazendo um pequeno resumo, consideramos que o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista está devidamente identificado com o que foi exposto anteriormente, na medida em que é uma colectividade que privilegia os usos e costumes dos seus antepassados, tem uma identidade cultural muito própria, faz a recolha e regista toda a documentação pesquisada. Aguarda, no entanto, um local digno, como um museu, para poder conservar e preservar todo o espólio do Grupo. Facilita, também, encontros e intercâmbios entre pessoas, grupos e associações que se ocupam da cultura popular.

### 3.2- As condições da cultura

Todos os Grupos Folclóricos são considerados das mais genuínas expressões de cultura popular e do associativismo comunitário e recreativo. Por isso foram, ao longo de todo o século passado, importantes na preservação, promoção e divulgação de valores ancestrais que, sem o contributo destas colectividades, certamente, nunca teriam chegado até nós. Para o professor Carlos Garcia de Castro (1997):

“A cultura de um país não é abstracção. Há, no entanto, tendência a considerá-la abstracção porque específica e expressivamente ela acaba por corresponder a cargas de invocação sentimental mais ou menos complexas e predominantes que remontam a qualquer padrão comunitário, tanto em ideias como em ideologias. A cultura não é pois abstracção porque manifesta-se no real da vida e fundamenta-se em factos materiais. Uma cultura leva às decisões, preside e orienta juízos e acções práticas dos homens na sociedade. Todos nós somos a valência colectiva da Cultura, ainda que a transformemos. Por isso somos concretos, ao nascer e ao morrer. A existência mostra-nos, assim, que não somos abstractos. Não se executa a Cultura. Ela desperta de nós” (pp. 40-41).

A cultura popular, transmitida pela voz do povo, permitiu-nos o conhecimento dos nossos antepassados. O passado através das suas marcas é indispensável para todos aqueles que querem viver e compreender o presente.

O comportamento cultural, os hábitos, os costumes, os gostos, os sentimentos predominantes reflectem o verdadeiro “eu” de um povo.

Todos os povos possuem tradições que se transmitem através das canções, lendas, costumes, tradições, contos e provérbios. O folclore é um género de cultura de origem popular, constituído por aqueles elementos, que são transmitidos por imitação e via oral, de geração em geração.

Os ranchos folclóricos estão alertados para a preservação do património como “seiva que alimenta a identidade dos povos” (Carlos Garcia de Castro, 1997: 20), é a tenacidade das tradições populares que liga o presente ao passado.

A cultura popular é aquela que nasce do povo numa determinada época com os seus valores e os seus padrões, as suas celebrações. Actualmente, a cultura popular é a manutenção do património que ficou por tradição, de um modo que é sempre artificial

porque um dos critérios para encontrar a matriz popular que fez matéria de recolhas era o da homogeneidade, todos eram trabalhadores rurais viviam em aldeias e eram analfabetos. Antigamente havia uma certa homogeneidade de matriz e de padrão da sua cultura, agora não, agora é uma reposição e é um estudo bem orientado, tem mais ou menos um grau de erudição, têm os seus especialistas mas é tudo reconstituído.

A cultura popular é uma forma de dizer o que se reconstituiu e o que se mantém através do modo artificial de demonstração. Pode ser mais ou menos estilizado, mais ou menos fiel à matriz que se encontrou na recolha. O povo é que é a sumidade da cultura popular, a absorção que ficou em legado depositado no colectivo.

Houve uma mudança de vida, felizmente, para melhores condições dos grupos. As aldeias edificaram-se, electrificaram-se, há um conjunto de várias coisas e nessa cultura popular que é a parte de recolhas folclóricas e etnográficas, acabou. O que se vê é uma cultura popular urbana e comercial porque a mentalidade popular actual não é comparável ao tempo dos nossos avós, em que tinham mentalidade e espírito para aquelas iniciativas, mas é um popular que não é tradicional, não tem património, é fugaz, tem por trás toda uma máquina de técnicos responsáveis, mas em contrapartida há situações que se fixam no tempo próprio e se tornam clássicos.

É através da cultura que podemos perceber toda a história de um povo, aprendida e transmitida de geração em geração. É através deste processo de transmissão que o G.F.C.B. tem vindo a elaborar o seu trabalho.

#### **4- Património cultural imaterial: ponto de encontro entre a memória, herança e recriação**

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial aprovada em Outubro de 2003 mas só entrou em vigor em Abril de 2006, esta considera “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.

A Convenção tem por objectivos: a salvaguarda do património cultural imaterial, o respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos em causa, a sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo e a cooperação e o auxílio internacionais, no quadro de um mundo cada vez mais globalizado, que ameaçam uniformizarem as culturas do mundo aumentando simultaneamente as desigualdades sociais.

O património cultural imaterial manifesta-se através dos seguintes domínios: tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial, artes do espectáculo, práticas sociais, rituais e eventos festivos, conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e aptidões ligadas ao artesanato tradicional.

Neste quadro conceitual, Parafita, (2007 e 2010) considera a necessidade de distinguir como património cultural imaterial três grupos de bens culturais:

1. Os géneros de literatura oral tradicional que, uma vez produzidos, ganham uma razoável autonomia em relação ao seu processo de produção, enriquecendo-se no

contexto de uso intergeracional: cancioneros, romanceiros, contos populares, rezas.

2. Expressões e manifestações intrinsecamente ligadas a suportes físicos (lugares de memória) ou a referenciais histórico-religiosos: rituais festivos, crenças do sobrenatural, lendas e mitos, histórias de vida.
3. Manifestações em permanente actualização pela mobilização de novos recursos, ambientes e funcionalidades num processo de ressignificação das tradições: trajes, danças, jogos tradicionais, romarias, gastronomia, artesanato.

Em síntese, podemos afirmar que a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, além de pretender colmatar uma lacuna existente nos instrumentos multilaterais com carácter vinculativo destinados a salvaguardar o património cultural, justifica-se no âmbito de uma vontade universal e preocupação comum em salvaguardar o património cultural imaterial da humanidade na medida em que este constitui um factor de aproximação, intercâmbio e entendimento entre as pessoas e as diferentes culturas. Posiciona-se como instrumento de combate à intolerância e às ameaças de degradação, desaparecimento e destruição do património cultural imaterial decorrentes dos actuais processos de globalização e de transformação social, invoca conceitos como a diversidade cultural, o desenvolvimento sustentável, a criatividade humana e a interdependência entre o património cultural imaterial e o património material, cultural e natural, reconhece o papel dos vários actores (Estados Partes, comunidade internacional, gerações mais jovens, comunidades, grupos e indivíduos) na tomada de consciência, produção, salvaguarda, manutenção e recriação do património cultural imaterial.

## **Capítulo II – Metodologia de Estudo**

### **1 – Enquadramento Metodológico**

#### **1.1 – Objecto de Estudo e Problemática**

Com este projecto pretende-se investigar o caminho que desde o início o Grupo percorreu, a entrega generosa como o fez e continua a fazer e o seu empenho demonstrado na salvaguarda e na divulgação do nosso património cultural, material em muitos aspectos, procura enunciar o que há de mais singular e identificativo, contribuindo dessa forma para uma compreensão mais aprofundada e rica do fenómeno em estudo.

Entendeu-se que o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, colectividade de cariz popular, fundada em 1967, poderia ser um estudo fecundo, no que concerne à produção de conhecimentos sobre práticas educativas numa imagem de “crise” a nível nacional do associativismo, podendo, assim constituir um extenso “campo” de investigação.

Emprega-se o conceito de “campo” para designar “uma realidade social de práticas educativas com características próprias, susceptíveis de uma delimitação temporal, geográfica e institucional, de uma descrição compreensiva e não arbitrária” (Canário, 1999:18).

A partir desta problemática, pretendeu-se ir “construindo” o nosso objecto de estudo, tal como diz Canário (2003), através do questionar permanente, da colocação de problemas, da construção de respostas, enquadradas teoricamente e metodologicamente, permitindo, assim, alcançar o conhecimento sobre a realidade de estudo.

As interrogações que fomos elaborando desta realidade tiveram por base um referencial teórico, que reconhece no associativismo um papel muito importante nas iniciativas sócio-educativas como expressão da educação informal, determinante no papel da comunidade como agente de desenvolvimento local.

A selecção do nosso objecto de estudo decorreu ainda de outros factores que se entendeu serem importantes de referir:

- Houve a preocupação de desenvolver o estudo num local que apesar de conhecido, garantisse algum distanciamento e imparcialidade, de forma a evitar enviesamentos.

- Local que permitisse chegar aos informantes privilegiados, que proporcionassem informações relevantes e facilitadoras para o processo de consulta a toda a documentação.

- O factor de proximidade geográfica da residência da investigadora com a colectividade, possibilitando o desenvolvimento de observações, realizar entrevistas e recolher documentação.

Tendo em conta todas estas preocupações, procedeu-se à “construção” deste trabalho, em que se optou por um Estudo de Caso, onde recursos e competências são dirigidos para assuntos muito específicos de modo a realizar uma abordagem qualitativa.

A finalidade deste trabalho é descrever, investigar e analisar o G.F.C.B. num espaço temporal que começa desde 1967 até aos nossos dias.



## **1.2 – Objectivos e questões orientadoras**

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista constitui o tema deste estudo e aponta para três conjunturas essenciais de análise. A primeira tem a ver com as Lógicas, objectivos e motivações subjacentes à criação do G.F.C.B., a segunda com Lógicas e dinâmicas no G.F.C.B. ao longo dos 43 anos de existência e a terceira com o associativismo como espaço de Educação e Formação.

O estudo feito procurou, sobretudo, narrar de forma estruturada e interligar as três conjunturas, por serem globalizantes. Realizou-se, também, a análise das lógicas em presença, tendo em conta os testemunhos cruzados junto das pessoas entrevistadas.

Servirmo-nos, predominantemente do conhecimento empírico, de forma a atingir os objectivos a que nos propusemos que são os seguintes:

- Analisar os principais factores que facilitaram e dificultaram a criação do G.F.C.B.
- Como surgiu, em 1967, o G.F.C.B. e quais os seus objectivos.
- Investigar o modo como a associação se relaciona e se articula com os vários parceiros locais e que importância tem ao nível do desenvolvimento local.
- Compreender de que modo o G.F.C.B. tem conseguindo manter um espaço privilegiado de Formação informal, em todas as faixas etárias durante estas quatro décadas.
- Reconstituir a percurso do G.F.C.B.
- Reflectir sobre o associativismo tendo como base o G.F.C.B.
- Saber se as fontes consultadas são as mais fidedignas e autênticas para reproduzir a vivência da região.

Relativamente aos objectivos acima referidos foram formuladas questões orientadoras que tiveram por base o conhecimento prévio da colectividade e que são as seguintes:

- Como se pode caracterizar todo o trabalho do Grupo?

- Perante a crise generalizada do associativismo, até que ponto é possível criar novas dinamizações associativas para revitalizar e mobilizar a sociedade civil? Que modalidades de Educação Popular foram desenvolvidas pelo Grupo?

### **1.3- Opção metodológica - Estudo de Caso**

O carácter desta pesquisa fez com que se escolhesse a metodologia do Estudo de Caso, por contextualizar objectivamente e de uma forma profunda e activa a realidade em questão.

“Um estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou de um indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um conhecimento específico”. (Merriam, 1988).

Por outro lado, o estudo de caso afirma-se como uma pesquisa com um forte teor descritivo (Ponte, 1994: 4). Isto porque não é objectivo da investigadora modificar a situação, mas reconhecê-la, tal como ela se apresenta. Para atingir este propósito, a investigadora recorre a uma descrição exaustiva da realidade em estudo, tornando o seu processo tão factual, sistemático e completo quanto possível.

O estudo, integrando-se na tipologia de um estudo de caso, reveste-se de uma abordagem basicamente qualitativa. A finalidade principal deste é investigar, descrever e analisar o G.F.C.B., num espaço temporal que vai desde 1967 até aos nossos dias, com o objectivo de perceber o processo que envolve todo o percurso desta colectividade.

Por sua vez, Bogdan e Biklen (1994: 47-51) referem que existem cinco características que distinguem uma investigação qualitativa, são elas:

- “1) Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo-se o investigador como instrumento principal;
- 2) A investigação qualitativa é descritiva;
- 3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
- 4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva;
- 5) O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.”

Uma vez que se pretende obter dados em primeira mão, em que as hipóteses de trabalho serão constantemente reequacionadas ao longo do processo investigativo, onde

se pretende entrevistar os actores com o objectivo de recolher, apreender e interpretar as diferentes perspectivas, na procura de diferentes significados atribuídos pelos sujeitos à realidade, o nosso estudo enquadra-se, assim, numa metodologia de tipo qualitativo, tal como Bogdan e Biklen (1994) a caracterizam e definem.

Através de conversas informais com os dirigentes e de consulta de alguns documentos, tornou-se possível proceder ao preenchimento de uma ficha de caracterização contendo os seguintes itens: fundação, finalidades, número de sócios, actividades, recursos, órgãos sociais, dificuldades e participação.

Contudo e para um conhecimento mais profundo do G.F.C.B, para além dos itens já referidos anteriormente, tornou-se relevante tratar os seguintes: papel dos dirigentes, objectivos, actividades, relação com a comunidade, trabalho realizado e relações institucionais.

## **2- Estratégias e Técnicas de Investigação**

### **2.1- Processo de recolha de informação**

Uma vez que a opção da nossa investigação foi no sentido de uma investigação relativa ao percurso de vida da colectividade G.F.C.B, entre 1967 até aos dias de hoje, a etapa dedicada à recolha de informação iniciou-se pela observação, quer das pessoas, de actividades, de situações, assim como de documentos existentes (brochuras, registos de actividades, fichas de caracterização dos elementos, actas e outro material, como por exemplo, as fotografias), considerados fundamentais – tendo sido passado muito tempo na Sede do grupo, onde existe um arquivo cheio de material mas devido à falta de espaço está todo amontoado.

O facto de existir um conhecimento prévio, por parte da investigadora sobre a colectividade em estudo, constituiu um factor relevante para a escolha da realização de um estudo de caso. Esta proximidade estabeleceu um agente facilitador do trabalho empírico, nomeadamente, na consulta de documentação e na obtenção de informações. Contudo, existiu um cuidado constante de distanciamento, de modo a não prejudicar esse mesmo trabalho.

Este factor de proximidade desde muito cedo se revelou facilitador do objecto de estudo, nomeadamente no que diz respeito à fase de negociação inicial. Assim que se tomou a decisão de levar a cabo um estudo sobre o G.F.C.B, foram imediatamente iniciados alguns contactos informais ligados à fundação da colectividade, bem como àqueles que já se encontraram ou se encontram à frente dos Corpos Gerentes ou da Direcção, de modo a avaliar não só a sensibilidade do estudo em questão, como também, a disponibilidade e interesse em participar e colaborar.

Das referidas conversas e contactos existentes, foi possível verificarmos a total disponibilidade manifestada pelos vários actores, sendo o estudo visto como “uma honra para o grupo” e uma “forma de valorização e reconhecimento do trabalho efectuado”.

Posteriormente, foi formalizado o pedido à respectiva Direcção do Grupo, onde se solicitou não só a colaboração dos actores locais, como se apresentou de um modo resumido o projecto de estudo e as etapas de pesquisa envolvidas.

As técnicas principais escolhidas para a recolha de dados são a pesquisa documental, contactos iniciais e entrevistas realizadas aos actores que vivem a vida associativa como uma parte de si mesmos, depositários de informações e descrições que depois de analisadas são o garante da percepção do que é a dinâmica dessa colectividade.

### **2.1.1 – Entrevistas semi-estruturadas**

Ao optarmos por utilizar as entrevistas semi-estruturadas, pretendemos verificar as experiências dos que vivem a vida associativa como uma parte de si. Foi nesta perspectiva que obtivemos informações e práticas de vários actores sociais para que se pudesse realizar uma leitura mais válida da realidade e mais fidedigna.

Neste sentido, a escolha dos actores sociais a entrevistar pautou-se por critérios de escolha, partindo do princípio serem os mais relevantes para o estudo em questão. Esta selecção não foi baseada em critérios de representatividade, mas sim de acordo com o envolvimento desses actores nas dinâmicas internas e externas do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, bem como do conhecimento que a investigadora tinha dos mesmos, facilitando melhor a escolha.

Deste modo, ao escolher os actores sociais proporcionámos uma visão global e simultaneamente específica da realidade associativa.

Dividimos a estrutura do guião de entrevista em 5 partes cujos objectivos estão mencionados seguidamente:

#### **- Bloco A – Definição de objectivos e regras da entrevista**

##### **Objectivos:**

- Informar o entrevistado sobre os objectivos do estudo e da entrevista;
- Motivar o entrevistado, realçando a importância da sua colaboração;

- Acordar com os entrevistados sobre os procedimentos relacionados com a entrevista propriamente dita, assim como dos aspectos ligados à confidencialidade dos dados.

### **- Bloco B – Informação sobre os entrevistados**

#### **Objectivos:**

- Recolher os dados de identificação dos entrevistados que sejam relevantes;
- Identificar o percurso pessoal e profissional que também se mostrarem significativos;
- Perceber eventuais influências de experiências no associativismo.

### **- Bloco C – Lógicas, objectivos e motivações subjacentes à criação do**

#### **G.F.C.B.**

#### **Objectivos:**

- Compreender as lógicas, objectivos e motivações que estiveram na origem do G.F.C.B.;
- Perceber como é que se conseguiu mobilizar a população e como participou neste processo;
- Conhecer os objectivos traçados pelo G.F.C.B.;
- Identificar as dificuldades sentidas;
- Identificar os recursos.

### **- Bloco D – Lógicas e dinâmicas no G.F.C.B. ao longo dos 43 anos de existência**

#### **Objectivos:**

- Recolher dados sobre as actividades nas áreas recreativa, social, educativa e cultural e implementação das mesmas;
- Identificar os processos de resolução de dificuldades;
- Compreender o papel do G.F.C.B. na cidade de Portalegre;
- Conhecer a articulação e cooperação;
- Compreender o relacionamento com o poder local;
- Entender as dinâmicas de relacionamento com as Federações;

- Conhecer a articulação que se faz com as instituições;
- Identificar os objectivos e as dinâmicas actuais;
- Compreender que futuro está planeado para o G.F.C.B.

### **- Bloco E – O associativismo como espaço de Educação e Formação**

#### **Objectivos:**

- Identificar os contributos do G.F.C.B. e seus intervenientes na Educação e Formação de uma população;
- Perceber como a partilha e a experiência influenciam a Educação e a Formação;
- Compreender como se efectua a participação e a cidadania nas e através das associações;
- Perceber as relações com o Poder Local;
- Compreender a relação entre o associativismo e a realização pessoal dos intervenientes voluntários.

Foram reunidos ao guião da entrevista que poderiam ou não ser abordados com as pessoas entrevistadas, dependendo, assim, do caminho que as entrevistas, o interesse e a pertinência das informações e opiniões dadas pelos interlocutores.

Depois da construção do guião, foram feitos todos os contactos telefónicos para proceder à realização das entrevistas, em data e hora marcada. As entrevistas foram registadas em registo áudio e posteriormente transcritas pela investigadora.



## 2.1.2 – Análise documental

Saint-Georges (1997:15) referiu que “não existe investigação sem documentação”. As fontes escritas podem ser documentos oficiais, documentos não oficiais e as fontes estatísticas.

A análise documental tem como objectivo reconstruir a história de vida das associações, visando a construção de um esquema de trabalho como ponto de partida, reflectindo-se num questionar constante do objecto de estudo.

Neste estudo vamos realizar a análise documental com vista a caracterizar e reconstruir a vida do G.F.C.B. Para isso vamos utilizar documentos capazes de dar informação que:

- Descrevessem o G.F.C.B. nos diversos períodos da sua existência, ao longo dos 43 anos de vida;
- Analisassem e compreendessem as lógicas subjacentes a todo o processo;
- Analisassem os principais factores facilitadores à implementação e crescimento da colectividade;
- Analisassem o modo como o G.F.C.B. se articula e coopera com os vários parceiros locais.

Deste modo, utilizámos como principais fontes de informação:

- Fonte escritas privadas (documentos do G.F.C.B.), a maior parte delas são documentos de arquivo, devido não só à sua antiguidade como também ao facto de serem originais e únicos;
- Fontes escritas não oficiais, como os recortes de imprensa;
- Pontos de vista dos actores envolvidos em todo o processo de criação e desenvolvimento do G.F.C.B., através de conversas informais e de entrevistas semi-estruturadas.

A natureza desta investigação é empírica, dado que me baseei basicamente no trabalho de campo onde foi estudado uma colectividade no seu contexto real, tirando partido nas observações/ participações feitas e documentos analisados. (Yin, citado por Ponte, 1994: 3-18).

## **2.2 – Registo, análise e apresentação da informação**

De acordo com a aplicação das técnicas referidas, efectuou-se a recolha de dados, sendo enquadrada nos objectivos traçados para este estudo de caso. Após a escolha da informação relevante e de transcritas as entrevistas, alcançou-se uma série de informação que permitiu o tratamento de dados, a definição, análise e interpretação do objecto de estudo.

Numa primeira fase foi organizado o registo de notas, quer da documentação seleccionada, quer nas transcrições das entrevistas realizadas aos entrevistados.

Posteriormente, realizou-se um trabalho analítico estabelecido na ordenação e sistematização da informação recolhida, na possibilidade de construir unidades de sentido. Esta análise de dados é um processo fundamental em que se reúnem a “via indutiva” e a “via dedutiva”, isto é, o referencial teórico e o material escolhido (Goetz e LeCompte, 1988).

“A análise das informações compreende múltiplas operações, mas três delas constituem, em conjunto uma espécie de passagem obrigatória: primeiro, a descrição e a preparação (agregaram ou não) dos dados necessários para testar as hipóteses, depois, a análise das relações entre variáveis; por fim, a comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir da hipótese” (Quivy e Campenhoudt. 1995: 216).

A análise de dados, fundamentada na problemática e nas questões orientadoras, levou à construção de uma lista de categorização de dados, que foi depois completada por outras categorias, vindas das informações recolhidas nas entrevistas e que constituíram dados muito importantes para a análise no estudo de caso realizado.

Além disto, foram construídas outras grelhas, para as entrevistas onde se depositaram os pontos essenciais. Para a informação de natureza documental foram também construídas grelhas onde se utilizou igualmente os códigos atribuídos na categorização. A utilização desta última fonte de informação, constitui um recurso fulcral para a fiabilidade do estudo e da análise realizado por permitir a “triangulação dos dados”.

Na apresentação deste trabalho de pesquisa efectuado optou-se pelo texto narrativo, juntando, sempre que possível, excertos de documentos e citações, gráficos e quadros de dados e opiniões dos entrevistados.

## **Capítulo III – Percorso do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista: passado, presente e futuro.**

### **1- Breve caracterização da cidade de Portalegre**

Capital de distrito com o mesmo nome, Portalegre situa-se no Alto Alentejo, na encosta sul da Serra de São Mamede, com uma área de 6132,88 km<sup>2</sup>, é uma das cidades mais bonitas de Portugal.

Construída num planalto da Serra de S. Mamede, tem simultaneamente características montanhosas e de planície alentejana que se conjugam num harmonioso e variado conjunto paisagístico.

O Distrito de Portalegre é constituído pelos concelhos de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Ponte de Sôr, Sousel e por conseguinte, Portalegre. Este, por sua vez, é composto por dez freguesias, duas urbanas e oito rurais, respectivamente, S. Lourenço, Sé, Alagoa, Alegrete, Carreiras, Fortios, Reguengo, Ribeira de Nisa, São Julião e Urrea.

Segundo a lenda, teria sido fundada 1900 anos antes de Cristo, por Lysias, filho de Baco, que aqui se instalara com o seu povo, no local da actual Ermida de S. Cristovão. A povoação chamar-se-ia por esta altura Ammaya, nome dado por Lysias em memória da sua filha Maya.

Repovoado após a Reconquista por D. Afonso III, foi-lhe concedido foral de vila por este monarca. Nesta época, o seu nome era Portus Alacer (Portus – um local de trânsito de mercadorias e Alacer – devido à sua alegre e pitoresca situação).

Em 1290, D. Dinis mandou fortificar e edificar o Castelo. Nas muralhas existiam sete portas: Alegrete, Postigo, Devesa, Poterna, Crato, Évora e Elvas.

D. João I, grato pela atitude dos portalegrenses ao pugnarem pela sua causa, deu a Portalegre o título de “Leal” em 1387.

No dia 23 de Maio de 1550, D. João III eleva Portalegre à categoria de Cidade e intercede junto do Papa Paulo III para a criação da diocese.

Com a elevação de Portalegre a cidade, muitos nobres e burgueses construíram as suas casas fora dos muros. Estas construções formam um dos conjuntos mais notáveis de moradias seiscentistas e setecentistas do País.

Em 1640, Portalegre é uma das primeiras cidades a reconhecer a independência de Portugal, no dia 2 de Dezembro.

No dia 18 de Julho de 1835 é elevada a sede de distrito.

As cores da cidade são o amarelo (nobreza, fé, fidelidade, constância e liberdade) e o negro (terra, firmeza e honestidade).

É uma cidade culturalmente muito rica, rodeada de uma paisagem magnífica e que tem capacidades turísticas intermináveis, a maioria delas ainda inexploradas.

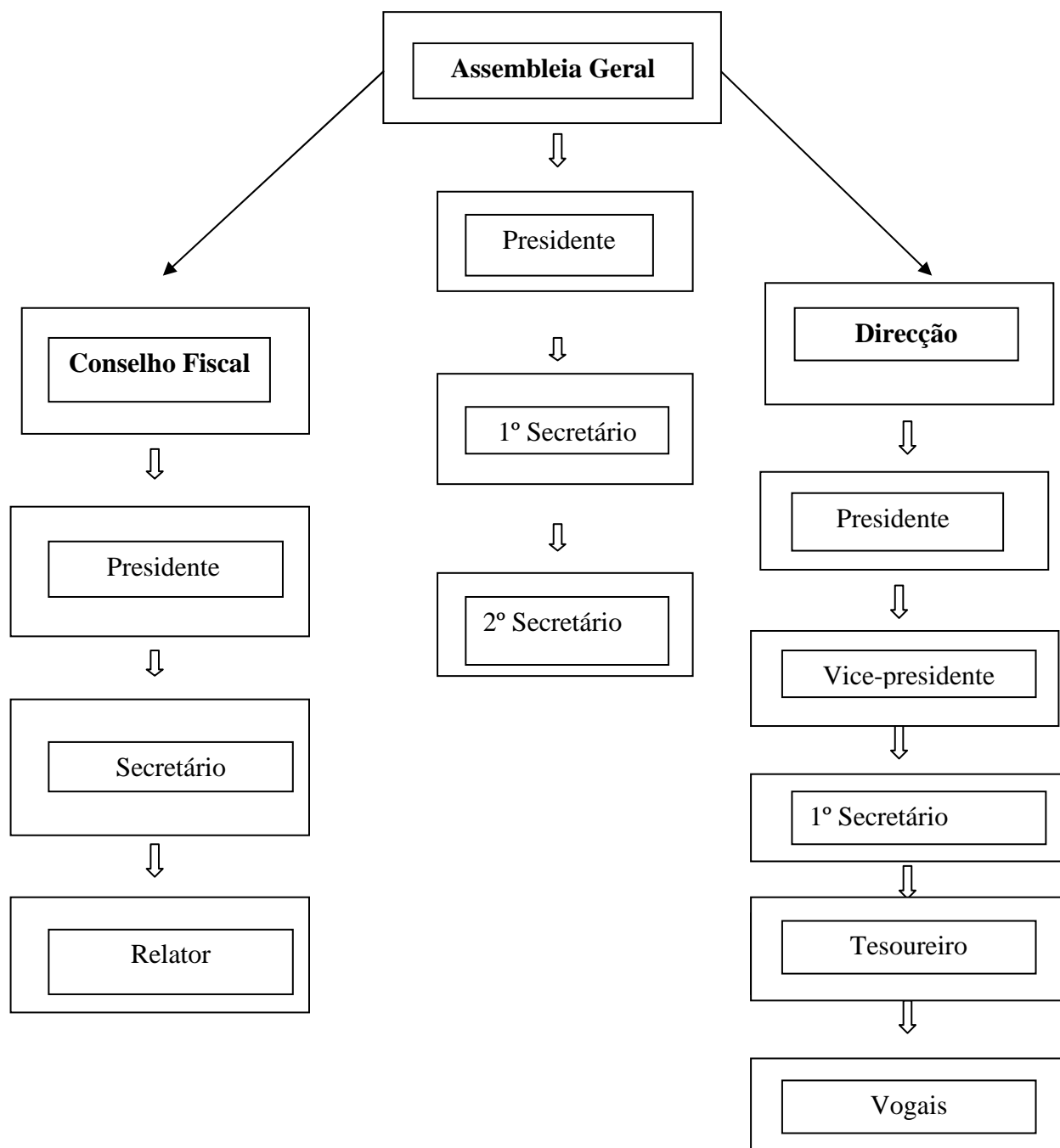
Qualquer viajante, que preze as riquezas próprias de uma região, embalar-se-á na beleza e encanto desta cidade norte alentejana.

É fácil entender que Portalegre contém um património histórico e cultural muito rico. São inúmeras as tradições, usos e costumes que caracterizam este povo ao longo dos tempos.

Assim, foi com esta vontade de preservar, perpetuar e divulgar esta valiosa cultura e tradição que surgiu em 1967 o agora denominado Grupo Folclórico e Cultural da Boavista.

## 2- Caracterização do G.F.C.B. de Portalegre

**Quadro 1 - ESTRUTURA FORMAL DO G.F.C.B.  
(ESTATUTOS)**



Através da observação do Organigrama da Estrutura Formal do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, podemos verificar que a organização formal é idêntica em todas as associações, onde verificámos a existência de uma Assembleia-Geral que é o órgão principal do Grupo e é constituída por um Presidente, por um 1º Secretário e por um 2º Secretário. A partir da Assembleia – Geral, há uma Direcção, constituída por um Presidente, por um Vice -Presidente, pelo 1º Secretário, pelo 2º Secretário, pelo Tesoureiro e por vogais e de um Conselho Fiscal constituído por um Presidente, um Secretário e um Relator.

Foi ainda referida a existência de um corpo que, na ausência de elementos disponíveis, o substitui. Este elemento (a comissão técnica) funciona como resposta ao vazio directivo que põe em causa o funcionamento das associações e corresponde a uma mudança na gestão organizacional como forma alternativa de mobilização popular e de criação de formas de participação activas. Esta situação coaduna-se com a natureza voluntária do trabalho dos dirigentes, muito dependentes do tempo disponível de cada um.

### **3- Percorso social, cultural e educativo do G.F.C.B.**

Neste capítulo pretendemos reconstituir o percurso de vida do G.F.C.B., desde a sua fundação no final da década de 60 até aos nossos dias.

Convém ter sempre presente os dados obtidos pela análise de documentos privados seleccionados, documentos não oficiais, como alguns recortes de jornais locais, as brochuras editadas pelo Grupo e também a experiência vivida pela investigadora no decorrer de todo o trabalho empírico, assim como durante o tempo que conhece de muito perto toda a actividade do Grupo, (cerca de 24 anos).

#### **3.1- A concretização dum sonho**

G.F.C.B. – Grupo Folclórico e Cultural da Boavista de Portalegre, nasceu a 27 de Julho de 1967 graças a um sonho de três amigos e dinâmicos moradores, que durante as festas dos santos populares organizaram a sua primeira marcha,

“ (...) Decidimos fazer uma marcha popular porque donde viemos de solteiros já nessas... nessas ruas se faziam marchas, marchinhas. As crianças e os pais aderiram e reuniram-se uma série de garotos e garotas para fazer essa marcha popular a qual deixou as pessoas entusiasmadas.” (Entrevistado A)

Após este evento, os três amigos, Carlos Fabião Vintém, António Lagarto e Álvaro Parreira viram-se envolvidos num processo de grande responsabilidade. Era necessário manter vivo o entusiasmo das crianças que na marcha haviam participado, bem como o das mães e pais que viram na dança e nos cantares uma oportunidade para darem aos filhos formação e ocupação.

“Sem quererem afastar-se umas das outras e pedindo a alguém que tivesse espírito de iniciativa que se criasse qualquer coisa, onde as crianças estivessem ocupadas.” (Entrevistado A)



Era este o núcleo que viria a dar ao bairro o Rancho Típico e Regional que, por força de tanta insistência e empenhamento, nasceu um mês depois de a marcha ter saído à rua.

“Entusiasmados, pensámos e decidimos formar um grupo folclórico.”  
(Entrevistado A)

Começaram, então, a surgir as dificuldades para iniciar a criação do Rancho. Não havia ensaiador, nem quem percebesse de dança, nem recolha de cantares, a primeira urgência era encontrar alguém que superasse estas dificuldades.

“Como nenhum de nós sabia dançar nem trazíamos experiência de grupos folclóricos, soubemos que um outro senhor que trabalhava no Banco Pinto e Sotto Mayor, chamado João Francisco Rosado Nunes Vidal, tinha capacidade e conhecia para além de folclore, já tinha trabalhado com grupos folclóricos, entre eles, o Rancho Folclórico de Marvão e que era um apaixonado da matéria da etnografia do folclore, inclusivamente, recolhia muito trabalho de dança, de canto e de poesia popular. Um apaixonado que passava todos os seus tempos livres de gravador na mão, percorrendo a serra, com a crença de que o que fazia era essencial para que os saberes dos trabalhadores da região não se perdessem. Foi o primeiro gravador que apareceu na região.” (Entrevistado A)

“Então, tomámos a iniciativa de ir ao encontro desse senhor e pedir-lhe que viesse ensaiar e dirigir e constituir através da etnografia e do folclore que ele sabia, um grupo folclórico.” (Entrevistado A)

Rancho Típico e Regional da Boavista foi, assim, o primeiro nome da colectividade em estudo. No entanto, a conselho do escritor e etnógrafo Tomás Ribaz, o nome foi mudado para Grupo Folclórico e Cultura da Boavista, como refere o entrevistado A:

“Grupo folclórico que no início foi chamado de Rancho Típico e Regional da Boavista e que mais tarde já a conselho de alguém em Lisboa, conselho este confirmado pelo Professor Tomás Ribaz, onde dizia que rancho, rancho só ao vivo, só estando lá mesmo no campo trabalhando, o que não era o caso”.

Com a criação do G.F.C.B. foi, igualmente, criado o logótipo do grupo. Como refere um elemento da Direcção, o Grupo não possui logótipo (pura e simplesmente) mas sim, um logótipo que identifique o Grupo e a Região que ele representa. No entanto, ao longo do tempo foram usadas diversas imagens (cujo fundamento se desconhece porque não há nada escrito que o explique).

Os Estatutos aprovados há 20 anos, no seu capítulo XI, no artigo 38º dizem:

“O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista tem como símbolos fundamentais uma bandeira com o castelo da cidade, com as cores amarelo e preto e um par de balhadores com os trajes mais característicos; um tarro de cortiça, espigas de trigo e foice.”

Todavia, já foi feita uma tentativa de lançamento de um concurso de ideias para a criação de um novo logótipo para o Grupo, mas as propostas que surgiram não satisfizeram a expectativa.

Existe uma necessidade real de fazer surgir uma imagem identificativa que seja coerente com o trabalho desenvolvido pelo Grupo como representante das gentes do campo da Portalegre rural do final do século XIX.



Figura 1- Logótipo do G.F.C.B.

### **3.2- Actividades e sua diversificação**

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista iniciou os primeiros passos em 1967. Para compreender melhor o seu percurso, torna-se necessário realçar todas as actividades desenvolvidas desde 1989 (ano em que se começou a registar todos os documentos no arquivo do grupo) até 2010.

O Grupo participou em inúmeras representações em Portugal Continental em vários eventos, como em festivais quer a nível nacional quer a nível internacional de renome, participando ainda em inúmeras digressões, encontros de dança, espectáculos, congressos, colóquios, exposições e roteiros etnográficos. Fazem estudos, pesquisa e investigação de interesse nesta sua área da cultura e dedicam-se inclusivamente na preservação e recuperação do património tradicional, procurando deste modo, conservar e manter a memória colectiva regional viva.

#### **Participações na T.V e na Rádio**

No ano de **1995**, a 3 de Setembro, o Grupo participou no Programa da TVI “Portugal Português”, transmitido das Festas do Povo de Campo Maior. Um ano depois, em **1996** a 6 de Fevereiro, participou no Programa da RTP1, apresentado por Marco Paulo “Música no Coração”. Em **2008**, a 8 de Agosto, o Grupo participou no Programa da RTP1 “Verão Total”, transmitido em Portalegre.

#### **Festivais e outras demonstrações de folclore**

A seguir apresentamos um quadro onde estão inseridos as participações dos festivais realizados pelo Grupo, tanto a nível do grupo adulto como a nível infantil, mostrando também outras demonstrações folclóricas.

Ano	Festivais Realizados		Participações em Festivais	Outras Demonstrações
	Adulto	Infantil		
<b>1989</b>	2	0	21	20
<b>1990</b>	2	0	26	19
<b>1991</b>	3	0	11	24
<b>1992</b>	2	1	13	35
<b>1993</b>	1	1	14	26
<b>1994</b>	2	1	17	11
<b>1995</b>	2	1	11	20
<b>1996</b>	2	1	16	29
<b>1997</b>	2	1	11	23
<b>1998</b>	2	1	12	17
<b>1999</b>	2	1	10	31
<b>2000</b>	2	1	12	22
<b>2001</b>	2	1	16	24
<b>2002</b>	2	1	12	26
<b>2003</b>	2	1	12	26
<b>2004</b>	2	1	10	27
<b>2005</b>	2	1	14	12
<b>2006</b>	1	1	10	23
<b>2007</b>	1	1	11	19
<b>2008</b>	1	1	11	24
<b>2009</b>	2	1	9	20
<b>2010</b>	1	1	9	20
<b>Totais</b>	40	19	299	498

Quadro 2 – Festivais e demonstrações folclóricas do G.F.C.B.

Pelo que foi exposto, podemos verificar que o G.F.C.B. realizou, ao longo destes anos acima transcritos, 498 actuações.

### **Actuações no estrangeiro**

Ao longo destes 43 anos de existência, o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista actuou várias vezes no estrangeiro.

Em **1989** de 21 a 31 de Março, comemorando “os Dias de Março na URSS” na Geórgia, actuaram 4 vezes. No mesmo ano, na Russa actuaram uma vez.

Em **1995**, o grupo foi para a Polónia, mais precisamente para Zielogona Gora de 12 a 19 de Agosto, onde actuaram 9 vezes.

No ano de **1996**, estiveram de 18 a 24 de Maio e no Parlamento Europeu, em França, no Estrasburgo e Colmar, efectuando 2 actuações. No referido ano, estiveram também não só na Alemanha, mais precisamente em Schlitz, de 18 a 22 de Julho, tendo actuado 3 vezes, como estiveram em Fregenal de La Sierra (Espanha) a 14 de Agosto actuando uma vez e, finalmente, realizaram 3 actuações, de 4 a 8 de Dezembro em Castellon de la Plana, também em Espanha.

Em **1998**, estiveram na Áustria, mais propriamente em Klagenfurt, de 14 a 19 de Julho e actuaram 5 vezes.

Em **1999**, realizaram 6 actuações, de 8 a 14 de Julho, em Salé e Rabat (Marrocos).

Em **2000**, estiveram na Expo 2000 na Alemanha, de 25 a 31 de Outubro e efectuaram 9 actuações.

Em **2001**, estiveram em Itália de 4 a 17 de Julho e em Klagenfurt, na Áustria perfazendo um total de 12 actuações respectivamente.

Em **2003**, realizaram 4 actuações, na Roménia, mais precisamente em Kampia Turzi de 14 a 22 de Agosto.

No ano de **2004**, de 7 a 14 de Abril em Leuven, Bélgica dançaram 6 vezes.

Em **2005**, actuaram 2 vezes, ente 26 e 30 de Agosto, em Barcelona.

Em **2006**, visitaram novamente Áustria, de 11 a 19 de Julho, realizando 5 demonstrações folclóricas.

No ano de **2008**, participaram de 8 a 11 de Maio, na comemoração do Dia da Europa em Andaluzia, Espanha, dançando 3 vezes.

Em **2009**, estiveram na Grécia, no final de Agosto, onde efectuaram 1 actuação.

No que diz respeito ao ano de **2010**, não tive o total das actuações realizadas no estrangeiro. Pelo que foi exposto, podemos concluir que o Grupo realizou 76 actuações fora de Portugal, efectuando muitos contactos com outros grupos estrangeiros, com o propósito de, segundo as próprias palavras da Direcção, “levar o mais longe possível, com o máximo de representatividade e qualidade, os usos, costumes e tradições, danças e cantares da nossa terra”. Para além do Canadá, visitado em **1979**, tendo sido a primeira grande aventura do Grupo e por isso, já mais esquecida, Rússia, Polónia, França, Alemanha, Geórgia, Áustria, Marrocos, Itália, Roménia, Bélgica e Espanha são países que o Grupo já visitou. Toda esta actividade também se inscreve por todo o Portugal continental e ilhas, sendo de realçar os Festivais de Folclore que organiza, anualmente, em Portalegre, tanto para adultos, como para infantis. Não menos importante, mas possivelmente, com menos visibilidade, é a participação em colóquios e conferências, a organização de um seminário sobre etnografia, de encontros de poetas populares, de exposições, de demonstrações de traje ao vivo e de outras actividades que têm por objectivo formar jovens.

### **Grupos estrangeiros em Portalegre**

Como acontece com os outros grupos, quando o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista se desloca ao estrangeiro, por exemplo é hábito depois fazer o intercâmbio com os países que visitam desde que seja possível. Assim, podemos salientar:

**1996**, de 22 a 30 de Maio, o Grupo da Letónia chegou a Portalegre para fazer diversas actuações.

Em Julho de **1999**, foi a vez do Grupo da Áustria.

Em **2002** de 23 a 30 de Julho, chegaram a Portalegre o Grupo da Áustria e Grupo da Roménia.

No ano de **2003**, em Julho, tivemos a visita do Grupo de Itália.

Em **2005** de 29 a 31 de Julho, o Grupo de Dança Cor da Catalunya.

### **Outras actividades relevantes**

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista não vive só de demonstrações folclóricas também realizam outras de grande relevância:

**1992:** Organizou 1.º Seminário sobre Etnografia, a 16 de Maio. Entregou medalhas e diplomas aos antigos e actuais membros do Grupo (Salão do Seminário Maior) em Julho e organizou, de 4 a 8 de Agosto, a exposição intitulada “ Boavista ao longo dos anos”.

**1993:** Procedeu à gravação de uma cassette Áudio e organizou o 1.º Encontro de Poetas Populares, a 18 de Setembro.

**1994/95:** Gravou a 1.ª cassette de Vídeo com fainas agrícolas e as balhações da recolha realizada pelo Grupo.

**2000:** Participou, de 6 a 11 de Julho, nos espectáculos “Florália” em Portalegre e Costa da Caparica.

**2001:** Participação no espectáculo “Florália” em Tavira, a 28 de Julho e organizou o 2º Encontro de Poetas Populares.

**2003:** De 21 a 23 de Fevereiro, fez a gravação da 2.ª cassette de Vídeo e a 12 de Abril, nova participação no espectáculo “Florária” em Abrantes.

**2005:** De 8 a 14 de Junho, estadia do Grupo na Ilha da Madeira e de 25 a 31 de Julho, o Grupo recebeu o Grupo Folclórico e Cultural de Santo António, Madeira.

**2007:** Realizou a 17 de Março, o espectáculo “Família do Boavista” no CAEP, representando vários quadros etnográficos (início da comemoração do 40.º aniversário). Realizou a 2 de Dezembro, o espectáculo “Boavista e os Amigos” no CAEP (encerramento da comemoração do 40.º aniversário). Organizou diversas participações em Colóquios, Encontros, Seminários e outras acções de debate e formação. Realizou uma Exposição de trajes ao vivo. Reactivou a Tradição das Maias, em Portalegre. O Grupo realizou convívios, noites de fados, bailes, serões à lareira e outros eventos para angariar fundos.

### **Outras colaborações**

O Grupo colaborou com a Junta de Freguesia da Sé, a Junta de Freguesia de São Lourenço e outras entidades na organização e realização de diversos eventos, tais como: matança do Porco, matança do borrego, magusto, festas de São Cristóvão.

“ (...) Há determinadas tradições, como por exemplo, a matança do porco, pela Páscoa a do borrego, pelo S. Martinho, o magusto.” (Entrevistado C)

“Actualmente, para além, deste trabalho que nunca está completo, organizamos também em Fevereiro a matança tradicional do porco, realizada no recinto de festas da Senhora da Penha, pela Páscoa, a festa do borrego, em Novembro, o magusto.” (Entrevistado J)

Com as Câmaras Municipais de Moura e Monforte e realização de Festivais de Folclore nestas localidades.

“ Tínhamos os chamados convites das festas populares das terras e tínhamos esses convites dado que o grupo avançou muito bem na sua autenticidade e na sua representatividade.” (Entrevistado A)

### **Actividades relacionadas com o trabalho interno do Grupo**

Se importante é a divulgação da cultura do Norte Alentejano por todo o País e Estrangeiro, não menos importante é a função educativa e pedagógica que as Associações Culturais exercem sobre os jovens a despontar para a vida, ajudando-os a serem homens e mulheres cultos, com ética e valor, no contacto humano e social, na amizade e fraternidade, no convívio, na troca de experiências sobre usos e costumes. Perante esta realidade, o Grupo tem realizado as seguintes actividades: estabilizou o Grupo adulto e infantil, aumentando, sempre que possível, a amizade e a solidariedade. Continuou a escola de folclore, ensinando as crianças a partir dos 5, 6 anos de idade. Reforçou a tocatá na área da música e cantares, abrindo as portas a novos elementos. Continuou as aulas de ginástica. Criou uma equipa técnica, formando novos ensaiadores entre os jovens, para continuar a defender e preservar a autenticidade do Grupo. Solicitou apoio para a dinamização da Escola de Música de Acordeão e outros instrumentos. Realizou reuniões com os vários elementos que dirigem e ajudam nos ensaios, para articulação das acções e orientações a desenvolver.



“ (...) Anualmente, em reunião de Direcção elaboramos o Plano de Actividades e o orçamento para o ano seguinte. Depois apresentamos aos sócios em Assembleia Geral, à Câmara e às Juntas de Freguesias que são nossos parceiros. Esta planificação é feita com base no ano anterior e com a marcação de festivais e compromissos agendados. “ (Entrevistado J)

Todos os membros do Grupo devem, através do trabalho, representar o mais fiel possível, o que eram as vivências dos antepassados da região de Portalegre.

### **Actividades relacionadas com a cultura e o desporto**

Dado que o Grupo se encontra inscrito no INATEL, há sempre a tentativa de criar algumas secções na área dos Jogos Tradicionais: pesquisou, recolheu e ensinou os mais jovens. Criou uma classe de dança aeróbica.

“Temos ainda para os sócios, ginástica de manutenção, um passeio pedestre e jantares temáticos.” (Entrevistado J)

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista tem vindo a apresentar desde 1989 (ano que começaram a registar todos os documentos) até aos dias de hoje o seu Plano de Actividades a concretizar para cada ano.

Podemos verificar, pelo que foi descrito anteriormente, que cada Plano é elaborado tendo em consideração não só a situação económica e social do país e os seus reflexos na vida do Concelho de Portalegre e do Grupo bem como as necessidades dos sócios e a apetência dos directores.

A sua concretização depende, inevitavelmente, do cumprimento de vários pressupostos determinantes para garantir a continuidade e a consolidação do Grupo.

Sendo objectivo fundamental da actividade desta Associação a defesa e a preservação das tradições populares como factor identificativo da terra e das gentes de Portalegre, é imprescindível manter e aprofundar o trabalho de pesquisa e análise sistematizada, estudando e aplicando, no seio do Grupo, os ensinamentos colhidos, melhorando sempre e alargando a abrangência do trabalho realizado e a realizar.

Pelo que foi dito, parece-nos que a associação tem desenvolvido um vasto número de actividades que vão de encontro às apetências dos directores e,

simultaneamente, às necessidades, problemas e exigências da sua massa associativa, nunca esquecendo as raízes e o orgulho que têm nas tradições da mesma.

“ (...) Havia também festivais de folclore e nós nesse tempo também já cá os fazíamos.” (Entrevistado A)

### 3.3 - Recursos e dificuldades

Todas as associações culturais, recreativas e folclóricas encontram dificuldades de ordem estrutural, quer no que diz respeito às instalações, quer em relação aos meios financeiros e humanos. As principais fontes de receita são as quotas, o bar e, naturalmente as actividades.

Por outro lado, a falta de apoio especializado torna mais frágil a área cultural, o que se vem notando na qualidade e seguimento de algumas acções. Nesta conexão social a instabilidade e dos recursos internos das colectividades e de infra-estruturas de apoio, bem como a conjuntura jurídico-legal são factores de entrave ao andamento das actividades, à adesão e participação de mais sócios e até mesmo de novos dirigentes, desvirtuando ainda a assiduidade e a motivação e interesse dos associados.

Como refere o entrevistado A, uma das maiores dificuldades era sem dúvida o dinheiro: “ (...) havia as dificuldades de dinheiro, mas conseguiu-se através do empréstimo do Banco Pinto e Sotto Mayor.”

Relativamente à situação do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, as infra-estruturas foram, e ainda continuam a ser, um grande motivo de preocupação, mas, no entanto, não impediu o Grupo de seguir em frente, concretizando, assim, o seu sonho.

“ (...) Decidimos ir à Câmara Municipal pedir que nos cedesse uma casa para os respectivos ensaios.” (Entrevistado A)

“A Banda Euterpe também nos cedeu gratuitamente a sua sede para podermos realizar os nossos ensaios.” (Entrevistado A)

“Depois desse espaço, mais tarde, viemos a descobrir que ao pé do bairro onde morávamos havia uma casa que tinha servido para electricidade e que ainda “tava” desocupada, tinha lá uns postes de cimento. Então a Câmara cedeu-nos essa casa, derrubou esses postes de cimento e disseram-nos para fazer um plano de sede e assim aconteceu.” (Entrevistado A)

“As fábricas não queriam dispensar os elementos que faziam parte do grupo mas com muito trabalho, empenho e dedicação lá conseguimos (...).” (Entrevistado A)

“Para cada tipo de dificuldade tem que surgir o tipo de resposta adequada. Por exemplo: para a realização de um Festival anual (há uns anos) fomos confrontados com a impossibilidade de existência de um palco com o mínimo de condições. Tivemos que recriar um ambiente campestre no chão. Fizemos surgir um cenário de eira e ali se fez o Festival que resultou muito bem.” (Entrevistado **B**)

“A actual sede do grupo teve melhorias e aumentos nas suas infra-estruturas por influência do Doutor Transmontano. Ele cedeu espaços para o grupo ficar enquanto as obras se realizavam.” (Entrevistado **C**)

“ (...) Infelizmente, o dinheiro não abunda nos nossos lados e então, pronto, fazia os contactos com os grupos para festivais, fazia os ofícios, (...)” (Entrevistado **J**)

“Nem tudo corre como nós queremos. Quando isso acontece, tenta-se com muito diálogo, calma e ponderação porque nós estamos aqui para preservar sempre o grupo e o seu nome.” (Entrevistado **J**)

### **3.4- O G.F.C.B. e o Poder Local**

As associações têm cada vez mais um papel importante ao nível dos procedimentos do desenvolvimento local, estando presente nesse papel a qualidade de vida da população e a disponibilidade de lhes oferecer as actividades de carácter cultural, lúdico e educativo, que de outra forma não teriam acesso.

As colectividades mostram-se capazes de criar condições necessárias, gerando ideias, trocando saberes e experiências de modo a valorizar o indivíduo, assumindo-se como meio favorecido na organização de uma consciência comum e de espaço de visibilidade pública.

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista tem mantido ao longo dos 43 anos de existência um relação saudável, amena e de grande responsabilidade com o Poder Local.

“ Formidável. O grupo não tem palavras para agradecer aos mais variadíssimos Presidentes de Câmara que acreditaram no grupo, deram-lhe a mão e o grupo tinha uma responsabilidade e noção dessa responsabilidade que fizeram com que as nossas relações fossem sempre brilhantes e as melhores. Se fomos e acho que ainda somos um grupo com muito valor, um grupo com muita representatividade na cidade, muito devemos à Câmara e aos seus Presidentes.” (Entrevistado A)

“A relação com o Poder Local é feita com protocolos assinados em que se estabelece logo os apoios que nos são concedidos e da nossa parte a disponibilidade para participarmos nos eventos promovidos. Pode-se dizer que é uma relação presentemente boa e que tem possibilitado o crescimento do grupo.” (Entrevistado J)

“Em relação à Câmara Municipal, aquando das nossas deslocações, pedimos os autocarros, se forem cedidos não pagamos, caso contrário, é atribuído um subsídio e normalmente pouco sobra quando pagamos os autocarros.” (Entrevistado J)

As relações com o Poder Local resumem-se aos encontros nas reuniões para atribuições dos subsídios. Não foram mencionados momentos de encontro e de diálogo, espaços de partilha e planificação de actividades.

Relativamente ao Estado, os entrevistados nem o referiram, pois, este não contempla no seu Orçamento verbas para o desenvolvimento das iniciativas populares.

### **3.5- Relações institucionais**

#### **Federação Portuguesa de Folclore e INATEL**

O G.F.C.B. é membro da Federação Portuguesa de Folclore, da Associação de Folcloristas do Alto Alentejo e filiado do INATEL.

Relativamente à Federação e ao INATEL, os seguintes os entrevistados referiram que,

“ (...) O grupo veio a ganhar uma tal representatividade e autenticidade que foi convidado por outros grupos lá de cima para congressos e seminários que se realizavam no norte. Foi aí que começou a ser trabalhada a Federação do Folclore Português, pelo Senhor Augusto Gomes. Andámos durante cinco anos a ajudar a criar a federação.” (Entrevistado **A**)

“ (...) Com o INATEL, foi através do professor Tomás Ribaz, que já conhecia o grupo, aconselhou-nos que nos relacionássemos com ela. Porém, depois do 25 de Abril, a situação tornou-se complicada, devido à proliferação dos ranchos folclóricos.” (Entrevistado **B**)

“As relações, também aqui, são institucionais. O Grupo participa nas iniciativas organizadas pela Federação do Folclore Português (Congressos, colóquios, seminários e outras acções de formação, exposições de trajes ao vivo, feiras rurais e outros eventos). A Federação presta apoio técnico quando solicitado pelo Grupo na organização dos intercâmbios que este organiza.” (Entrevistado **B**)

“Com o INATEL também são relações esporádicas ou pontuais. Por exemplo: atribuição de instrumentos musicais ou apoio financeiro, ou participação em iniciativas próprias do INATEL como a que aconteceu em Junho de 2010 na vila de Monforte, onde o Grupo exemplificou a cava, a monda e o balho.” (Entrevistado **B**)

### **Instituições escolares**

Na realidade, o G.F.C.B. tem inscrito nos seus objectivos “Contribuir, através de manifestações de folclore e outras de índole cultural, para a promoção sociocultural dos seus associados e para a valorização da região de São Mamede.” Por isso, já assinou protocolos de colaboração com escolas, nomeadamente, a dos Assentos e a do Atalaião, onde vai ensinar usos e costumes do concelho.

Este trabalho resulta de um grande esforço e da boa vontade dos voluntários do Grupo que se preocupam em recrutar mais elementos para os infantis, mantendo em permanência o ensino das balhações. Note-se que alguns jovens, quando atingem o 12º ano, tendem a sair do grupo, como refere o actual Presidente, Joaquim Rebelo, para prosseguirem a sua formação académica, pelo que tem de haver sempre substitutos.

Relativamente aos entrevistados, os mesmos referem trabalhar com as escolas têm sido um trabalho muito gratificante e ambicioso, na medida, que é através dele, que muitos jovens começam a interessar-se pela entrada no Grupo.

“O grupo tem impulsionado por vontade própria o contacto com as escolas com o objectivo de divulgar o grupo e recrutar mais pessoas, sendo exemplo disso, a criação de clubes de folclore nas escolas dos Assentos e do Atalaião.” (Entrevistado **B**)

“Existem relações institucionais com as escolas dos diversos níveis do ensino. As escolas do ensino básico têm sido uma boa fonte de recrutamento de membros para o Grupo. Por exemplo, no Atalaião e nos Assentos, temos desenvolvido projectos de ensino/aprendizagem de jogos tradicionais, dança folclórica, diversos aspectos da tradição oral, com a designação de “Dantes era assim...” e “Clube de Dança Folclórica” respectivamente.” (Entrevistado **B**)

“ Também alunos de escolas do ensino superior de outros pontos do país têm solicitado o apoio do Grupo e do seu património para a elaboração de trabalhos em diversas áreas, nomeadamente alunos da Faculdade de Motricidade Humana, Escola Superior de Educação de Castelo Branco, Universidade Nova de Lisboa, (...).” (Entrevistado **B**)



## 4- Recolhas

### 4.1- Trajos de festa<sup>3</sup>

Desde sempre que cada época se reflecte no modo de vestir de uma sociedade. O trajar é uma forma de expressão de cada cultura, de cada corrente de pensamento e de sentimentos. É também uma das expressões mais puras e sinceras de cada povo.

Um dos passos para que se possa conhecer uma sociedade é através das suas vestes. Estas razões levam a que seja fundamental conhecer um pouco dos trajes que estavam em vigor nas nossas gerações passadas, na região de Portalegre. Roupas específicas, de trabalho e de festa, das gentes de Portalegre e arredores. De momento, estas são representadas pelo Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, para que não caiam em esquecimento.

Como o grupo possui um vasto leque de trajes, vamos apresentar alguns dos mais significativos.

#### Trajo de Alagoa

O traje é composto por uma blusa ou casaquinha de lã, cor-de-rosa vivo, com meia gola e com peitilho em veludo azul-escuro, manga justa até ao cotovelo.

A saia é de cor castanha em lã, com barras de galão, nos mesmos tons e de número variável.

O avental geralmente azul claro ou vivo e com a particularidade de ser enfeitado com rendas da mesma cor mas de tons mais escuros nos bolsos e em baixo, dividindo a parte lisa dos folhos. O lenço de cachene com ramagens era usado na cabeça ou pelos ombros.



Figura 2- Trajo de Festa de Alagoa

---

<sup>3</sup> A informação sobre os trajes foi facultada pelo Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, tanto através de testemunhos orais, como nas brochuras e outras documentações.

As meias brancas arrendadas feitas à mão com cinco agulhas.

Os Sapatos de calfe preto, com presilha e abotoados de lado. O saiote era confeccionado em linho ou pano de algodão fino e com renda de bicos.

A camisa de linho ou de pano de algodão com alças do próprio pano que iam um pouco abaixo dos joelhos, normalmente eram bordadas à mão no peito. O corpete era enfeitado com rendas estreitinhas ou pontilhas.

### **Trajo de Alegrete**

O traje de festa de Alegrete é composto por uma blusa de lã verde com peitilho de veludo preto e na manga até ao cotovelo, a manga é tufada. Tem colareta e abotoa de lado.

Uma saia amarela de baeta, debruada e com barra bordada de soutagem preta, fazendo a barra de desenhos. Por dentro, ao fundo, tem um forro de mais ou menos 20cm, a que dão o nome de catrapisa. Na frente quase não tem roda, pois esta situa-se na parte de trás da saia, começando o tecido a fazer nervuras logo a partir das costuras dos lados.

O avental é preto em tecido de algodão fino e enfeitado com renda da mesma cor, com bolsos. O lenço é de cachene e as meias eram brancas de cordãozinho, arrendadas feitas à mão.

Os sapatos de calfe preto, tipo "chinela" abotoados de lado com um botão. O saiote era confeccionado de pano fininho ou linho com rendas de bicos.

A camisa de linho ou pano, com alças do próprio pano bordada no peito às cores e um pouco abaixo dos joelhos. O corpete enfeitado com rendas estreitinhas ou pontilhas.



Figura 3- Trajo de Festa de Alegrete

## **Trajo de Côca**

Trata-se de um traje de mulher, todo de cor preta, que no início do século XIX era utilizado no dia do casamento, no início do século XX e com a introdução de cores claras nos trajes de casamento, a côca passou a ser fato de viúva, de se ir confessar na semana santa, de ir à missa, ou para efectuar visitas ou encontros clandestinos. Este traje deixou de se ver na cidade de Portalegre por volta dos anos 30 do século XX.

Era confeccionado em tecido de algodão, em brocado de seda, e em merino de lã sedoso de acordo com as posses de cada pessoa e condição social.

O traje é composto por uma blusa com franzido nos punhos e na cintura, finge uma blusa sob uma casaquinha com colarete, abotoa de lado ao pescoço, descendo depois ao meio do peito à cintura. A saia franzida na cintura e comprida até aos pés.

O manto colocado sobre a cabeça, tapando o corpo da mulher até à cintura ou até à anca de acordo com o nível social de quem o veste (até à cintura para as mulheres abastadas e pela anca para as mulheres da classe média) sendo na parte da frente pendurada, a cair sobre o rosto, uma renda (espessa de forma a que a pessoa não possa ser reconhecida).

As meias eram pretas ou cinza feitas à mão de cordãozinho e os sapatos eram pretos, tipo chinelo com um botão de lado ou cordão atado no peito do pé, de fivela ou de atacado.



Figura 4- Trajo de Côca

### **Trajo de Noiva da Cidade de Portalegre**

Este traje era utilizado na cidade de Portalegre e o tecido era de brocado preto.

O traje era composto por uma Casaquinha justa ao corpo, tinha um papo (género de peitilho) decorado com rendas pretas e fita de veludo da mesma cor. Abotoa de lado ao pescoço, descendo depois ao meio do peito à cintura.

A saia era comprida, caindo até ao tornozelo, franzida com uma barra de veludo preto.

As meias brancas arrendadas feitas à mão com cinco agulhas.

Os sapatos de calfe preto, com presilha e abotoados de lado.

O saiote confeccionado em linho ou pano de algodão fino e com renda de bicos.

A camisa de linho ou de pano de algodão com alças do próprio pano que iam um pouco abaixo dos joelhos, normalmente eram bordadas à mão no peito e o corpete enfeitado com rendas estreitinhas ou pontilhas (renda estreita feita à mão directamente na ponta do tecido).



Figura 5- Trajo de Noiva da Cidade de Portalegre

### **Trajo de casamento da Urra**

O fato de noivo utilizado na freguesia da Urra, como quase todos os da região, era preto. É um traje de cerimónia que simbolizava a solenidade e não o luto.

O traje era composto por tecido de merino de lã ou de cazemira. A jaqueta curta com cortes nas costas. Meia gola enfeitada a veludo e fita de seda. Com seis alamares de algodão de seda, berloques e três bolsos (chamada joleca de três quartos). O colete era de banda enfeitado com bolsos. A camisa era branca de linho ou de algodão muito fino, com peitilho decorado com rendas e fita de veludo azul claro (a chamada fita do ciúme).

A cinta cor de vinho ou vermelha. Quando solteiro, o homem usava a ponta da cinta do lado direito. Isto tem a ver com o conceito de submissão da mulher ao homem a partir do casamento, depois do casamento a mulher casada passava para o lado esquerdo do homem, para um lugar subalterno. A calça com boca-de-sino a cair na bota e bolsos ao alto. As ceroulas de linho mais fino. O chapéu preto de aba larga. As botas de calfe ou de bezerra com elástico, conforme a condição social e as meias brancas arrendadas e feitas à mão. O lenço branco no bolso, normalmente, bordado pela noiva, que oferecia ao futuro marido.

No dia do casamento, o homem não podia deixar de usar o seu relógio no bolso, apresentando assim as correntes de ouro ou de prata. As meias eram mais artísticas do que as usadas em qualquer outra povoação.



Figura 6- Trajo de casamento da Urra

### **Trajo de Lavrador**

O traje é composto por calças de boca-de-sino, ajustada à perna.

O colete de meia gola arredondada, debruada com veludo preto ou fita nos bolsos.

A camisa branca de linho ou algodão, com peitilho, decorada com rendas e nervuras.

A jaleca de três quartos era decorada com alamares pretos, e tinha meia gola de veludo preto. Era debruada nessa mesma cor, nos bolsos, punhos e abotoaduras. As ceroulas de linho, algodão ou flanela.

O chapéu preto de aba larga. As botas eram pretas de calfe. As meias de linha e a cinta vermelha.

Usava relógio de bolso.



Figura 7- Trajo de Lavrador



## 4.2- Trajos de Trabalho<sup>4</sup>

### Trajo de Aguadeira

A Aguadeira é a mulher que leva a água a quem tem sede.

O traje é composto por uma blusa confeccionada em chita ou em lainete, quase sempre de cores vivas. Tinha mangas compridas e era franzida na cintura.

A saia era feita de riscado, às riscas ou aos quadrados, ou de gorgorina às flores. Franzida na cintura ou de pregas soltas.

O avental de chita ou de riscado, quase acompanhava o comprimento da saia. Atando atrás na cintura com um laço tendo uma ou duas algibeiras.

As meias feitas à mão, tecidas com fio de algodão (cordãozinho no dizer o povo).

Os sapatos ou botas de atacado, tipo de cabedal grosseiro. Usavam-se botas ou sapatos de acordo com as "posses", o poder de compra de cada um.

O lenço de algodão ramejados, que usava na cabeça.

O chapéu de feltro, de abas viradas para baixo.

A camisa usada como roupa interior. Tipo de vestido sem mangas, com pouca roda e a bater por cima do joelho. Feita de pano-cru.

O saiote ou saia de baixo com franzido na cintura e a acompanhar o comprimento da saia. Era feita de flanela.

O corpete ou colete para aconchegar os seios - substituído nos nossos dias pelo soutien.

A aguadeira utilizava como utensílios o tarro de barro, onde levava a água, o cocho de cortiça por onde bebiam os trabalhadores, o xaile de lã que servia de protecção e agasalho em todas as épocas do ano e servia também de toalha na hora das refeições e, finalmente, o tarro de cortiça para transportar os alimentos.



Figura 8- Trajo de Trabalho - Aguadeira

---

<sup>4</sup> A informação sobre os trajes foi facultada pelo Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, tanto através de testemunhos orais, como nas brochuras e outras documentações.

## **Trajo de Azeitoneira**

Azeitoneira é a mulher que ripa e apanha a azeitona. Porque se tratava de um trabalho efectuado no Inverno, os tecidos utilizados eram de algodão com pêlo por dentro ou de flanela.

O traje é composto por uma blusa que era confeccionada em chita ou em lainete quase sempre de cores vivas.

A saia feita de riscado, às riscas ou aos quadrados, ou de gorgorina às flores. Franzida na cintura ou de pregas soltas.

O avental de chita ou de riscado, quase acompanhava o comprimento da saia. Atando atrás na cintura com um laço tendo uma ou duas algibeiras.

As meias feitas à mão, tecidas com fio de algodão (cordãozinho no dizer do povo).

Os sapatos ou botas de atacado tipo de cabedal grosseiro. Usavam-se botas ou sapatos de acordo com as "posses", o poder de compra de cada um. O lenço de algodão ramejados, que usava na cabeça.

O chapéu de feltro, de abas viradas para baixo. Os manguitos, uma espécie de meias mangas que utilizavam para proteger as mangas da blusa. A camisa usada como roupa interior. Tipo de vestido sem mangas, com pouca roda e a bater por cima do joelho. Feita de pano-cru.

O saiote ou saia de baixo com franzido na cintura e a acompanhar o comprimento da saia. Era feita de flanela.

O corpete ou colete para aconchegar os seios, substituído nos nossos dias pelo soutien.

Como utensílios, a azeitoneira utilizava a cesta para ir depositando as azeitonas que ia apanhando, um cocho de cortiça por onde os trabalhadores bebiam água. O xaile de lã e o tarro de barro que tinham utilidade igual para a aguadeira.



Figura 9 – Trajo de Trabalho de Azeitoneira

## **Trajo de Ceifeira**

Figura da mulher que ceifava o trigo nos campos. Porque se tratava de um trabalho efectuado no início do Verão, os tecidos utilizados eram de algodão.

O traje é composto por uma blusa que era confeccionada em chita ou em lainete quase sempre de cores vivas.

A saia feita de riscado, às riscas ou aos quadrados, ou de gorgorina às flores. Franzida na cintura ou de pregas soltas.

O avental de chita ou de riscado, quase acompanhava o comprimento da saia. Atando atrás na cintura com um laço tendo uma ou duas algibeiras.

As meias, os sapatos, o lenço, o chapéu, os manguitos, a camisa, o saiote ou a saia de baixo, o corpete ou o colete, são vestes iguais à aguadeira e à azeitoneira.

No que diz respeito aos utensílios, a ceifeira utilizava a foice, instrumento com que fazia o seu trabalho. Também usavam dedeiras ou canudos feitos de cana, utilizados para proteger os dedos da mão esquerda, em relação aos movimentos da foice evitando que esta cortasse os referidos dedos.



Figura 10 – Trajo de Trabalho de Ceifeira

## **Trajo de Pastor**

O pastor é o homem que guarda o rebanho de ovelhas. A sua maneira de vestir é inconfundível.

Na confecção do seu traje, são utilizados tecidos de algodão para o Verão e de lã, flanela e saragoça para o Inverno.

O traje é composto por calças justas à perna a terminar em boca-de-sino, caindo em cima da bota. Abotoa com botões e, atrás na direcção da anca, com presilhas confeccionadas com o mesmo tecido das calças, abotoando com fivela. O tecido utilizado no Verão era o cotim (cinzento escuro, azul escuro, castanho escuro às riscas



ou aos quadrados); no Inverno era o saragoça (geralmente de cor castanha, lisa). As ceroulas que usava sob as calças (tipo de calças interiores com abertura - tipo berguilha - e com perna comprida, atando em baixo com fitas de "trançadeira" - fita de algodão); as ceroulas eram feitas de pano-cru ou riscado no Verão e no Inverno eram de flanela.

A camisa de peitilho aberta apenas até ao peito. Colarinho tipo "colareta". O tecido utilizado na sua confecção era o riscado no Verão e a flanela no Inverno, de cores diversas às riscas ou aos quadrados.

O Colete simples, mas com bandas arredondadas, abotoa com cinco botões e tinha um bolso onde trazia o relógio de algibeira, o tabaco e o isqueiro.

A cinta preta segurando as calças e protegendo a cintura com fivela de lado.

As meias de algodão feitas à mão. As polainas de couro para proteger as pernas e as calças, da água e lamas no Inverno e dos picos no Verão.

O chapéu preto de feltro com abas largas. O lenço ao pescoço. Sobre este traje usava-se o pelico e os safões, confeccionados em pele de ovelha. O pelico é um tipo de casaco sem mangas apenas com uma aba sobre o braço, com uma parte mais comprida atrás para protecção de todo o corpo.

Os safões são aplicados sobre as calças, abotoando atrás na cintura e ao correr das pernas, por dentro. Como utensílios, o pastor utilizava o azeiteiro em corno de bovino onde transportava o azeite, as cornas que eram pequenos recipientes em corno de bovino onde levava o sal e as azeitonas, a manta de lã, os alforjes confeccionados em cotim ou em manta de trapica, onde transporta os alimentos secos (pão e "conduto" - toucinho, queijo, etc.), o tarro feito em cortiça para levar os alimentos. A função térmica da cortiça permite-lhe transportar comida quente ou fria, cajado, pau com curva na extremidade superior e o gravato é um utensílio usado para ajudar a apanhar as ovelhas. Trata-se de um pau com cerca de 1,5m ou 1,80m que tem aplicado numa das pontas uma curva em ferro.



Figura 11- Trajo de Trabalho de Pastor

### **Trajo de Tirador de cortiça**

O Tirador de Cortiça é o homem que extrai cortiça dos sobreiros.

Tirar a cortiça é um trabalho violento e que requer muita agilidade e um pouco de especialização.

O Trajo é composto por um chapéu preto de feltro de aba larga, uma camisa de riscas, com colarete e abotoada até meio do peito.

Um colete de cotim simples, mas de banda. As ceroulas de pano-cru ou riscado claro.

As calças de cotim estreitas e com fundo de boca-de-sino.

Os Safões de lona forte e em branco que usava para proteger as calças de fazenda mais débil e mais cara.

A cinta era preta.

As botas de atanado ou de bezerra afiveladas e cardadas na sola.

As meias de linha de algodão de várias cores feitas à mão com cinco agulhas.

Os utensílios utilizados pelo tirador de cortiça eram o machado, os alforjes, pequeno ou grande para levar o comer consoante os dias que estivesse sem ir a casa, o cantil para levar água fresca.



Figura 12 – Trajo de Trabalho – Tirador de Cortiça

### 4.3- A Tocata<sup>5</sup>

Falar em danças e cantares e não falar na tocata seria estarmos a falar de folclore, de forma incompleta. O grupo também faz recolha de instrumentos e tem vindo a adquirir alguns, ao longo dos tempos. Os mais antigos, normalmente, são guardados por não se encontrarem em condições de serem tocados. Outros, em bom estado ou mais recentes, são adquiridos e utilizados, isto é, as camadas populares (que o povo representa) só devem utilizar os instrumentos que utilizavam nas suas manifestações lúdicas.

A nível da tocata, o Grupo apresenta os seguintes instrumentos: bandolim, viola, ronca, adufe, castanholas, ferrinhos, harmónica, acordeão, concertina.

Eis alguns exemplos de instrumentos utilizados pelo Grupo.



Figura 13- Bandolim



Figura 14 – Ronca



Figura 15 - Concertina



Figura 16 – Adufe

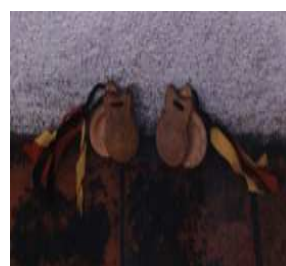


Figura 17 - Castanholas

---

<sup>5</sup> A informação sobre instrumentos foi facultada pelo Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, tanto através de testemunhos orais, como através de outras documentações.

## 4.4- Músicas e Letras<sup>6</sup>

Segundo Enes Pereira (1997), “ as canções e as danças circulavam livremente como o vento, de boca em boca (...)” (p.59).

O grande objectivo do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista é recolher, preservar e defender a tradição das gentes do Norte Alentejano. Para poder apresentar um trabalho fidedigno e credível, tem realizado ao longo dos anos da sua existência um vasto trabalho de recolha, tendo sempre muito cuidado com a autenticidade e evitando alterações provenientes das novas formas de vida. O mesmo acontece com as músicas e as letras.

A escolha do reportório depende de espectáculo para espectáculo. Quando se trata de participação em festivais, o Grupo tem o cuidado de escolher um conjunto de danças de acordo com o tempo que lhe é atribuído e ainda tomando em consideração a participação dos outros grupos, caso pertençam à mesma região. De ano para ano, o reportório é modificado para não cansar o público, para não se tornar saturante.

Quando há tempo, o Grupo explica a dança e o traje da região.

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista apresenta um vasto reportório de músicas e letras, contudo, falaremos das mais significativas.

### 4.4.1- Boda da Maria



### Boda da Maria

Moda recolhida em São Julião e era normalmente dançada nos casamentos.

Dias antes do casamento, os noivos convidavam a juventude da freguesia e ofereciam-lhe uma festa da despedida de solteira “cloque” no dizer do povo.

---

<sup>6</sup> A informação sobre as músicas e letras foram facultadas pelo Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, através de documentação.

#### 4.4.2- Moreninha viraste

#### Moreninha Viraste

*Moreninha Viraste*  
(Saías Polqueadas - Reguengo)

Rapaz  
Minhas vozes vão ao ar  
Minhas vozes ao ar vão  
Se eu aqui tiver amores  
Eles me responderão

Rapariga  
Se é por mim que vós bradais  
O meu peito acudir vem  
Se é por outra já me calo  
Se é por mim aqui me tem

Coro  
Ora vira que vira  
E toma a virar  
Ora dá três pulinhos com teu pé no ar  
Moreninha viraste, viraste, virei  
Moreninha cantaste, cantaste, cantei

Rapaz  
Passei pela tua porta  
Pisei-te a salsa sem querer  
Deitei-lhe uma pinga de água  
Ela tornou a crescer

Rapariga  
A salsa da minha horta  
Qualquer raminho tempera  
Não quero amores da cidade  
Que são textos de panela

Coro  
Rapaz  
Maria deixa o Reguengo  
Vem comigo para a cidade  
Deixa pai e deixa mãe  
Vem para a tua liberdade

Rapariga  
Eu não vou para a cidade  
Eu não deixo a minha aldeia  
Terra onde eu me criei  
Não lhe posso chamar feia

É um vira de saias recolhido na freguesia do Reguengo. É dançado ao estilo de quatro, mais rodado. Primeiro é rodado, só depois é batido e passado. Este batimento é feito com três pulos.

## 4.5 – Quadros etnográficos: usos e costumes<sup>7</sup>

O folclore esteve sempre associado aos trabalhos do campo e ao monte, daí que esteja aliado aos costumes da terra.

No decorrer do amanho da terra, era normal as pessoas cantarem; o mesmo acontecia nas mondas, a semear, nas vindimas, no varejo e apanha da azeitona, na ceifa. Cantava-se durante o trabalho e, no final, havia baile ao som de uma concertina.

De igual modo, nas idas aos montes para pastar o gado, roçar o mato, homens e mulheres cantavam e, no fim, dançavam.

Mas nem só do trabalho viviam as pessoas. Aos domingos, em dia de festa, as moças vestiam os seus lindos trajes e, acompanhadas pelos moços, divertiam-se dançando e cantando. Foram nessas festas que nasceram os célebres cantares ao desafio.

É com o sentido de recriar este ambiente atrás descrito que surgiram os quadros etnográficos, que são recolhidos junto de pessoas de idade que explicam todos os passos e como eram feitos no seu tempo. Deste reconhecimento resulta uma melhor e mais autêntica representação.

De facto, de algum tempo a esta parte, temos assistido a um grande número de quadros etnográficos recolhidos pelo Grupo, no entanto, só nos é possível, colocarmos uma pequeníssima amostra, visualizando, assim, o trabalho árduo do campo de antigamente.

### **Quadro - varejo e apanha da azeitona**

Antigamente, a cuidadosa colheita manual era o método mais inofensivo para a árvore e para as azeitonas. Mulheres possuidoras de um saber ancestral, ripavam, cuidadosamente, as azeitonas dos ramos das oliveiras – um trabalho lento e dispendioso. Para melhorar o rendimento da colheita, utilizava-se o varejamento: homens, utilizando varas, derrubavam as azeitonas que as mulheres apanhavam



Figura 13 – Varejo e apanha da azeitona

---

<sup>7</sup> A informação sobre os quadros etnográficos foi facultada pelo Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, tanto através de testemunhos orais, como através de documentação.



para as cestas. A apanha de azeitona era um trabalho de mulheres. Trabalho sofrido: todo o dia corcovadas; no rigor do Inverno, com o corpo enregelado pela roupa encharcada, porque os agasalhos escasseavam. Os ranchos de homens e mulheres varejavam, colhiam e apanhavam a azeitona que haveria de constituir riqueza, alimento e luz.

### **Quadro – A ceifa**

Com a chegada de Maio, o verde tranquilo das searas desaparece, dando lugar ao amarelo dourado, anunciando um virar de página na vida dos campos. Em Junho, o sol “aperta” a campina alentejana e o amarelo dourado das espigas em “acção” de ceifar anuncia o começo desta faina agrícola. Ao romper da aurora a ceifa começava, porque assim o “pão” não “desbagoava”. Trabalho duro e rude este da ceifa, principalmente para quem ia trabalhar pela primeira vez.



Figura 14 – A Ceifa

### **Quadro – A cava**

Antes ou depois de se prepararem os alqueives, com excepção das que se destinavam a grão-de bico ou a chicharos, com o enxadão, as terras eram desmoitadas do que as sujava e “embaraçava”. Embora este trabalho começasse no fim da sementeira, o período intenso da desmoita decorria no Verão, depois de se recolherem as palhas. A ferramenta principal do pequeno lavrador era a enxada. Com ela se revolia toda a terra. São variados os tipos de enxadas utilizados na cava: enxada rasa, de pontas, entre outras.



Figura 15- A Cava

#### 4.6 Recriação de um baile à moda antiga<sup>8</sup>

Esta actividade é recente. Foi recriada no dia 22 de Maio de 2010, pela ocasião das festas da Cidade. A história mostra-nos que, em qualquer parte do mundo, o ser humano se dedicava à dança, fosse como prática religiosa, social ou outra; como forma de expressão de arte ou de mera diversão. É uma expressão rítmica e gestual de sentimentos.

Independentemente da condição social, ou das condições de vida em que se vivia antigamente, o ser humano sempre mostrou a sua boa disposição e o desejo de se divertir em determinados momentos. E o baile (ou o balho na linguagem popular) constituía o momento ideal para o convívio, representando, muitas vezes, momentos únicos e propícios ao início de um serão.

A recriação de um baile à moda antiga tem, exactamente, a particularidade de ser recriado ao mais ínfimo pormenor: desde as raparigas estarem sempre ao pé das suas mães e serem os rapazes a pedir para dançarem com as filhas. No final de série, as raparigas iam para um lado e os rapazes para o outro. Como foi anteriormente dito, esta actividade foi a mais recente que o Grupo está a recriar, recolhendo e preservando o seu património cultural imaterial.



Figura 16- Recriação de um baile à moda antiga



Figura 17 – Recriação de um baile à moda antiga

---

<sup>8</sup> A informação sobre a recriação do baile à moda antiga foi facultada pelo Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, através de documentação.



Podemos referir que o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista aposta muito no Património Cultural Imaterial. Além das actividades já mencionadas, o Grupo também recolhe material para o museu etnográfico. Elabora fichas individuais de cada traje com fotografia (origem, época...). Elabora fichas de recolhas existentes (quem as fez, quem as forneceu, a sua origem, época...). Pesquisa pelas freguesias da região Portalegre mais balhações, trajes e cantares e reprodução alguns trajes mais representativos e mais antigos com o objectivo de preservá-los e conservá-los.

Ao longo do seu percurso, o Grupo tem vindo a aperfeiçoar e a dinamizar as actividades referidas.

## 5- O papel do G.F.C.B. enquanto espaço de Educação e Formação

Embora a existência e permanência do G.F.C.B. seja o resultado da disponibilidade e abnegação de muitas pessoas, umas que vão ficando anónimas, outras que se fazem notar, como é o caso de Eleutério Janeiro, Director desde 1989 até Agosto de 2002 (data da sua morte), o Grupo tem sido sempre muito bem visto pelos portalegrenses devido a vários factores.

Com todas as dificuldades que tem passado, o Grupo tem conseguido ser um lugar privilegiado de Formação Informal, de todas as idades, podendo mesmo dizer, espaço de Formação de famílias inteiras, que consideram esta associação como o seu meio de encontro com os outros, através da diversão, do lúdico e da cultura.

“As vivências e as aprendizagens que fazem no seio do Grupo não as têm noutra local. Num tempo em que a massificação de culturas externas à nossa nos é imposta pelos mais variados meios, o papel e o trabalho da nossa Associação é fundamental para manter o conhecimento da nossa cultura e das nossas raízes.” (Entrevistado **B**)

Não temos a pretensão de menosprezar o papel da educação formal, acima de tudo, queremos dar relevo às aprendizagens em situações colectivas, promovendo a reflexão e o empenhamento de todos os que estão envolvidos neste processo, inculcando-lhes a responsabilidade que devem ter perante eles próprios e perante os outros.

“ (...) O grupo não tem como objectivo a formação dos jovens num sentido alargado do termo mas todos os jovens que compõem o grupo tem uma visão que queremos que seja “diferente”. Aqui aprende-se para além do folclore o sentido da amizade, companheirismo, solidariedade, respeito e gosto pelas nossas tradições. Olhe, um exemplo de orgulho é ver um jovem nos dias de hoje com tanta solicitação, entrar e permanecer no grupo, ter gosto em trajar, balhar e cantar as modas dos seus bisavós e avós. Isso sim, isso é um gosto para aqueles que dirigem o grupo.” (Entrevistado **J**)

“Posso dizer também que os grupos de folclore são uma escola de formação para a vida, na medida em que os jovens podem aprender a vivência dos seus antepassados, observar, ler e praticar o quanto custava a vida, gente que trabalhava de “sol a sol” e que ainda tinha forças e gosto em cantar e balhar. Conhecer as nossas raízes para projectar o futuro é um dos grandes ensinamentos do folclore.”Preocupa-nos os jovens que muitas das vezes sem uma perspectiva de futuro num mundo que aparentemente é todo igual, em que têm acesso a tudo mas não sabem como nasce uma galinha, como cresce uma alface, como se apanham as azeitonas, como aprendem letras e números mas não o saber fazer e como custa o dia-a-dia aos seus pais. Tentamos, no grupo, mostrar e demonstrar como se fazia e constatamos a alegria e empenho que alguns jovens mostram nessa aprendizagem, mas, também, reconhecemos que não é fácil ser jovem nestes tempos que correm.”  
(Entrevistado J)

## 5.1- G.F.C.B. e a acção social

Uma associação revela-se, pela sua própria natureza sociológica, onde se evidenciam relações de força, onde se comparam e mostram recursos e poderes. Como refere Capucha (1990):

“ Toda a acção social implica a capacidade de mobilizar e utilizar recursos, ou seja, implica a existência de atributos, posses ou circunstâncias e materiais para atingir os fins. Os fins a atingir e os meios, legítimos e ilegítimos que podem e devem ser definidos e mobilizados, obedecem a regras socialmente institucionalizadas. A capacidade de mobilizar recursos e instituir regras constitui o poder. Neste sentido, o poder é inerente a toda a interacção social, é atributo de todo o agente, é o centro da própria noção de acção. Numa palavra, não existem agentes sociais sem poder” (p.31).

Em conversa com os entrevistados, os mesmos referiram que educar, formar e ajudar os mais carenciados eram as grandes preocupações do Grupo logo desde o seu início. Apoiavam as crianças do Internato de Santo António, organizavam colónias de férias, davam alguns subsídios às famílias pela participação das crianças no rancho, alimentavam-nas nos dias das saídas, enfim, desempenhavam o papel de obra de solidariedade social.

“Relativamente à acção social, como o grupo não ganhava nada, não tinha dinheiro, começámos a quotizar, a fazer sócios e assim fomos conseguindo arranjar algum dinheiro. Entretanto, fomos à Câmara, expusemos o assunto e eles entenderam que nós estávamos certos porque as crianças não ganhavam nada e era necessário dar-lhes alguma coisa. Como naturalmente, era um grupo de famílias pobres não conseguiam ir passar férias, resolvemos levá-los para colónias de férias. Levámo-los, quinze dias por ano, à praia. Como tinha sido dirigente da Mocidade Portuguesa outrora, sabia montar e dirigir um acampamento. Durante cinco anos seguidos fizemos acção social com as crianças e as mães e montámos acampamento em Vieira de Leiria duas vezes, na Foz do Arelho outras duas vezes e em Vila Praia de Ancora. “ (Entrevistado A)

Por sua vez, um elemento da Comissão Técnica salientou que:

"A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens têm representantes do movimento associativo e por aí o grupo é parceiro, sem protocolo estabelecido mas é parceiro. Sempre que há necessidade de qualquer intervenção é chamado, pronto e há sempre um trabalho conjunto, a par. Temos aqui meninos, neste momento temos alguns, de famílias muito carenciadas e, pronto, eles estarem aqui, por vezes é... Enquanto cá estão é o tempo que estão aqui, sabe-se onde eles estão e que estão em actividades interessantes e quando saem connosco estão controlados. É um bocado isso, mas claro que isto precisa de haver uma interacção não apenas do grupo, mas depois de todo o resto. Lembro-me também que quando viemos para o grupo, o grupo era constituído por duas ou três famílias fortemente carenciadas e por meninos do Internato. Hoje está completamente alterada a composição. Continuamos a ter famílias carenciadas, não temos os núcleos familiares tão fortes, tão pesados. Nós chegámos a ter aqui oito pessoas da mesma família, hoje não – dois, três, quatro no máximo. Três irmãos, dois irmãos, três irmãos, nada mais que isso. Mas tivemos uma altura que era assim. A transformação depois que aconteceu, até ao nível do ensino, quando as escolas começaram a trabalhar as tradições, na chamada área-escola, e quando os alunos eram estimulados a fazer trabalhos sobre as tradições chegavam aos centros documentais das escolas e não tinham informação. Iam à biblioteca municipal e a informação não existia e a forma que tinham era de vir à sede do grupo e pedir informação e aqui levavam – faziam os trabalhos e encontravam a documentação que precisavam. E a par disso eram convidados: – então agora venham aprender uma dança! Para demonstrar com os vossos amigos! – E assim ficavam. E, portanto, essa faceta também nos trouxe a maior garantia de continuidade dos mais novos no grupo, porque continuamos a ser solicitados para consulta, para fazer trabalhos. Agora de há meia dúzia de anos para cá, uns oito, dez anos para cá, mais até pelo Ensino Superior, mas continuamos a ter solicitações desde o primeiro ciclo até ao Ensino Superior. É extremamente interessante porque depois, por aí, vêm novos componentes."

Por sua vez, o Presidente da Direcção do Grupo, Joaquim Rebelo refere que a associação que preside, tem um papel social muito importante na vida dos jovens da cidade:

"Não tenhamos dúvidas que temos um papel muito importante na ocupação dos tempos livres dos jovens, um papel social relevante evitando “desvios” de risco para os jovens no grupo. Aprende-se a ser amigo, solidário, a trabalhar em equipa, saber conviver e respeitar a saber que “a minha liberdade acaba onde a do outro começa. Dialogar e gerar consensos numa perspectiva de melhorar sempre o grupo. O “eu” tem de ficar à porta da associação. Saber viver em comunidade, aceitar e partilhar responsabilidades é fundamental e reconhecer que não é insubstituível e saber dar continuidade com outras pessoas, outros modos de pensar e agir, as pessoas passam, as colectividades continuam."

Na realidade, o G.F.C.B. tem inscrito nos seus objectivos “Contribuir, através de manifestações de folclore e outras de índole cultural, para a promoção sociocultural dos seus associados e para a valorização da região de Portalegre”.

## **6 – O G.F.C.B: O Embaixador de Portalegre**

### **6.1- Alguns depoimentos de algumas personalidades portalegrenses**

Ao longo dos 43 anos de existência, o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista é muito reconhecido e acarinhado em Portalegre e no seu Distrito como um agente qualificado do património e tradições populares desta região.

É um agente de invocação e preservação cultural.

Em conversas informais e através das Brochuras editadas pelo Boavista, várias foram as personalidades que quiseram dar o seu testemunho em relação ao nosso objecto de estudo – Grupo Folclórico e Cultural da Boavista.

Assim passamos a transcrever algumas passagens que elucidam muito bem o generoso trabalho que o grupo tem vindo a fazer ao longo do seu percurso de vida, que conta já com 43 anos de existência e que é reconhecido não só em Portugal como também no Estrangeiro.

Fizemos uma análise das Brochuras e considerámos conveniente retirar alguns testemunhos relevantes para a importância ou não da nossa colectividade.

Em 2001, na Brochura “ Fazer das coisas”, a Associação de Folcloristas do Alto Alentejo, na voz do Director Martinho Dimas (2001) salientou que,

“ Não podemos ficar indiferentes perante o trabalho desenvolvido pelo Grupo Folclórico e Cultural da Boavista ao longo destes anos. É digno, justo e necessário elevar a nossa voz, para como testemunho num momento cultural singular de crise e mudanças marcado pelo abandono de conceitos, que informaram e sustentaram a sociedade campesina tradicional; chamar a atenção e enaltecer o trabalho de investigação e recolha palmilhando todo o Concelho de Portalegre para que hoje o Grupo da Boavista possa e deva ser considerado um agente central da maior relevância e sobre o qual recaem responsabilidades acrescidas na transmissão, às gerações vindouras, de toda a reafirmação da identidade do povo alentejano” (p.5).

Em 2003, o Senhor Dr. Cristóvão Ventura Crespo, Ex Governador Civil, na Brochura,” Boavista Portalegre Alentejo”, proferiu as seguintes palavras:

“ Mais um ano de vida no ciclo de uma instituição de referência no Folclore e na Cultura do Concelho e Distrito de Portalegre e que nada fica a dever ao que de melhor se faz no País, conforme o extenso rol de prémios, distinções e reconhecimentos que ultrapassam as fronteiras de Portugal. O Boavista tem conseguido ao longo de um percurso que marcou muitas gerações, tornar-se uma referência como escola de valores, onde muitos dos nossos jovens encontram exemplos que lhe tem permitido crescer de forma sadia e compreender melhor o legado cultural de que somos herdeiros” (p.3).

Na Brochura de 2005, intitulada “ Boavista”, o Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Dr. José Fernando Mata Cáceres, louvou da seguinte maneira o Grupo:

“ Portador da nossa cultura e das nossas tradições, o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista leva o nome de Portalegre mais longe nas suas actuações. A trabalhar desde 1967, tem demonstrado o valor do seu trabalho, constituído com empenho e dedicação dos seus membros. Em cada actuação do Boavista continuam presentes as danças e o cantar das nossas gentes, a nossa história e as memórias do nosso passado. Orgulhosamente, espero que continuem o bom trabalho e que permaneçam guardiões do nosso património etnográfico e cultural” (p.5).

Na Brochura supracitada, também o Professor Dr. Carlos Garcia de Castro não quis deixar de dar o seu contributo, referindo que,

“ Nem todos são capazes de dirigir, organizar e manter com seriedade um Grupo de Folclore ou outro de qualquer intervenção popular que exija disciplina. Sabe-se que é necessária tenacidade, dedicação e projecto. Mas na diversão, no recreio, quase sempre se esquece ou nem sequer se avalia o trabalho de suporte e manutenção que longamente persistentemente esteve por detrás. Sobretudo a perspicácia psicológica e social, a prospecção das mentalidades: o sentido educativo dos dirigentes e a ponderação efectiva. Há no Grupo Folclórico e Cultural da Boavista gentes de muitas idades, de vários estilos, atitudes e condutas, há feitos, modos de ser e de estar. Todos os elementos do Grupo nele se inscreveram voluntariamente. Terão sido esclarecidos dos direitos e deveres. No entanto, a heterogeneidade da sua constituição, as diferenças individuais, de profissão, de relacionamento e de experiência humana, se não houver alguém dotado para lhe dar consistência e identidade, desagrega-se e pode até desaparecer. Fica aqui um louvor indiscutível, merecido, de homenagem e de admiração às Direcções que o tem orientado e aos técnicos que o tem animado com o seu trabalho de recolha, coreografia e ensaios” (p.11).



Ainda na mesma Brochura, (2005), o Ex Presidente da Câmara Municipal de Monforte, Rui Manuel da Silva, referiu que,

“Num momento em que muito se fala de globalização, importa que salvaguardemos aquilo que nos distingue e, naturalmente, o nosso património cultural é um dos bens que importa salvar e valorizar. O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista tem feito um trabalho exemplar na divulgação da cultura do Alentejo através das manifestações culturais materializadas na actuação do Grupo, pelo nosso país e também pelo estrangeiro. Importa salientar o vasto trabalho de recolha que é efectuado junto das gentes desta região e que faz com que esta cultura popular permaneça viva. Por outro lado, quero ainda valorizar o trabalho que este Grupo tem vindo a realizar junto das gerações mais novas. Estou certo que este empenho trará benefícios para a região e para a cultura” (p.15).

Em 2007, o Governador Civil, Jaime da Conceição Cordas Estorninho, na Brochura “ Boavista”, salientou que,

“ O G.F.C.B. conseguiu, com as suas recolhas de trajes ancestrais e cantares e bailares, manter incólume uma parcela valiosa das nossas especificidades como o povo, retratando magistralmente uma parte importante da alma norte alentejano” (p.4).

O Ex Presidente da Câmara Municipal de Monforte, quis ainda testemunhar, na Brochura acima citada (2007), o seguinte:

“ No contexto da actual “ Sociedade de Conhecimento e da Informação denominada pela fria “ globalização tecnológica”, sobrevivem diversos “veículos” transmissores de vestígios da memória colectiva dos povos e das respectivas comunidades locais. Um desses transmissores é sem dúvida o Associativismo Regional e local expresso através de múltiplas formas e/ou manifestações culturais. No caso concreto do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, ao longo das várias décadas que tem de actividade levar e transmitir a todo o Portugal e não só a riqueza e diversidade de umas das mais genuínas formas da Cultura Popular. Ao longo da sua existência esta instituição soube transmitir de pai para filho os costumes, usos e tradições, levando-os consigo, exibindo-os nas suas actuações, sendo um autêntico embaixador da Cultura Popular da Região de Portalegre” (p.8).

Resumindo um pouco os testemunhos aqui passados, podemos considerar que o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista é na região de Portalegre e fora dela um dos seus mais reconhecidos agentes da conservação de património e tradições. É exactamente um dos objectivos deste Grupo. O sentido cultural do Grupo da Boavista é perceber-lhe a genuidade histórica dos suportes de recolha, da reconstituição com que documenta a preservação etnográfica da sua matriz local.

## 7 - O G.F.C.B. e o Futuro

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, uma associação com quarenta e três anos de existência, tem todas as qualidades e potencialidades para evoluir cada vez mais e construir um associativismo com base na experiência já adquirida, capaz de edificar um futuro promissor. Nesse futuro está subjacente uma nova filosofia de estar no associativismo. Procura-se novas áreas de interesse, de motivação e de intervenção, bem como se verifica novas exigências e condicionalismos relativos a uma sociedade em constante evolução.

O percurso para esta nova filosofia passará por um maior diálogo e por uma maior e melhor eficiência e capacidade de articulação entre as associações,

“ (...) o grupo tem uma raiz muito bem plantada e que dá frutos todos os anos. Conseguirá ele resistir a mais quarenta e três anos? Não sei mas gostaria que sim.” (Entrevistado A)

“Quanto ao futuro do grupo, acho que é um futuro risonho. É um futuro bom. Não tenho problemas em admitir que, ao contrário de pessoas que dizem assim: “é pá! Cada vez há menos gente a vir para o grupo e não sei quê”... É natural! A gente tem que trabalhar para chegar lá! Acho que o futuro do grupo está assegurado. Mesmo até em termos de direcções técnicas. Se houver uma Direcção dinâmica e empenhamento de todos (directão e componentes, sócios, entidades e população em geral), o Grupo tem condições de continuar a desenvolver a sua actividade e melhorar o seu trabalho no futuro. Mantendo a forte componente de jovens que o Grupo possui actualmente, eu acredito que o seu futuro será ainda melhor”. (Entrevistado B)

“É assim, uma palavra que eu quero deixar para os membros do grupo é: trabalhem mais. Sejam mais exigentes com eles próprios para terem um grupo cada vez melhor. Acho que o grupo está bem.” (Entrevistado B)

“O que eu gostava mais e penso que é possível fazer-se é que os jovens venham cada vez mais ao grupo. E isso é uma coisa que se tem conseguido. Eu sei, por experiência de convivência com responsáveis de outros grupos de folclore noutras regiões, que uma das grandes dificuldades que alguns grupos sentem é o facto de os seus componentes serem todos muito idosos,

pronto, adultos e já com idades avançadas. Nós sentimos a dificuldade da entrada e saída dos jovens. Felizmente! Mas porque os jovens se adaptam mais facilmente, integram-se mais rapidamente, a qualidade do trabalho do grupo não tem sido posta em causa por isso – mas há um entrar e sair permanente. Só o meu voto maior é para que se mantenha esta componente, que sejam sempre muitos – porque todos somos sempre poucos – e portanto que não se baixe o número de membros para poder continuar a cumprir os objectivos que o grupo tem traçados no seu trabalho. Esta é a grande ambição. E, naturalmente que estando cá, que não desarmem e não desacelerem a sua vontade de aprender e a sua vontade de trabalhar para que o grupo seja sempre cada vez melhor, porque só será melhor se as pessoas que o compõem quiserem que assim seja." (Entrevistado J)

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista tem, actualmente, um projecto muito ambicioso e muito querido por todos os elementos que compõem o respectivo grupo, que é a construção de um novo espaço onde está previsto um Museu onde ficará todo o património material e imaterial existente e onde haverá outras condições de trabalho. É exactamente o que refere o entrevistado **B**:

“Acho que o grupo se mudar agora, depois se mudar daqui por mais uns anos para o Espaço Robinson, poderá ter outras condições de trabalho. Pelo menos outra sala de trabalho que esta é muito pequenina, não chega, não é? Portanto em relação ao trabalho pode aperfeiçoar ainda melhor as suas próprias balhações.”

Para que o G.F.C.B. tenha um futuro mais sustentável deve influenciar e tentar mobilizar todos, dos mais pobres aos mais ricos, dos mais jovens aos menos, em direcção a um futuro de respeito pelos direitos e dignidade humanos, bem como o respeito pelos lugares que nos albergam e pelos recursos que nos sustentam, de modo a permitir dar resposta qualitativa, quantitativa e adequada a um mundo que vive em constantes mudanças e em que a globalização se faz sentir cada vez mais em todas as áreas da sociedade civil.

## Capítulo IV - Conclusão

O trabalho de investigação realizado possibilitou uma abordagem do Associativismo em geral, facilitou a compreensão de algumas das suas dinâmicas e permitiu conhecer, de forma mais aprofundada, o G.F.C.B. – Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, os factores que tornam o mesmo num caso de referência dentro de um contexto de crise e o seu papel na região de Portalegre.

A todo este trabalho esteve subjacente um conjunto de referências conceptuais, teóricas e metodológicas que contribuíram para o prosseguimento dos objectivos traçados e que foram factores determinantes na análise dos diversos aspectos que facilitaram o aparecimento do G.F.C.B., bem como a articulação e dinâmicas com os diferentes actores sociais.

Do estudo feito, podemos concluir que o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista é uma associação muito importante para o meio local – Portalegre. Reconhece as necessidades e potencialidades existentes na região - porque está no terreno, são do terreno e melhor conhecem as condições e as pessoas do local, daí que deveria ser reconhecido como elemento primordial de regulação social, através de políticas claras, que lhe garantisse independência e sustentabilidade, até porque essa mesma proximidade às populações, confere-lhe a virtude da relação, da afectividade e, consequentemente, de uma maior adequação nas respostas.

Perante a pergunta inicial “Qual o percurso social, cultural e educativo do G.F.C.B. ao longo dos 43 anos de existência?”, podemos depreender com tudo aquilo que foi exposto ao longo do trabalho que tem sido um percurso bastante relevante. O Grupo tem desenvolvido uma grande variedade de actividades que vão de encontro às expectativas dos associados.

Durante estes 43 anos inseriram-se famílias inteiras, de forma modesta e ponderada, existindo um cruzamento entre as várias gerações na vida da colectividade.

Dentro dos sócios, há os que não praticam qualquer actividade nem pertencem aos órgãos sociais, existem pessoas que, pelo seu carácter voluntário, são o suporte de muitas actividades realizadas.

Nesta associação consegue-se inserir de forma harmoniosa e ponderada, sem pressões e conflitos, as várias gerações que se entrecruzam nos órgãos sociais e nos distintos campos de acção.

Relativamente ao papel do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista podemos considerá-lo como um espaço privilegiado de Formação Informal, de todas as faixas etárias, sendo, também, um espaço de encontro com os demais da diversão, do lúdico, do debate e da cultura. Mantém um contacto muito estreito com a população onde está inserido, tendo também um papel de intervenção social e objectivação dos interesses locais

Na nossa opinião, ao longo deste trabalho, pudemos verificar que há também alguns aspectos menos positivos, como por exemplo, alguma dificuldade em renovar os corpos dirigentes, devido não só a nível profissional, como também à indisponibilidade dos sócios e à alteração de toda uma lógica, não só articulação/ parceria e colaboração com o Estado, mas também de uma gestão das próprias organizações que, se por um lado contribuem para o aumento dos recursos dos indivíduos que as dirigem, por outro, vivem graças a eles, ficando um pouco à gestão de quem for eleito para cargos dirigentes, basicamente porque não há fonte de estabilidade.

## Bibliografia

- Abreu, C., Branco, F. (1983). *O Associativismo: Tradição e Arte do Povo de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Azevedo, M. (2009). *Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares*. Sugestões para a estruturação da escrita. Lisboa: Universidade Católica Editora. 7ª Edição.
- Bodgan, R., Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Brandão, O. P. (2000). *Formação em contexto associativo*. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Educação e Psicologia.
- Canário, R. (1999). *Educação de adultos – Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Canário, R. (2003). *O Impacto Social das Ciências da Educação*. Conferência proferida no VII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação – “Ciências da Educação. O Estado da Arte”. Universidade de Évora (Texto policopiado)
- Canário, R. (2007). *Educação Popular e Movimentos Sociais*. Lisboa: Educa.
- Capucha, L. (1990). “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social”. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa, pp.29-41.
- Castro, C. G.(1977). *A Cultura Popular*. A Fortaleza de Portalegre. Portalegre, pp40-41.
- Claves, E. (1998). *Gestion Participativa de las Asociaciones*. Madrid: Editorial Popular.
- Coelho, Regina Maria Abreu Ponces (2005). *Centro Cénico – Uma colectividade como Tantas...30 anos de Luta por uma Educação Popular*. Dissertação apresentada para Obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação - Área de Formação de Adultos. Lisboa: Universidade de Lisboa / Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação.
- Deshaies, B. (1997). *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Estevão, C. V., Afonso, A. J. (1998). *As associações de Estudantes em Contexto Escolar: A construção Sociológica de uma Singularidade Organizacional*, Lisboa: Gulbenkian, pp. 75 – 112.
- Fernandes, J. (2003). *O associativismo de Pais. No limiar da virtualidade?* Lisboa: Ministério da Educação.
- Freire, P. (1997). “ Ninguém Nasce feito: é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos”. In *Politica e Educação*. São Paulo: Editora Cortez, pp.77-88.
- Freire, P. (1975). *Educação Política e Conscientização*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Freire, P.; Nogueira, A. (1989). *Que fazer? Teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes.
- Freire, P. (1999). *Pedagogia da indignação. Cartas Pedagógicas e outros Escritos*. São Paulo: Editora UNESP.
- Geraldes da Silva, F. (2002). *Associações Desportivas, Recreativas e Culturais – o caso da Covilhã*. Covilhã: Biblioteca da Universidade da Beira Interior.
- Goetz, J., Le Compte, M. (1988). *Ethnography and qualitative design in educational research*. San Diego, CA: Academic Press.
- Graça, F.L.(1989).*A Música Portuguesa e os seus problemas*.Lisboa:Editorial Caminho.
- Graça, F, L. (1991). *A Canção Popular Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Janela Afonso, A.(1997). O neoliberalismo educacional mitigado numa década de Governação social – democrata. Um contributo sociológico para pensar a reforma Educativa em Portugal (1985-1995). In *Revista Portuguesa da Educação*, 1997, 10. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, pp. 103-137.
- Léssard – Hébert, M., Goyette, G., Boutin, G., Bouton, G. (1990). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, pp.82.
- Lima, L. C. (1986). *Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro Cultural do Alto Minho.
- .Lima, L. C. (1996). “ *Educação de Adultos e construção de cidadania democrática. Para uma crítica de gerencialismo e da educação contabil*”. In: *Inovação*, 9,



- Lima, L. C. (2001). “Políticas de educação de adultos: Da (não) reforma às decisões pós – reformistas”. In: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 35, nº 1, pp. 41-46.
- Meister, Albert (1974). *La Participation dans les associations*. Paris: Les Éditions Ouvrières.
- Melo, A., Benavente, A. (1978). *Educação Popular em Portugal 1974 – 1976*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Melo, A. (2003 a). “A participação dos cidadãos: contra a apatia política, uma política de empatia”. In: Salis Gomes, M. T. (Coord.) (2003). *Cidadania, Administração Pública e Sociedade – A Face Oculta da Governança*. Oeiras: Edições INA, pp. 91-110.
- Melo, A. (2003 b). *A ausência de uma Política de Educação de Adultos como forma de Controlo Social e Alguns Processos de Resistência*. S/L: Universidade do Algarve.
- Merriam, A. (1988). *Definitions of comparative Musicology and Ethnomusicology: An Historical – Theoretical perspective*. Ethnomusicology, pp. 189-204.
- Pacheco, H. (s.d.). *Portugal, Património Cultural Popular*, Lisboa, Areal Editores.
- Pain, A. (1990). *Education Informelle – Les effects Formateurs dans le quotidien*. Paris: L’Hamattan.
- Parafita, A. (2007 – 2010). *Património Imaterial do Douro*. Vols. I e II, Âncora Editora.
- Pereira, Manuel Enes (1997). *A Arte Folclórica em Carreço*. Centros Regionais e Junta de Freguesia do Carreço. Viana do Castelo: p:59
- Pineau, G. e Le Grand, J.-L. (1993). *Les histories de vie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Ponte, J. P (1994). “O estudo de caso na investigação em educação matemática”. *Quadrante*, 3 (1), pp. 3-18.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Rego, R. (2004). “Enquadramento jurídico e participação social”. In: Freire, J, (Org.) (2004). *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, pp.187-224.
- Rodrigues, F. (2002). *O Projecto Educativo Local do Concelho da Golegã (1993-1999)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Saint-Georges, P. (1997). *Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político*. Lisboa: Gradiva Publicações SA.
- Silva, A. S. (1986). *Metodologias das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. S. (1990). *Educação de Adultos – Educação para o Desenvolvimento*. Rio Tinto: Edições ASA.
- Santos, B.S. (1998). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1994-1998)*. Porto: Edições Afrontamento: 3ª Edição.
- Tuckman, B. W. (2005). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Viegas, F. J. (1998). ” Da alfabetização / educação de adultos à educação popular / Comunitária: Relevância do contributo de Paulo Freire”: In Apple, M.W e Nóvoa, A.(Orgs) (1998). *Paulo Freire: Política e Pedagogia*. Colecção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora.
- Viegas, J. M. L. (2004). “Implicações Democráticas das associações voluntárias – o caso português numa perspectiva comparativa europeia” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 46, pp.33-50.
- Vieira, L. (2001). *Os Argonautas da Cidadania. A Sociedade Civil na Globalização*. Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil: Ed. Record.

## ANEXOS

## 1-DOCUMENTOS DO G.F.C.B.

REF <sup>a</sup>	TITULO	TIPO DE DOCUMENTO/ FONTE	CONTEÚDO	RAZÕES DA ESCOLHA
<b>Docº 1</b>	Estatutos do G.F.C.B.	Documento oficial de constituição da associação	1ºDocumento interno legal de constituição da associação	Dá-nos a conhecer a organização formal do G.F.C.B.
<b>Docº 2</b>	Regulamento geral interno	Documento oficial da constituição e competências dos órgãos directivos.	Documento interno legal da constituição dos órgãos directivos	Dá-nos a conhecer a constituição dos órgãos directivos, bem com os seus direitos e deveres
<b>Docº 3</b>	Declaração de utilidade pública, de acordo com os termos legais	Documento oficial do G.F.C.B.	Documento interno legal sobre a actividade pretendida do Grupo	Dá-nos a conhecer a principal actividade do Grupo que é recolher e divulgar o Folclore e o traje regional da região de Portalegre e do Alto Alentejo
<b>Docº 4</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1989	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1989	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 5</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1990	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1990	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento

<b>REF<sup>a</sup></b>	<b>TITULO</b>	<b>TIPO DE DOCUMENTO/ FONTE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>RAZÕES DE ESCOLHA</b>
<b>Docº 6</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1991	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1991	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 7</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1992	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1992	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 8</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1993	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1993	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 9</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1994	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1994	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 10</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1995	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1995	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 11</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1996	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1996	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento

<b>REF<sup>a</sup></b>	<b>TITULO</b>	<b>TIPO DE DOCUMENTO/ FONTE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>RAZÕES DE ESCOLHA</b>
<b>Docº 12</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1997	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1997	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 13</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1998	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1998	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº14</b>	Plano de Actividades e Orçamento 1999	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 1999	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº15</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2000	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2000	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº16</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2001	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2001	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 17</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2002	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2002	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento

<b>REF<sup>a</sup></b>	<b>TITULO</b>	<b>TIPO DE DOCUMENTO/ FONTE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>RAZÕES DA SELECÇÃO</b>
<b>Docº 18</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2003	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2003	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 19</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2004	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2004	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº20</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2005	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2005	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº21</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2006	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2006	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº22</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2007	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2007	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 23</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2008	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2008	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento

<b>REF<sup>a</sup></b>	<b>TÍTULO</b>	<b>TIPO DE DOCUMENTO/ FONTE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>RAZÕES DA SELECÇÃO</b>
<b>Docº 24</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2009	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2009	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº 25</b>	Plano de Actividades e Orçamento 2010	Documento interno elaborado pelo Direcção	Plano de Actividades e orçamento apresentado pela Direcção para o ano 2010	Contém as informações relativas às planificações de actividades e previsão de orçamento
<b>Docº26</b>	Brochura “Ao Longo dos Anos” 1993	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 1993	Contém informações não só sobre o II Festival Infantil realizado a 23 de Maio como também refere os outros grupos que vieram actuar e as suas respectivas histórias.
<b>Docº27</b>	Brochura “Revivendo Tradições” 1994	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 1994	Contém o programa do III Festival Folclore com Grupos Infantis e Juvenis e suas respectivas histórias De um modo muito básico, informa-nos sobre os trajes.
<b>Docº28</b>	Brochura “Raízes” 1995	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 1995	Contém o programa do IV Festival de Folclore com Grupos Infantis e Juvenis, os grupos que vieram actuar e suas histórias. Também tem quadras dedicadas à cascata que foi destruída e que antigamente estava na rua do Comércio.



REF <sup>a</sup>	TITULO	TIPO DE DOCUMENTO/ FONTE	CONTEÚDO	RAZÕES DA SELECÇÃO
<b>Docº 29</b>	Brochura “Património Cultural da Região” 1996	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 1996	Contém o 32.º Festival de Folclore Adulto e imagens relativas às obras que foram feitas na actual sede do Grupo.
<b>Docº 30</b>	Brochura “A Fortaleza de Portalegre” 1997	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 1997	Contém o programa do VI Festival de Folclore com os grupos Infantis e Juvenis, bem como o programa do 34.º Festival de Folclore de Adultos. Ambos os programas têm o historial dos grupos visitantes. Também uma pequena informação sobre a cultura escrita pelo Dr. Carlos Castro.
<b>Docº31</b>	Brochura “Boa Vista da Cidade” 1998	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 1998	Contém um pequeno excerto do Dr. Carlos Castro, intitulado “A Cultura Popular e os Eruditos”. Uma breve história do Convento de São Bernardo e os festivais de folclore (infantil, juvenil e adulto) salientando as tradições, usos e costumes dos grupos visitantes.
<b>Docº32</b>	Brochura “Canto da Terra” 1999	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 1999	Contém testemunhos por parte de gente ilustre sobre os feitos do. G.F.C.B.
<b>Docº 33</b>	Brochura “As Quatro Estações” 2000	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 2000	Contém mais testemunhos por parte da Federação de Folclore, da Região de Turismo de S. Mamede. Um excerto do Dr. Carlos Castro sobre o nome da brochura

<b>REF<sup>a</sup></b>	<b>TÍTULO</b>	<b>TIPO DE DOCUMENTO/ FONTE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>RAZÕES DA SELECÇÃO</b>
<b>Docº 34</b>	Brochura “ O fazer das coisas ” 2001	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 2001	Contém quadras e adivinhas, bem como o historial dos grupos participantes nos festivais de folclore e um excerto de interpretações de termos relacionados com a cultura popular.
<b>Docº 35</b>	Brochura “ Os trabalhos e os dias” 2002	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 2002	Contém quadras dedicadas ao Grupo e um excerto do Dr. Carlos Castro sobre o nome da brochura.
<b>Docº36</b>	Brochura “Boavista, Portalegre Alentejo” 2003	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 2003	Contém testemunhos de ilustres portalegrenses valorizando o Grupo.
<b>Docº37</b>	Brochura “Boavista, Portalegre Alentejo” 2004	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 2004	Contém o historial dos grupos visitantes para os festivais de folclore, quadras relacionadas com a cultura popular e mais testemunhos agradecendo o trabalho feito pelo Grupo ao longo destes anos.
<b>Docº 38</b>	Brochura “Boavista” 2005	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 2005	Contém adivinhas, motes e um pequeno excerto da Direcção do Grupo sobre o Norte Alentejano.

<b>REF<sup>a</sup></b>	<b>TITULO</b>	<b>TIPO DE DOCUMENTO/ FONTE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>RAZÕES DA SELECÇÃO</b>
<b>Docº 39</b>	Brochura “Boavista” 2006	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 2006	Contém uma nota de abertura da Direcção sobre os 30 anos ao serviço da cultura popular, depoimentos e um excerto do livro “Os Lagóias e os Estrangeiros” do Dr. Carlos Castro.
<b>Docº 40</b>	Brochura “Boavista” 2007	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 2007	Contém uma breve história do G.F.C.B. Informação sobre o Grupo numa actuação na Polónia.
<b>Docº41</b>	Brochura “ Entre Montes e Aldeias” 2008	Documento elaborado pela Direcção	Brochura editada pela Direcção para o ano de 2008	Contém informação da comemoração do 41.º aniversário do Grupo e um depoimento da Federação do Folclore Português.

## Dados de Identificação dos Entrevistados

<b>Identificação</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Local de Residência</b>	<b>Profissão</b>	<b>Tipo de Envolvimento com o G.F.C.B</b>
A	75 Anos	M	Portalegre	Reformado Ex. Inseminador Artificial	Membro fundador do G.F.C.B.
B	64 Anos	M	Portalegre	Reformado Administrativo Ex.	Vice - presidente
C	76 Anos	M	Portalegre	Reformado Ex Professor do Ens. Superior	Presidente do Grupo em 2002
D	17 Anos	M	Portalegre	Estudante	Figurante, tocador e balhador
J	50 Anos	M	Portalegre	Administrativo	Actual Presidente do Grupo

Legenda: Não tanto por questões de confidencialidade (que não se colocaram aos próprios actores), mas mais por questões práticas. Os nomes dos entrevistados foram substituídos pela inicial do próprio nome e depois ordenados alfabeticamente, nesta tabela.

## Guião de Entrevista

Blocos	Objectivos	Tópicos Orientadores das Questões
A. Definição de objectivos e regras da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informar o entrevistado sobre os objectivos do estudo e da entrevista;</li> <li>- Motivar o entrevistado, realçando a importância da sua colaboração;</li> <li>- Acordar com os entrevistados sobre os procedimentos relacionados com a entrevista propriamente dita, assim como dos aspectos ligados à confidencialidade dos dados;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar um clima empático e facilitador do diálogo;</li> <li>- Explicar de forma clara os objectivos do estudo e da entrevista;</li> <li>- Pedir autorização para registo magnético da entrevista;</li> </ul>
B. Informação sobre os entrevistados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recolher os dados de identificação dos entrevistados que sejam relevantes;</li> <li>- Identificar o percurso pessoal e profissional que também se mostrarem significativos;</li> <li>- Perceber eventuais influências de experiências no associativismo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Idade, profissão e local de residência;</li> <li>- Síntese do percurso profissional;</li> <li>- Influência e participação nas vivências da vida associativa;</li> </ul>
C. Lógicas, objectivos e motivações subjacentes à criação do G.F.C.B.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender as lógicas, objectivos e motivações que estiveram na origem do G.F.C.B.;</li> <li>- Perceber como é que se conseguiu mobilizar a população e como participou neste processo;</li> </ul>	<p><b>Génese da constituição do G.F.C.B.:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Motivações pessoais;</li> <li>- Estratégias para a mobilização da população;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer os objectivos traçados pelo G.F.C.B;</li> <li>- Identificar as dificuldades sentidas;</li> <li>- Identificar os recursos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objectivos;</li> <li>-Dificuldades sentidas aquando da criação do G.F.C.B.;</li> <li>- Recursos materiais e humanos) aquando da criação do G.F.C.B.;</li> </ul>
E. O associativismo como espaço de Educação e Formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar os contributos do G.F.C.B. e seus intervenientes na Educação e Formação de uma população;</li> <li>- Perceber como a partilha influencia a Educação e a Formação;</li> <li>- Compreender como se efectua a participação e a cidadania nas e através das associações;</li> <li>- Perceber as relações com o Poder Local;</li> <li>- Compreender a relação entre o associativismo e a realização pessoal dos intervenientes voluntários;</li> <li>- Identificar as actividades desenvolvidas nas associações e colectividades;</li> </ul>	<p><b>Educação Popular</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O papel do G.F.C.B. enquanto espaço de Educação e Formação;</li> <li>- Aprendizagem através da experiência e da partilha;</li> <li>- Participação e cidadania;</li> <li>- Relação com o Poder Local;</li> <li>- Relação existente entre Associações;</li> <li>- Actividades desenvolvidas;</li> </ul>

Uma questão globalizante poderá servir como ponto de partida para a entrevista semi-estruturada:

- **Como é que surgiu a colectividade em 1967 e qual foi o percurso do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista ao longo destes 43 anos de existência?**

## **Lista final de categorias codificadas**

### **A. Lógicas, objectivos e motivações subjacentes à criação do G.F.C.B.**

#### **A.1.Génese da constituição do G.F.C.B**

- A.1.1. Motivações pessoais
- A.1.2. Estratégias para a mobilização da população
- A.1.3. Objectivos
- A.1.4. Dificuldades sentidas aquando da criação do G.F.C.B
- A.1.5. Recursos (materiais e humanos) aquando da criação do G.F.C.B

### **B. Lógicas e dinâmicas no G.F.C.B. ao longo dos 43 anos de existência**

#### **B.1. As dinâmicas internas**

- B.1.1. Actividades e modo de implementação
- B.1.2. Dificuldades e sua resolução
- B.1.3. O G.F.C.B. e a resolução dos problemas da cidade
- B.1.4. Relações estabelecidas com o Poder Local
- B.1.5. Relações estabelecidas com as Federações
- B.1.6. Relações estabelecidas com as instituições
- B.1.7. Continuidade de Objectivos
- B.1.8. Futuro

### **C. O associativismo como espaço de Educação e Formação**

#### **C.1. Educação Popular, formação ...**

- C.1.1. O papel do G.F.C.B. enquanto espaço de Educação e Formação
- C.1.2. Aprendizagem através da experiência e da partilha
- C.1.3. Relação existente entre Associações



## Grelha de análise das entrevistas

<b>A. Lógicas, objectivos e motivações subjacentes à criação no G.F.C.B.</b>	
<b>A.1.Génese da constituição do G.F.C.B</b>	
<b>Entrevistado</b>	<b>A.1.1. Motivações pessoais</b>
<b>A</b>	<p>“ Acontece que as crianças eram algumas, muitas até e os moradores queriam que se fizesse alguma coisa por altura dos Santos Populares. (...). Decidimos fazer uma marcha popular porque donde viemos de solteiros já nessas... nessas ruas se faziam marchas, marchinhas. As crianças e os pais aderiram e reuniram-se uma série de garotos e garotas para fazer essa marcha popular a qual deixou as pessoas entusiasmadas. Sem quererem afastar-se umas das outras e pedindo a alguém que tivesse espírito de iniciativa que se criasse qualquer coisa. Onde as crianças estivessem ocupadas (...). Entusiasmados, pensámos e decidimos formar um grupo folclórico.”</p>
<b>B</b>	<p>“A minha entrada no Grupo surgiu por muita insistência do senhor Martinho Dimas, que conhecia a minha participação no Grupo de Cantares de Portalegre “O Semeador” e considerava que fazia muita falta a minha participação no Grupo.”</p> <p>“A actividade associativa sempre foi do meu agrado. (...) A minha primeira intervenção no associativismo foi, quando tinha dezoito anos de idade, na fundação do clube desportivo da minha terra (...).”</p>
<b>C</b>	<p>“ (...) Um desses trabalhos foi dedicado ao grupo da Boavista. Não sei se foi a pretexto ou não, é provável que tenha sido um incentivo.”</p> <p>“Em conjunto com o senhor Salsinha procuraram-me e fizeram-me a proposta para ser o presidente do grupo da Boavista. Eu aceitei com agrado porque me interessou sempre e tenho um certo afecto pelo grupo, com o qual eu tomei conhecimento através de um dos seus primeiros fundadores, o senhor Álvaro Parreira, uma pessoa que estimo muito.”</p>
<b>D</b>	<p>“Um bocado por influência da minha irmã que já cá estava e dos meus pais também.”</p>
<b>J</b>	<p>“Tenho o primeiro contacto com o Boavista através de amigos comuns. Na altura, o Eleutério Janeiro (que era o presidente do grupo), era amigo dele e, entretanto, em conversa ele convidou-me (...).”</p>

Entrevistado	A.1.2. Estratégias para a mobilização da população
<b>A</b>	<p>“ (...) os moradores queriam que se fizesse alguma coisa por altura dos Santos Populares. Ora o que é que nós decidimos fazer? Decidimos fazer uma marcha popular porque donde viemos de solteiros já nessas... nessas ruas se faziam marchas, marchinhas.”</p> <p>“Como nenhum de nós sabia dançar nem trazíamos experiência de grupos folclóricos, soubemos que um outro senhor (...), chamado João Francisco Rosado Nunes Vidal, tinha capacidade e conhecia para além de folclore, já tinha trabalhado com grupos folclóricos (...).</p> <p>Então, tomámos a iniciativa de ir ao encontro desse senhor e pedir-lhe que viesse ensaiar e dirigir através da etnografia e do folclore que ele sabia um grupo folclórico.”</p>
<b>B</b>	-----
<b>C</b>	-----
<b>D</b>	-----
<b>J</b>	

Entrevistado	A.1.3. Objectivos
<b>A</b>	<p>“ (...) era essencial para que os saberes dos trabalhadores da região não se perdessem.”</p> <p>“ (...) o primeiro item do qual não nos podemos esquecer, era manter o espírito da amizade e de entre todos fazer alguma coisa porque vieram para aqui todos que fossem amigos.”</p>
<b>B</b>	“O objectivo central é o mesmo: Pesquisar, recolher, preservar e divulgar os usos e costumes das gentes da região de Portalegre.”
<b>C</b>	“Era apresentar. Reconstituir um determinado número de tradições como a matança do porco, a matança do borrego, o magusto mas no fundo os objectivos era pôr em prática o mérito das recolhas feitas e depois apresentarem-se.”

<b>D</b>	-----
<b>J</b>	-----

<b>Entrevistado</b>	<b>A.1.4. Dificuldades sentidas aquando da criação do G.F.C.B.</b>
<b>A</b>	“ (...) havia as dificuldades de dinheiro, mas conseguiu-se através do empréstimo do Banco Pinto e Sotto Mayor.”
<b>B</b>	-----
<b>C</b>	-----
<b>D</b>	-----
<b>J</b>	-----

<b>Entrevistado</b>	<b>A.1.5. Recursos (materiais e humanos) aquando da criação do G.F.C.B</b>
<b>A</b>	<p>“ (...) Decidimos ir à Câmara Municipal pedir que nos cedesse uma casa para os respectivos ensaios.”</p> <p>“A Banda Euterpe também nos cedeu gratuitamente a sua sede para podermos realizar os nossos ensaios.”</p> <p>“Depois desse espaço, mais tarde, viemos a descobrir que ao pé do bairro onde morávamos havia uma casa que tinha servido para electricidade e que ainda “tava” desocupada, tinha lá uns postes de cimento. Então a Câmara cedeu-nos essa casa, derrubou esses postes de cimento e disseram-nos para fazer um plano de sede e assim aconteceu.”</p> <p>“ (...)Presidente o senhor José Batista Mourato Ceia que efectivamente era um apaixonado destas coisas. Foi ele que fez o estatuto e fez o plano de sede (...).”</p>
<b>B</b>	-----

<b>C</b>	-----
<b>D</b>	-----
<b>J</b>	-----

## **B. Lógicas e dinâmicas no G.F.C.B. ao longo dos 43 anos de existência**

### **B.1. As dinâmicas internas**

<b>Entrevistado</b>	<b>B.1.1. Actividades e modo de implementação</b>
<b>A</b>	<p>“ Tínhamos os chamados convites das festas populares das terras e tínhamos esses convites dado que o grupo avançou muito bem na sua autenticidade e na sua representatividade.”</p> <p>“ (...) havia também festivais de folclore e nós nesse tempo também já cá os fazíamos.”</p> <p>“ Fizemos também acção social, para além, dos festivais de folclore, das centenas de exibições que fizemos.”</p> <p>“ Como naturalmente, era um grupo de famílias pobres não conseguiam ir passar férias, resolvemos levá-los para colónias de férias. Levámo-los, quinze dias por ano, à praia.”</p> <p>“ Surge então o convite de Montreal, à exposição “Terre des Hommes”. O governo decidiu que ia um grupo a divulgar a cultura popular e decidiu ser o grupo da Boavista.”</p>
<b>B</b>	<p>“Em cada ano, existe um conjunto de actividades consideradas âncora na vida do Grupo. São elas iniciativas próprias, intercâmbios com outros Grupos congéneres, projectos a desenvolver com as escolas, recriação de quadros etnográficos, monda, ceifa, apanha da azeitona, a cava, a Maia, reviver tradições (matança do porco, matança do borrego, magusto).</p> <p>Foram e são implementadas dando concretização ao plano de objectivos do próprio Grupo. E são consideradas as condições logísticas locais e o público-alvo dessas acções.”</p>

<b>C</b>	“ (...)há determinadas tradições, como por exemplo, a matança do porco, pela Páscoa a do borrego, pelo S. Martinho, o magusto.
<b>D</b>	-----
<b>J</b>	<p>“ (...) anualmente, em reunião de Direcção elaboramos o Plano de Actividades e o orçamento para o ano seguinte. Depois apresentamos aos sócios em Assembleia Geral, à Câmara e às Juntas de Freguesias que são nossos parceiros. Esta planificação é feita com base no ano anterior e com a marcação de festivais e compromissos agendados. “</p> <p>“ (...)a actividade principal do grupo, como deve saber, é a recolha, preservação e divulgação dos usos e costumes das gentes do concelho de Portalegre. Esta actividade foi implementada desde a fundação do grupo em 1969.”</p> <p>“Actualmente, para além, deste trabalho que nunca está completo, organizamos também em Fevereiro a matança tradicional do porco, realizada no recinto de festas da Senhora da Penha, pela Páscoa, a festa do borrego, em Novembro, o magusto. Temos ainda para os sócios, ginástica de manutenção, um passeio pedestre e jantares temáticos. Organizamos duas festas de folclore em Maio, dedicada aos mais jovens, convidado grupo representativos do nosso País para se deslocarem até Portalegre. Em Julho, data do nosso aniversário, realizamos uma festa de folclore com grupos adultos nos moldes idênticos ao anterior em que privilegiamos a componente de convívio com um jantar para todos os grupos. Participamos, ainda, em todos os eventos para que somos convidados com especial referência para as escolas onde, para além da divulgação do nosso trabalho, queremos também recrutar mais gente para o grupo.”</p> <p>“Numa colectividade como o G.F.C.B., as actividades surgem umas por iniciativa da Direcção, mas também há algumas que foram sugeridas pelos sócios, digamos que a Direcção está sempre disponível para analisar tudo quanto seja relevante para o grupo com o objectivo de ter sempre as portas abertas à população sendo exemplo os inúmeros trabalhos e estudos que já foram feitos sobre o grupo. Olhe, temos um exemplo bem presente, o seu estudo, a sua dissertação de Mestrado sobre o grupo que muito nos orgulha.”</p>

Entrevistado	B.1.2. Dificuldades e sua resolução
A	“As fábricas não queriam dispensar os elementos que faziam parte do grupo mas com muito trabalho, empenho e dedicação lá conseguimos. A viagem durou dez horas até Montreal.”
B	“Para cada tipo de dificuldade tem que surgir o tipo de resposta adequada. Por exemplo: para a realização de um Festival anual (há uns anos) fomos confrontados com a impossibilidade de existência de um palco com o mínimo de condições. Tivemos que recriar um ambiente campestre no chão. Fizemos surgir um cenário de eira e ali se fez o Festival que resultou muito bem.”
C	-----
D	-----
J	<p>“ (...) infelizmente, o dinheiro não abunda nos nossos lados e então, pronto, fazia os contactos com os grupos para festivais, fazia os ofícios, (...)”</p> <p>“Nem tudo corre como nós queremos. Quando isso acontece, tenta-se com muito diálogo, calma e ponderação porque nós estamos aqui para preservar sempre o grupo e o seu nome.”</p>

Entrevistado	B.1.3. O G.F.C.B. e a resolução dos problemas culturais da cidade
A	“ (...) tentávamos resolver este problema através dos festivais de folclore, através das exposições a apoio a doentes e também através das aulas dadas à primeira, segunda, terceira e quarta classes para as quais éramos convidados pelo Senhor Dr. Carlos Garcia de Castro que era o Director do Magistério Primário. Fomos procurando através do nosso trabalho e do nosso pouco saber, fomos divulgando no nosso concelho,

	a etnografia e o folclore.”
<b>B</b>	“Os interesses culturais das gentes de Portalegre são variados. Na cidade e no concelho existem grupos de elevada qualidade que respondem, de acordo com os seus objectivos de trabalho e as condições concretas de que dispõem. O Grupo da Boavista, centrado na área do folclore e da etnografia, procura preencher o seu espaço de acção.”
<b>C</b>	“ (...) quer promovendo os nossos festivais quer realizando espectáculos diferentes como exemplo a Floralia e a reposição de usos e costumes ligados à agricultura – os quadros etnográficos – que já fizemos.” -----
<b>D</b>	-----
<b>J</b>	-----

<b>Entrevistado</b>	<b>B.1.4. Relações estabelecidas com o Poder Local</b>
<b>A</b>	<p>“ Formidável. O grupo não tem palavras para agradecer aos mais variadíssimos Presidentes de Câmara que acreditaram no grupo, deram-lhe a mão e o grupo tinha uma responsabilidade e noção dessa responsabilidade que fizeram com que as nossas relações fossem sempre brilhantes e as melhores. Se fomos e acho que ainda somos um grupo com muito valor, um grupo com muita representatividade na cidade, muito devemos à Câmara e aos seus Presidentes.”</p> <p>“ (...) perdão, esquecia-me das Juntas de Freguesia que tiveram muito trabalho, tratavam-nos como se fossemos muito importantes e nós quase que tínhamos vergonha e nos escondíamos do trabalho que fazíamos com tanto valor mas que não nos valorizávamos a nós próprios.”</p>
<b>B</b>	“ A relação estabelece-se institucionalmente entre a Direcção do Grupo e os representantes do Poder Local, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Existe um relacionamento saudável e amistoso.”

	“Existe articulação esporádica, em casos pontuais. Sempre que uma actividade necessita da colaboração entre as duas partes, existe contacto e estabelecem-se as formas de colaboração e apoio. “
<b>C</b>	<p>“Óptima. Quando estive no Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, o Presidente da Câmara Municipal era o Doutor Transmontano. Tivemos sempre a melhor relação possível, simplesmente não havia dinheiro.”</p> <p>“A actual sede do grupo teve melhorias e aumentos nas suas infra-estruturas por influência do Doutor Transmontano. Ele cedeu espaços para o grupo ficar enquanto as obras se realizavam.”</p>
<b>D</b>	-----
<b>J</b>	<p>“A relação com o Poder Local é feita com protocolos assinados em que se estabelece logo os apoios que nos são concedidos e da nossa parte a disponibilidade para participarmos nos eventos promovidos. Pode-se dizer que é uma relação presentemente boa e que tem possibilitado o crescimento do grupo.”</p> <p>“Temos protocolos com as Juntas de Freguesia nos quais estabelecemos objectivos e participamos nos planos de actividade das juntas. Em contrapartida, estas instituições pagam os jantares dos grupos que nos visitam. “</p> <p>“Em relação à Câmara Municipal, aquando das nossas deslocações, pedimos os autocarros, se forem cedidos não pagamos, caso contrário, é atribuído um subsídio e normalmente pouco sobra quando pagamos os autocarros.”</p>

<b>Entrevistado</b>	<b>B.1.5. Relações estabelecidas com as Federações</b>
<b>A</b>	<p>“ (...) o grupo veio a ganhar uma tal representatividade e autenticidade que foi convidado por outros grupos lá de cima para congressos e seminários que se realizavam no norte. Foi aí que começou a ser trabalhada a Federação do Folclore Português, pelo Senhor Augusto Gomes. Andámos durante cinco anos a ajudar a criar a federação.”</p> <p>“ (...) com a INATEL, foi através do professor Tomás Ribaz, que já</p>



	conhecia o grupo, aconselhou-nos que nos relacionássemos com ela. Porém, depois do 25 de Abril, a situação tornou-se complicada, devido à proliferação dos ranchos folclóricos.
<b>B</b>	<p>“As relações, também aqui, são institucionais. O Grupo participa nas iniciativas organizadas pela Federação do Folclore Português (Congressos, colóquios, seminários e outras acções de formação, exposições de trajes ao vivo, feiras rurais e outros eventos). A Federação presta apoio técnico quando solicitado pelo Grupo na organização dos intercâmbios que este organiza.”</p> <p>“Com o INATEL também são relações esporádicas ou pontuais. Por exemplo: atribuição de instrumentos musicais ou apoio financeiro, ou participação em iniciativas próprias do INATEL como a que aconteceu em Junho de 2010 na vila de Monforte, onde o Grupo exemplificou a cava, a monda e o balho.”</p>
<b>C</b>	-----
<b>D</b>	-----
<b>J</b>	<p>“Com a federação Nacional de Folclore, os contactos são feitos essencialmente com os delegados técnicos regionais, que acompanham o grupo com visitas regulares e nas assembleias-gerais da Federação e no congresso anual.”</p> <p>“A Federação de Folclore tem um papel muito importante e quer fazer mais mas nem sempre é possível porque os grupos não estão dispostos a aprender. Não é o nosso caso que, ainda hoje, passados 43 anos da fundação, procuramos a verdade do que nos foi legado e ensinado.”</p> <p>“Com o INATEL e dada a sua recente alteração dos estatutos tem sido mais difícil o contacto.”</p>

<b>Entrevistado</b>	<b>B.1.6. Relações estabelecidas com as instituições</b>
<b>A</b>	-----
<b>B</b>	<p>“Existem relações institucionais com as escolas dos diversos níveis do ensino. As escolas do ensino básico têm sido uma boa fonte de recrutamento de membros para o Grupo. Por exemplo, no Atalaião e nos Assentos, temos desenvolvido projectos de ensino/aprendizagem de</p>

	<p>jogos tradicionais, dança folclórica, diversos aspectos da tradição oral, com a designação de “Dantes era assim...” e “Clube de Dança Folclórica” respectivamente.”</p> <p>“Recordo demonstrações realizadas nas escolas de São Lourenço (Clube Europeu), Mouzinho da Silveira, Cristóvão Falcão, José Régio, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Educação em momentos de intercâmbio com escolas de outros países e com escolas de outros pontos do nosso país; e apresentação de diversos trabalhos elaborados pelos alunos.”</p> <p>“ Também alunos de escolas do ensino superior de outros pontos do país têm solicitado o apoio do Grupo e do seu património para a elaboração de trabalhos em diversas áreas, nomeadamente alunos da Faculdade de Motricidade Humana, Escola Superior de Educação de Castelo Branco, Universidade Nova de Lisboa, (...).”</p>
<b>C</b>	<p>“Em relação às escolas, o grupo sempre se deslocava a fim de fazer demonstrações folclóricas. As escolas recebiam-nos bem, não havia problema. Por parte do grupo havia uma intenção pedagógica louvável. Muitas crianças ao verem as demonstrações nas suas escolas queriam ir para o grupo e ainda hoje tenho colegas meus que têm lá os filhos, que começaram no grupo infantil e lá continuam.”</p>
<b>D</b>	-----
<b>J</b>	<p>“O grupo tem impulsionado por vontade própria o contacto com as escolas com o objectivo de divulgar o grupo e recrutar mais pessoas, sendo exemplo disso, a criação de clubes de folclore nas escolas dos Assentos e do Atalaião.”</p>

<b>Entrevistado</b>	<b>B.1.7. Continuidade de Objectivos</b>
<b>A</b>	<p>“Eu já há vinte anos que deixei de estar muito ligado ao grupo e isto sem qualquer espécie de ataque ou comentário negativo. Os objectivos, ou por outra, o grupo continuou de tal modo plantado que devo dizer até que evoluiu. Na minha opinião pessoal, em relação aos trajes foi feita uma segunda recolha de um segundo estudo e acho que efectivamente o grupo está para sobreviver, está forte mas não me parece que os objectivos sejam os mesmos da fundação.”</p>
	<p>“O grupo tem impulsionado por vontade própria o contacto com as</p>

<b>B</b>	escolas com o objectivo de divulgar o grupo e recrutar mais pessoas, sendo exemplo disso, a criação de clubes de folclore nas escolas dos Assentos e do Atalaião.”
<b>C</b>	-----
<b>D</b>	-----
<b>J</b>	<p>“O objectivo central é o mesmo: Pesquisar, recolher, preservar e divulgar os usos e costumes das gentes da região de Portalegre. Na minha perspectiva, houve um alargamento das áreas de intervenção e trabalho desenvolvido, melhoria e aprofundamento de conhecimentos que resultam no enriquecimento do trabalho final que o Grupo demonstra.”</p> <p>“Os objectivos do grupo permanecem os mesmos aquando da sua criação, recolha, preservação e divulgação dos usos e costumes. Temos aprendido sempre com o Povo que nos ensinou, estamos mais perto da verdade. O grupo é hoje diferente para melhor. Representamos hoje mais o que trajamos, cantamos e balhamos. Cada dia que passa é... é mais difícil a recolha porque as pessoas vão morrendo.”</p>

<b>Entrevistado</b>	<b>B.1.8. Futuro</b>
<b>A</b>	“ (...) o grupo tem uma raiz muito bem plantada e que dá frutos todos os anos. Conseguirá ele resistir a mais quarenta e três anos? Não sei mas gostaria que sim.”
<b>B</b>	<p>“Quanto ao futuro do grupo, acho que é um futuro risonho. É um futuro bom. Não tenho problemas em admitir que, ao contrário de pessoas que dizem assim: “<i>é pá! Cada vez há menos gente a vir para o grupo e não sei quê</i>”... É natural! A gente tem que trabalhar para chegar lá! Acho que o futuro do grupo está assegurado. Mesmo até em termos de direcções técnicas. Se houver uma Direcção dinâmica e empenhamento de todos ( direcção e componentes, sócios, entidades e população em geral), o Grupo tem condições de continuar a desenvolver a sua actividade e melhorar o seu trabalho no futuro. Mantendo a forte componente de jovens que o Grupo possui actualmente, eu acredito que o seu futuro será ainda melhor. “</p>

<b>C</b>	-----
<b>D</b>	<p>“O futuro do grupo acho que “tá” muito bem assegurado, temos uma boa camada jovem, têm insistido muito no grupo infantil. Temos um bom grupo adulto e temos alguns membros e temos alguns membros do grupo infantil que já “tão” a transitar “pô” grupo adulto, fazendo as duas partes. Acho que ...que “tá” bem encaminhado.”</p>
<b>J</b>	-----

<b>C. O associativismo como espaço de Educação e Formação</b>	
<b>C.1. Educação Popular, formação ...</b>	
<b>Entrevistado</b>	<b>C.1.1. O papel do G.F.C.B. enquanto espaço de Educação e Formação</b>
<b>A</b>	<p>“Teve, aí teve, agora sei... é que durante o tempo em que o senhor Carlos Fabião, António Gonçalves e eu, o objectivo era esse mesmo.”</p>
<b>B</b>	<p>“Poderá não ter sido a preocupação principal, mas ela esteve presente na formação dos jovens de Portalegre. E mantém-se nos nossos dias.”</p> <p>“O Grupo tem contribuído para enriquecer os conhecimentos dos jovens que o têm integrado. Os membros do Grupo aprendem valores de amizade e solidariedade, de trabalho e vivência em grupo, são estimulados a práticas de bom comportamento em casa, na escola, entre os amigos e no Grupo. O empenhamento no estudo é-lhe afirmado como a sua principal tarefa no seu percurso escolar e de crescimento como ser humano.”</p> <p>“As vivências e as aprendizagens que fazem no seio do Grupo não as têm noutro local. Num tempo em que a massificação de culturas externas à nossa nos é imposta pelos mais variados meios, o papel e o trabalho da nossa Associação é fundamental para manter o conhecimento da nossa cultura e das nossas raízes.”</p> <p>“Uma preocupação prende-se com o insucesso escolar e profissional dos nossos jovens, como condição para a construção do seu percurso de vida futura. É assustador pensar que os jovens de hoje poderão ter um futuro pior do que tiveram os seus pais.”</p>

<b>C</b>	-----
<b>D</b>	<p>“Acho que sim, acho que... principalmente o Sr. Braga mostra muita preocupação com a vida dos jovens, os comportamentos deles e isso tudo.”</p> <p>“ (...) formamo-nos como pessoas, ajudarmo-nos a crescer.”</p> <p>“Acho que sim, acho que sim, porque quando “tamos” no ensaio a ocupar o tempo livre, não andamos por aí na cidade a fazer disparates.”</p>
<b>J</b>	<p>“ (...) o grupo não tem como objectivo a formação dos jovens num sentido alargado do termo mas todos os jovens que compõem o grupo tem uma visão que queremos que seja “diferente”. Aqui aprende-se para além do folclore o sentido da amizade, companheirismo, solidariedade, respeito e gosto pelas nossas tradições. Olhe, um exemplo de orgulho é ver um jovem nos dias de hoje com tanta solicitação, entrar e permanecer no grupo, ter gosto em trajar, balhar e cantar as modas dos seus bisavós e avós. Isso sim, isso é um gosto para aqueles que dirigem o grupo.</p> <p>Posso dizer também que os grupos de folclore são uma escola de formação para a vida, na medida em que os jovens podem aprender a vivência dos seus antepassados, observar, ler e praticar o quanto custava a vida, gente que trabalhava de “sol a sol” e que ainda tinha forças e gosto em cantar e balhar. Conhecer as nossas raízes para projectar o futuro é um dos grandes ensinamentos do folclore.”</p> <p>“Nos dias que correm na chamada “globalização” em que nos querem fazer acreditar que tudo é igual, faz toda a diferença uma associação como o Grupo da Boavista, afirmando e comprovando que cada povo se afirma nas suas diferenças e singularidades.”</p> <p>“Preocupa-nos os jovens que muitas das vezes sem uma perspectiva de futuro num mundo que aparentemente é todo igual, em que têm acesso a tudo mas não sabem como nasce uma galinha, como cresce uma alface, como se apanham as azeitonas, como aprendem letras e números mas não o saber fazer e como custa o dia-a-dia aos seus pais. Tentamos, no grupo, mostrar e demonstrar como se fazia e constatamos a alegria e empenho que alguns jovens mostram nessa aprendizagem, mas, também, reconhecemos que não é fácil ser jovem nestes tempos que correm.”</p>

Entrevistado	C.1.2. Aprendizagem através da experiência e da partilha
<b>A</b>	“ Na minha opinião, haverá alguns componentes por interesse mas acredito que a maioria é por partilha, convívio e sentido de associativismo.”
<b>B</b>	“Continua a haver muita gente de boa vontade, a querer participar na vida das instituições de forma graciosa. Verificam-se alguns progressos, tendo em conta o reconhecimento da sua importância que foi transformado em texto legislativo. A grande falha existe no reconhecimento prático, no dia-a-dia, nas condicionantes que são impostas aos voluntários no exercício das suas funções voluntárias. Por exemplo, o Estatuto do Dirigente Associativo não é respeitado; a desregulação dos horários de trabalho impõe trabalho aos fins-de-semana em sistema de rotatividade em muitos sectores de actividade, o que impede a participação de muitas pessoas na vida das associações. “
<b>C</b>	“o Janeiro era um exemplo positivo, era um indivíduo que sabia realmente entrar dentro do espírito para que o grupo tem vocação e depois soube conduzi-lo(...).”
<b>D</b>	“Tamos” aqui, “tamos” em convívio, é tudo uma família.”
<b>J</b>	<p>“Não tenhamos dúvidas que temos um papel muito importante na ocupação dos tempos livres dos jovens, um papel social relevante evitando “ desvios” de risco para os jovens no grupo. Aprende-se a ser amigo, solidário, a trabalhar em equipa, saber conviver e respeitar a saber que “a minha liberdade acaba onde a do outro começa.”</p> <p>“Dialogar e gerar consensos numa perspectiva de melhorar sempre o grupo. O “eu” tem de ficar à porta da associação. Saber viver em comunidade, aceitar e partilhar responsabilidades é fundamental e reconhecer que não é insubstituível e saber dar continuidade com outras pessoas, outros modos de pensar e agir, as pessoas passam, as colectividades continuam.”</p>

Entrevistado	C.1.3. Relação existente entre Associações
A	<p>“Acho que tanto o actual grupo da Boavista, do qual já não faço parte há vinte anos, como a Banda Euterpe, como o Grupo de Cantares do Semeador, como o Orfeão, trabalha para os mesmos objectivos. Estão ligados muito à juventude, o que é de valorizar, merecendo todo o respeito dos portalegrenses.</p>
B	<p>“Com um par de cada grupo – criámos uma embaixada com o Grupo de Cantares – criámos uma embaixada cultural que levou àqueles países de facto a representação da dança, do canto e da música do nosso concelho.”</p> <p>“Existem objectivos gerais que são comuns a todas as colectividades, formação pessoal e aquisição de novos conhecimentos, aprendizagem de convivência em grupo e aquisição de regras de grupo, ocupação saudável de tempos livres.”</p>
C	-----
D	-----
J	<p>“Felizmente há muitas associações em Portalegre, cabe a cada uma reflectir e analisar internamente se cumprem os objectivos para que foram criadas, pela nossa parte marcamos sempre a presença e colaboramos com todas tendo já efectuado realizações conjuntas. Já reunimos por diversas vezes com outras associações para organizarmos espectáculos, quer do grupo, como por exemplo, na comemoração dos 40 anos em que participaram todas as associações culturais do concelho que manifestaram vontade, quer mais recentemente na organização do Dia da Cidade em que foram as associações que montaram todos os espectáculos.”</p> <p>“Rivalidades sãs e sadias sempre foram boas. No que diz respeito ao nosso grupo só há uma nos Fortios, Rancho Folclórico dos Fortios, e temos excelentes relações de amizade pessoais e de grupo. No folclore não temos por objectivos ser melhores que aqueles ou outros. O nosso objectivo é representar fielmente os nossos antepassados. Só a verdade nos interessa.”</p> <p>“As associações culturais, recreativas e desportivas sempre tiveram e continuarão a ter um papel importante no desenvolvimento de uma sociedade pela sua maneira muito própria que cada uma tem de encarar as dificuldades e as oportunidades contribuindo para o desenvolvimento e conhecimento de uma terra ou região.”</p>

## Protocolo de entrevista – Entrevistado A

A entrevista decorreu no dia 21 de Novembro pelas catorze horas e trinta minutos.

Em contactos prévios já tinham sido abordados os objectivos do estudo e da entrevista. O entrevistado mostrou-se desde o início participante no sentido de dar o seu contributo para o estudo do assunto em questão.

*E: Antes de mais gostaria de ter a descrição do seu percurso profissional.*

A: Tenho setenta e cinco anos, sou reformado e moro aqui em Portalegre. Fui inseminador artificial e alfaiate. O meu percurso profissional foi razoável. Como perdi a minha mãe muito cedo, fui para o Internato de Santo António, onde aprendi a alfaiataria. Uns anos mais tarde fui para Lisboa, para a Estação de Estudos de Reprodução Animal, onde tirei o Curso de Inseminação Artificial.

*E: Como sabe e já falámos previamente sobre os objectivos que me leva a fazer-lhe esta entrevista, pergunto-lhe: quais foram as suas principais motivações para fundar o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista?*

A: Olhe, a Câmara Municipal de Portalegre fez aqui no antigo Bairro da Boavista, fez uns blocos para moradores e funcionários da Câmara. Alguns funcionários não aceitaram porque a renda era um pouco cara. Então ficaram casas livres. Entretanto, perguntaram nos diferentes serviços quem é que queria vir ocupar estas casas. Acontece que quem inaugurou o Bairro foi o D. Augusto..., foi o Bispo...olhe não me lembro agora do nome. As casas eram trinta e seis, são trinta e seis e vieram para aqui morar muita criança, pais com família constituída por crianças, rapazes e raparigas. Acontece que o Bairro foi inaugurado em Abril...

*E: Estamos a falar de que ano?*

A: No ano de 1967. Acontece que as crianças eram algumas, muitas até e os moradores queriam que se fizesse alguma coisa por altura dos Santos Populares. Ora o que é que nós decidimos fazer? Decidimos fazer uma marcha popular porque donde viemos de solteiros já nessas... nessas ruas se faziam marchas, marchinhas. As crianças



e os pais aderiram e reuniram-se uma série de garotos e garotas para fazer essa marcha popular a qual deixou as pessoas entusiasmadas. Sem quererem afastar-se umas das outras e pedindo a alguém que tivesse espírito de iniciativa que se criasse qualquer coisa, onde as crianças estivessem ocupadas. Então surgem três pessoas, o senhor Carlos Fabião Vintém que presidiu ao grupo durante muitos anos, o senhor António Maria Lagarto Gonçalves, que foi secretário também durante muitos anos e a minha pessoa, Álvaro Parreira na qualidade de tesoureiro. Entusiasmados, pensámos e decidimos formar um grupo folclórico. Como nenhum de nós sabia dançar nem trazíamos experiência de grupos folclóricos, soubemos que um outro senhor que trabalhava no Banco Pinto e Sotto Mayor, chamado João Francisco Rosado Nunes Vidal, tinha capacidade e conhecia para além de folclore, já tinha trabalhado com grupos folclóricos, entre eles, o Rancho Folclórico de Marvão e que era um apaixonado da matéria da etnografia do folclore, inclusivamente, recolhia muito trabalho de dança, de canto e de poesia popular. Um apaixonado que passava todos os seus tempos livres de gravador na mão, percorrendo a serra, com a crença de que o que fazia era essencial para que os saberes dos trabalhadores da região não se perdessem. Foi o primeiro gravador que apareceu na região.

Então, tomámos a iniciativa de ir ao encontro desse senhor e pedir-lhe que viesse ensaiar e dirigir e constituir através da etnografia e do folclore que ele sabia um grupo folclórico.

Grupo folclórico que no início foi chamado de Rancho Típico e Regional da Boavista e que mais tarde já a conselho de alguém em Lisboa, conselho este confirmado pelo Professor Tomás Ribaz, onde dizia que rancho, rancho só ao vivo, só estando lá mesmo no campo trabalhando, o que não era o caso daqui, porque havia crianças, havia uma situação de crianças pequenas, havia os juvenis, já gente grande. Então foi-nos proposto, uma vez que nós não éramos capazes e nenhum grupo é capaz de dar realismo aos seus Ranchos, embora muitos tenham o nome de rancho, decidimos mudar o nome ao grupo. Quando fizemos o Estatuto mudámos para Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, que já não chocava as pessoas, muito em especial, as que tinham conhecimento da matéria.

Entretanto, o senhor João Francisco Vidal depois de ter formado o grupo, fomos inaugurá-lo ao Seminário, no dia 29 de Julho de 1967, curiosamente oito dias depois de

o grupo ter feito a sua primeira apresentação nas festas em honra da Nossa Senhora da Santana.

*E: Com o grupo já formado, decerto precisavam de ensaiar, onde começaram a ser realizados esses ensaios?*

A: Com a nossa actuação no Seminário de Portalegre, decidimos ir à Câmara Municipal pedir que nos cedesse uma casa para os respectivos ensaios. A Câmara, como já tinha cedido antes o casão dos autocarros (como nós lhe chamávamos) duas ou três vezes para o grupo poder fazer os primeiros ensaios para se poder apresentar, acabou por voltar a ceder o referido barracão e aí continuámos a ensaiar.

*E: Quem o ouça falar parece que tudo correu muito bem, contudo, decerto que tiveram alguns entraves. Pergunto: quais foram as vossas maiores dificuldades aquando da criação do grupo?*

A: Não tivemos dificuldades em arranjar rapazes e raparigas, independentemente de temos de ir buscar rapazes ao Internato de Santo António e esta instituição também nos ajudou muito, na medida em que tínhamos mais rapazes que raparigas e como tivemos três grupos, o infantil, o juvenil e o chamado adulto, fomos pedir aos directores do Internato que nos cedessem alguns rapazes e os rapazinhos foram e fizeram parte do grupo.

Todavia, havia as dificuldades de dinheiro, mas conseguiu-se através do empréstimo do Banco Pinto e Sotto Mayor.

*E: Falou-me no início que tiveram alguns ensaios no barracão dos autocarros, depois disso, onde é que o grupo teve a sua sede?*

A: O grupo não teve bem a sede, “p`ra “ lá caminhava. Depois de não poder ser ocupado mais tempo, fomos para a Euterpe. A Banda Euterpe também nos cedeu gratuitamente a sua sede para podermos realizar os nossos ensaios.

*E: Após esse espaço, qual foi o local onde o grupo passou a ensaiar?*

A: Depois desse espaço, mais tarde, viemos a descobrir que ao pé do bairro onde morávamos havia uma casa que tinha servido para electricidade e que ainda “tava” desocupada, tinha lá uns postes de cimento. Então a Câmara cedeu-nos essa casa, derrubou esses postes de cimento e disseram-nos para fazer um plano de sede e assim aconteceu.

Claro que já não foi do tempo do senhor Carlos Fabião Vintém, nesta altura era presidente o senhor José Batista Mourato Ceia que efectivamente era um apaixonado

destas coisas. Foi ele que fez o estatuto e fez o plano de sede que entregámos na Câmara, entregámos três vezes ao senhor engenheiro Casaca mas só mais tarde é que a Câmara aprovou o projecto.

*E: Na vossa altura, como eram planificadas as vossas actividades, as vossas saídas?*

A: Tínhamos os chamados convites das festas populares das terras e tínhamos esses convites dado que o grupo avançou muito bem na sua autenticidade e na sua representatividade. Para além do auxílio dos presidentes de Câmara na promoção do grupo, por exemplo, aquando da vinda dos ministros da OCDE, o grupo era sempre chamado para abrilhantar essas manifestações. Entretanto, havia também festivais de folclore e nós nesse tempo também já cá os fazíamos. Em relação aos festivais, nós, também, tivemos alguma responsabilidade na troca de intercâmbios porque a conselho do Doutor Dinis Parente Pacheco, presidente da Câmara na altura, disse-nos e ensinou-nos como poderíamos fazer. Abriu-nos as portas a grupos pondo à nossa disposição o autocarro e outras coisas.

Fizemos também acção social, para além, dos festivais de folclore, das centenas de exposições que fizemos.

*E: Em que medida fizeram a acção social?*

A: Relativamente à acção social, como o grupo não ganhava nada, não tinha dinheiro, começámos a quotizar, a fazer sócios e assim fomos conseguindo arranjar algum dinheiro. Entretanto, fomos à Câmara, expusemos o assunto e eles entenderam que nós estávamos certos porque as crianças não ganhavam nada e era necessário dar-lhes alguma coisa. Como naturalmente, era um grupo de famílias pobres não conseguiam ir passar férias, resolvemos levá-los para colónias de férias. Levámo-los, quinze dias por ano, à praia. Como tinha sido dirigente da Mocidade Portuguesa outrora, sabia montar e dirigir um acampamento. Durante cinco anos seguidos fizemos acção social com as crianças e as mães e montámos acampamento em Vieira de Leiria duas vezes, na Foz do Arelho outras duas vezes e em Vila Praia de Ancora.

Quem fazia as despesas era a Câmara, entretanto, íamos a todo o comércio de Portalegre e pedíamos os géneros alimentícios e levávamos todo o material necessário para o período de férias.

*E: As actividades surgiam por imposição da Direcção ou iam de encontro às necessidades dos sócios, quer fossem participantes ou não?*

A: Não, não, os sócios tinham a sua opinião aquando da Assembleia Geral, mas era para a eleição dos corpos gerentes porque para outro efeito era a Direcção que exercia o seu mandato e impunha as suas regras ao grupo. Claro que eu tenho pena de dizer, mas inclusivamente chegámos a não levar a exibições duas ou três crianças que não passaram de ano precisamente como forma de não castigo severo mas de lembrar que era necessário dar paz e descanso aos pais para poderem efectivamente estar naquela forma de recreio, porque eu dizia nos ensaios: “nós estamos fazendo um trabalho sério a brincar”

*E: O grupo teve uma actuação que foi o marco das saídas. Estou a falar da saída ao Canadá que foi considerada a primeira deslocação ao estrangeiro, certo?*

A: Relativamente à ida ao Canadá, o grupo da Boavista organizava o seu festival de folclore todos os anos no Tarro. Durante uns anos o Director do hospital, Dr. Domingos Nabais, punha-se à varanda do Tarro a ver os grupos. Mais tarde, o Dr. Domingos deixa o cargo no hospital e vai para político dos negócios estrangeiros e culturais para Lisboa. Surge então o convite de Montreal, à exposição “Terre des Hommes”. O governo decidiu que ia um grupo a divulgar a cultura popular e decidiu ser o grupo da Boavista. Perguntaram-nos se queríamos ir porque era muito tempo.

*E: Quantos dias eram?*

A: Sessenta e três dias. Era muito tempo. As fábricas não queriam dispensar os elementos que faziam parte do grupo mas com muito trabalho, empenho e dedicação lá conseguimos. A viagem durou dez horas até Montreal. Lá divulgámos a nossa cultura popular através do folclore e assistimos também ao fado. Fomos considerados artistas de primeira e actuávamos quatro vezes por dia. Foi um dos momentos mais marcantes da vida do grupo.

*E: De acordo com o conhecimento que tem do grupo, de que modo o mesmo consegue resolver os problemas culturais existentes na cidade de Portalegre?*

A: Bom, nós enquanto estivemos no grupo tentávamos resolver este problema através dos festivais de folclore, através das exibições a apoio a doentes e também através das aulas dadas à primeira, segunda, terceira e quarta classes para as quais éramos convidados pelo Senhor Dr. Carlos Garcia de Castro que era o Director do Magistério Primário. Fomos procurando através do nosso trabalho e do nosso pouco saber, fomos divulgando no nosso concelho, a etnografia e o folclore. Também fomos convidados, na altura do Governador Civil Dr. Francisco Fortunato Queiroz para animar

um concurso de hipismo, onde pudemos não só revelar, divulgar o nosso grupo como também mostrar a cultura popular da nossa região.

*E: Como era o relacionamento com o poder local e o grupo?*

A: Formidável. O grupo não tem palavras para agradecer aos mais variadíssimos Presidentes de Câmara que acreditaram no grupo, deram-lhe a mão e o grupo tinha uma responsabilidade e noção dessa responsabilidade que fizeram com que as nossas relações fossem sempre brilhantes e as melhores. Se fomos e acho que ainda somos um grupo com muito valor, um grupo com muita representatividade na cidade, muito devemos à Câmara e aos seus Presidentes.

*E: Referiu só a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia?*

A: Ah! Perdão, perdão, esquecia-me das Juntas de Freguesia que tiveram muito trabalho, tratavam-nos como se fossemos muito importantes e nós quase que tínhamos vergonha e nos escondíamos do trabalho que fazíamos com tanto valor mas que não nos valorizávamos a nós próprios.

*E: As reuniões que tinham com a Câmara e com as Juntas eram única e exclusivamente para a atribuição de subsídios ou tinham outros objectivos?*

A: Os objectivos eram efectivamente, como disse há pouco, a divulgação e a capacidade de representação e a autenticidade do grupo na cidade. Quanto aos subsídios, esses eram poucos.

*E: Dado que em Portalegre não existia só o G.F.C.B, havia alguma articulação entre a autarquia e as várias associações de Portalegre?*

A: Enquanto estivemos os três fundadores do grupo não nos podemos queixar, pois tiveram sempre muita consideração pelos grupos que existiam, embora não fossem muitos. Naquela altura havia um ou dois, o Orfeão de Portalegre e um Grupo de Cantares, do qual não me recordo o nome. Mas sim éramos todos ajudados naquilo que fosse possível.

*E: Sendo o G.F.C.B. federado, como eram as relações com a Federação Nacional de Folclore?*

A: Tenho uma história muito engraçada para contar. É que lá em cima, onde era chamada a pátria do folclore norte, faziam muitos festivais, entretanto, o grupo veio a ganhar uma tal representatividade e autenticidade que foi convidado por outros grupos lá de cima para congressos e seminários que se realizavam no norte. Foi aí que começou

a ser trabalhada a Federação do Folclore Português, pelo Senhor Augusto Gomes. Andámos durante cinco anos a ajudar a criar a federação. Chegámos mesmo a ouvir de um Secretário de Estado da Cultura (aquando do encerramento de um dos referidos congressos) dizer que se queriam criar a federação tinham que seguir o exemplo do G.F.C.B. da cidade de Portalegre. Agora já se vê o que representou para nós a vaidade de ouvir um Secretário de Estado da Cultura chamar a atenção para isso e dar como aval o que foi feito dentro do grupo.

*E: E com a INATEL?*

A: Olhe, com a INATEL, foi através do professor Tomás Ribaz, que já conhecia o grupo, aconselhou-nos que nos relacionássemos com ela. Porém, depois do 25 de Abril, a situação tornou-se complicada, devido à proliferação dos ranchos folclóricos. Cada um fazia a coisa à sua maneira, sem terem o cuidado que nós tivemos. Por isso, éramos, constantemente, chamados para fazermos actuações nas freguesias, nas vilas para que vissem o grupo e nós lhes pudéssemos demonstrar que era assim como nós fazíamos é que estava correcto. Esse pedido feito pelo professor Tomás Ribaz, nós cumprimos-lo à risca e com muita vaidade.

*E: Na cidade de Portalegre existem muitas colectividades associativas. Considera que todas trabalham para os mesmos objectivos ou têm objectivos diferentes?*

A: Acho que tanto o actual grupo da Boavista, do qual já não faço parte há vinte anos, como a Banda Euterpe, como o Grupo de Cantares do Semeador, como o Orfeão, trabalha para os mesmos objectivos. Estão ligados muito à juventude, o que é de valorizar, merecendo todo o respeito dos portalegrenses.

*E: Sendo um dos fundadores do grupo, pergunto: qual foi o principal objectivo aquando da fundação do Boavista?*

A: O objectivo principal, ou seja, o primeiro item do qual não nos podemos esquecer, era manter o espírito da amizade e de entre todos fazer alguma coisa porque vieram para aqui todos que fossem amigos. Como num mês se arranjou tanto menino e tanta menina para se fazer a amizade, a paz, a concórdia e, acima de tudo, valorizar as crianças e ajudar os pais a educá-las, pois algumas bem precisavam e nós do pouco que sabíamos, podíamos transmiti-lo e fomos muito felizes por conseguirmos.

*E: Então pelo conhecimento que tem, acha que os objectivos aquando da fundação do grupo ainda estão presentes ou já haverá outros?*

A: Eu já há vinte anos que deixei de estar muito ligado ao grupo e isto sem qualquer espécie de ataque ou comentário negativo. Os objectivos, ou por outra, o grupo continuou de tal modo plantado que devo dizer até que evoluiu. Na minha opinião pessoal, em relação aos trajes foi feita uma segunda recolha de um segundo estudo e acho que efectivamente o grupo está para sobreviver, está forte mas não me parece que os objectivos sejam os mesmos da fundação.

*E: Considera que o espírito de voluntariado é igual ao que se vivia há alguns anos atrás?*

A: Não é não senhor. Se não fossem algumas deslocações para o estrangeiro, acho até que nem iam lá e, possivelmente, o grupo já teria acabado.

*E: Então acha que os jovens estão no grupo mais por interesse ou por partilha e convívio familiar?*

A: Na minha opinião, haverá alguns componentes por interesse mas acredito que a maioria é por partilha, convívio e sentido de associativismo.

*E: É necessário reconhecer que muitos dos jovens não terão possibilidade de conhecer outros locais sem ser com o grupo. Pergunto: Na sua opinião, o grupo teve ou tem como um dos objectivos a formação dos jovens desta cidade?*

A: Teve, aí teve, agora sei... é que durante o tempo em que o senhor Carlos Fabião, António Gonçalves e eu, o objectivo era esse mesmo. Depois vim-me embora e neste momento não tenho conhecimento do que a presente Direcção tem em mente.

*E: Sente que a população portalegrense valoriza o grupo?*

A: Valoriza, há gente que é apaixonada pelo grupo desde o seu nascimento. Ainda hoje me perguntam por ele. Com ou sem qualidade, é natural que venha a viver ainda muitos anos porque ficou com a raiz muito bem plantada na terra.

*E: Numa sociedade em constante mudança, onde Portalegre não é excepção, qual deve ser o papel do dirigente associativo?*

A: Eu acho que o papel que o dirigente deve executar à frente desses grupos, deve ser igual ao do passado da Direcção do grupo da Boavista. O nosso objectivo era efectivamente a formação cívica e social dessas crianças bem como dos seus familiares. Claro que, quem não tinha qualidade não podia ir para lá. Tínhamos muitas pessoas para ensinar. Vinham pessoas de todo o lado da cidade precisamente porque não havia...embora se dissesse que era um gueto porque não se conseguia lá entrar, não o era, muito pelo contrário. A qualidade do grupo e a forma como era dirigida por esses

homens é que fazia com que fosse imposto um gueto. Ou era assim, ou não era porque havia muita criança, muita rapaziada jovem. Era um grupo que chegou a ter setenta elementos. Era preciso ter muito cuidado para que as coisas corressem sempre bem e para que essa educação cívica e social fosse devidamente aproveitada.

*E: Como era feito o recrutamento dos elementos para entrar no grupo?*

A: Depois de o grupo ter sido criado aqui no bairro pelos seus moradores e da sua inauguração, havia uma regra: quem vinha de fora, de outro local pedir para aderir ao grupo e fazer parte dele, era-lhe dada toda a liberdade para o fazer. Só que, quem dirigia, pronunciava-lhes também estas palavras: sim senhor, “tá” tudo muito bem, faz falta ao grupo. O grupo não é nosso, é da cidade, só que, têm de obedecer à seguinte regra. Têm trinta dias para vir a esta sede assistir aos ensaios, ver como é, ouvir as pessoas e depois decidir se quer e gostou, fica, se não quer e não gostou, vai embora e não têm de dar satisfações a ninguém.

*E: Hoje em dia, aplica na sua vida pessoal e social o que aprendeu no associativismo enquanto esteve no grupo?*

A: Sou muito amigo da minha família e dos meus amigos, onde exprimo tudo o que tenho de sentimentos. Considero que deixei em cada elemento do grupo da Boavista um amigo que ainda hoje trocamos opiniões e conversamos sobre as nossas deslocações, o que fazíamos. A minha formação também mudou em termos de verticalidade moral, religiosa e cívica. Aumentou muito a minha responsabilidade, pois cuidar de setenta jovens não era brincadeira nenhuma, assim como não o era ter a governação do grupo.

*E: O que é para si o associativismo?*

A: É uma necessidade extrema. O Homem não podia viver sem sociedade, não teria hipótese isoladamente. Um Homem deve associar-se.

*E: Considera que o associativismo de outrora é idêntico ao que se está a viver actualmente?*

A: Não, não há o mesmo espírito. Não há o mesmo amor, a mesma ternura pelas coisas. Por vezes, parece até que há uma obrigação, mas também reconheço que é impossível viver sem ser associado, seja naquilo que for, não é? Nem que seja só referente à sociedade, sem fazer parte de grupos ou de outras instituições porque há sempre um grupo de amigos a quem muito se quer bem.



*E: Como caracteriza o percurso realizado pelo G.F.C.B desde 29 de Julho de 1967 até hoje?*

A: Caracterizo-o de modesto, constituído por gente modesta, mas de um valor incalculável que não há palavras que consigam classificá-lo. Muito humilde mas de uma qualidade e de uma formação de valor incalculável e sensacional. Os rapazes e as raparigas tinham actuações que eram grandes heróis. O povo ao vê-los ficava emocionado e muitas vezes ouvia-se dizer que quando o grupo subia ao palco começava o festival, quando saía acabava o festival.

*E: Como vê o futuro do grupo?*

A: Eu sei de uma coisa Armanda, o grupo tem uma raiz muito bem plantada e que dá frutos todos os anos. Conseguirá ele resistir a mais quarenta e três anos? Não sei mas gostaria que sim.

*E: Dado a sua larga experiência, tem algo mais a acrescentar sobre o G. F.C. B.?*

A: Para já gostaria ainda de lá estar, no entanto, toda a gente sabe que me vim embora de livre e espontânea vontade, mas trouxe uma bagagem cheia de coisa boas, tenho saudades e gostava de voltar.

## **Protocolo de entrevista – Entrevistado B**

A entrevista decorreu no dia 15 de Novembro pelas vinte e uma horas. Em contactos prévios já tinham sido abordados os objectivos do estudo e da entrevista. O entrevistado mostrou-se desde o início participante no sentido de dar o seu contributo para o estudo do assunto em questão.

*E: A título de apresentação, podia falar um pouco sobre o seu percurso pessoal e profissional?*

B: Nasci na Freguesia de Pias, Concelho de Serpa, tenho sessenta e quatro anos. Resido na cidade de Portalegre há trinta e dois anos.

Aos sete anos ingressei na escola, tendo concluído a quarta classe aos onze anos com aproveitamento de dezasseis valores.

Sou filho de trabalhadores agrícolas, que viviam de rendimentos obtidos por trabalho sazonal, com condições de vida de extremas dificuldades, o que forçou a minha entrada no mundo do trabalho com tenra idade e longe dos meus pais. Comecei por ser ajuda de pastor e depois ajuda de boieiro, entre os onze e os quinze anos de idade. A partir daqui, ingressei no comércio a retalho, um estabelecimento que comercializava produtos alimentares, chapelaria, calçado, retrosaria, tecidos e vestuário já confeccionado.

O meu primeiro salário foi de oito escudos e cinquenta centavos, o que corresponde a quatro cêntimos nos nossos dias; e no final de cada mês recebia também três litros de grão-de-bico e dois litros de azeite, eram as chamadas “comédias”). Quando entrei para o comércio, estive um mês “à experiência”, durante esse tempo não recebi qualquer valor de salário ou outro tipo de pagamento pelo trabalho que fiz. Uns anos mais tarde, fui proprietário de um estabelecimento comercial. No final de 1976, por opção, ingressei na actividade política a tempo inteiro.

Em relação ao meu percurso profissional, o principal objectivo da minha ida, com onze anos, para o trabalho campesino, foi para auferir algum rendimento que ajudasse a minorar as grandes dificuldades que a minha família vivia. Por muita vontade

que tivesse de ir estudar, vontade que os meus pais também tinham, tal não era possível por falta de meios financeiros. Mas devo afirmar que as diversas actividades profissionais que desempenhei, todas elas, me deram satisfação e me ajudaram a crescer como ser humano.

*E: Como surgiu a sua entrada no G.F.C.B.?*

B: A minha entrada no Grupo surgiu por muita insistência do senhor Martinho Dimas, que conhecia a minha participação no Grupo de Cantares de Portalegre “O Semeador” e considerava que fazia muita falta a minha participação no Grupo.

*E: Teve alguma influência por parte de familiares ou amigos para participar em associações culturais?*

B: A actividade associativa sempre foi do meu agrado. A minha família sempre me incentivou a essa participação. A minha primeira intervenção no associativismo foi, quando tinha dezoito anos de idade, na fundação do clube desportivo da minha terra, nas comissões de festas anuais e na direcção da Sociedade 1º de Dezembro, de Pias.

*E: Como está organizado o G.F.C.B.?*

B: Em termos de Direcção é uma hierarquia. Portanto, há o Presidente (que é o órgão responsável por todo o grupo, por todas as actividades do grupo), depois há o Vice-Presidente, os Secretários, os Tesoureiros, Vogais.

Depois existe uma Comissão Técnica (chama-lhe uma comissão técnica, é uma comissão mais virada para dentro, para o grupo) da qual eu sou coordenador. E depois tenho uma equipa de apoio, de moços e moças mais jovens, balhadores do grupo, que vão dando apoio. Outras estão mais viradas para fazer algum tipo de contacto de recolha. Outras, ainda, estão mais viradas aqui para os ensaios. E esse trabalho é feito depois em cooperação. Portanto reunimos de vez em quando (agora há muito tempo que não reunimos, isso é uma falha nossa, porque o ano passado também foi muito cansativo para mim e até para elas e para eles, mas principalmente para mim, só conseguimos reunir uma vez ou duas), mas temos reuniões normais. De vez em quando reunimos. Esta Comissão Técnica reúne, não é o presidente, não é o tesoureiro, é esta comissão técnica. E depois prestamos contas na Direcção. Prestamos contas do nosso trabalho à Direcção. E das nossas propostas, aliás, os espectáculos que fizemos (aqueles que eu lhe contei), quando fizemos os quarenta anos, foram discutidos nesta Comissão e foram levados à Direcção (de apoio à iniciativa). Portanto, nisso funcionamos assim.

Nós funcionamos às sextas-feiras nos ensaios por volta das nove horas. A sala é muito pequena, cria-nos muitas complicações para podermos dançar aqui. E, neste momento, grande parte do nosso grupo é jovem, jovens estudantes. Às nove horas há um ensaio com os miúdos, com os meninos mais pequenos e, por norma, vêm também os pais. Portanto, esse ensaio é feito pela Ana Batista. Há dois anos que é ela que acompanha, de facto, mais de perto o grupo. Ou ela ou a Carla ou a Ana Mourato. São as pessoas que acompanham.

Depois temos o grupo adulto que os ensaios, por norma, são feitos ou pela Ana Miranda (que está a estudar em Castelo Branco, mas vem todas as semanas) ou pelo Marco.

*E: Como é feita a planificação das actividades?*

B: Tendo em conta os objectivos do Grupo, no final de cada ano, a Direcção analisa o que foi realizado e faz a planificação das actividades a desenvolver no ano seguinte e que são aprovadas em Assembleia Geral dos Sócios.

*E: Quais as actividades existentes neste momento e como foram implementadas?*

B: Em cada ano, existe um conjunto de actividades consideradas âncora na vida do Grupo. São elas iniciativas próprias, intercâmbios com outros Grupos congéneres, projectos a desenvolver com as escolas, recriação de quadros etnográficos, monda, ceifa, apanha da azeitona, a cava, a Maia, reviver tradições (matança do porco, matança do borrego, magusto).

Foram e são implementadas dando concretização ao plano de objectivos do próprio Grupo. E são consideradas as condições logísticas locais e o público-alvo dessas acções.

*E: As actividades surgem por imposição da Direcção ou vão de encontro às necessidades dos sócios, quer sejam eles participantes ou não?*

B: As actividades surgem sempre enquadradas no plano de objectivos do Grupo. Servem as necessidades formativas dos membros do Grupo e comunidade local em geral. A Direcção é quem promove a sua concretização, mobilizando os meios necessários para tal.

*E: Quando existem dificuldades na concretização das actividades, como é que as conseguem resolver?*

B: Para cada tipo de dificuldade tem que surgir o tipo de resposta adequada. Por exemplo: para a realização de um Festival anual (há uns anos) fomos confrontados com

a impossibilidade de existência de um palco com o mínimo de condições. Tivemos que recriar um ambiente campestre no chão. Fizemos surgir um cenário de eira e ali se fez o Festival que resultou muito bem.

*E: Como surgiram as primeiras deslocações ao estrangeiro?*

B: A partir de 1995, o grupo no seio de um trabalho mais apurado e mais sério, talvez mais exigente também, começou a ser acompanhado um pouco pelo Departamento de Dança do INATEL. Na altura começou o Professor Tomas Ribaz, o Henrique Rabaça (ambos já falecidos), começaram a acompanhar um pouco o grupo e, de vez em quando, deslocavam-se aqui, viam o grupo noutras actuações. Depois propuseram que fosse o Grupo da Boavista a representar Portugal no Festival Internacional do CIOFF na Polónia.

E a partir daí, portanto, com o contacto que tivemos com vários grupos, o grupo começou. Já participou em Festivais e Encontros de Folclore. O primeiro foi no Canadá, depois tivemos na Polónia, na Alemanha, na França, em Marrocos, na Bélgica, na Roménia, Itália, pronto, Áustria, na Rússia e tivemos na Geórgia. Isto também com seis elementos do grupo que, numa embaixada cultural que foi criada em Portalegre através da Associação de Amizade Portugal – URSS na altura, tivemos na Geórgia e em Moscovo em representação aqui do nosso concelho. Com um par de cada grupo – criámos uma embaixada com o Grupo de Cantares – criámos uma embaixada cultural que levou àqueles países de facto a representação da dança, do canto e da música do nosso concelho.

*E: De acordo com o conhecimento que tem do G.F.C.B., como consegue o referido grupo resolver os problemas culturais existentes na cidade de Portalegre?*

B: Os interesses culturais das gentes de Portalegre são variados. Na cidade e no concelho existem grupos de elevada qualidade que respondem, de acordo com os seus objectivos de trabalho e as condições concretas de que dispõem. O Grupo da Boavista, centrado na área do folclore e da etnografia, procura preencher o seu espaço de acção.

*E: Não acha que um grupo com alto estatuto, conhecido tanto no país como no estrangeiro, não poderia fazer algo mais para colmatar a deficiência cultural que existe em Portalegre?*

B: No concelho de Portalegre verifica-se que vários Grupos Culturais sentem dificuldades a nível de instalações para as suas sedes sociais.

No caso do Grupo da Boavista, a actual sede é um factor limitativo da sua actividade. A dimensão exígua da sala de ensaios condiciona a participação dos membros e a concretização da planificação dos ensaios. A reduzida dimensão da sala de guarda-roupa é outro constrangimento. A falta de espaço impede a criação de um pequeno núcleo museológico desta área, com alfaías e instrumentos agrícolas, cenários de habitação e outros aspectos para exposição temporária e/ou permanente.

Certamente, o trabalho deste Grupo teria outra qualidade e abrangência se tivesse a participação e/ou a colaboração de antropólogos, etnógrafos e outros estudiosos destas áreas, colaboração e participação que o Grupo muito desejaria e aceitaria de braços abertos.

*E: Como é estabelecida a relação com o Poder Local?*

B: A relação estabelece-se institucionalmente entre a Direcção do Grupo e os representantes do Poder Local - Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Existe um relacionamento saudável e amistoso.

*E: Há alguma articulação entre a Autarquia e as Associações? De que modo?*

B: Existe articulação esporádica, em casos pontuais. Sempre que uma actividade necessita da colaboração entre as duas partes, existe contacto e estabelecem-se as formas de colaboração e apoio.

*E: Como são estabelecidas as relações, por exemplo, com a Federação Nacional de Folclore, com o INATEL?*

B: As relações, também aqui, são institucionais. O Grupo participa nas iniciativas organizadas pela Federação do Folclore Português (Congressos, colóquios, seminários e outras acções de formação, exposições de trajes ao vivo, feiras rurais e outros eventos). A Federação presta apoio técnico quando solicitado pelo Grupo na organização dos intercâmbios que este organiza.

Com o INATEL também são relações esporádicas ou pontuais. Por exemplo: atribuição de instrumentos musicais ou apoio financeiro, ou participação em iniciativas próprias do INATEL como a que aconteceu em Junho de 2010 na vila de Monforte, onde o Grupo exemplificou a cava, a monda e o banho.

*E: Na sua opinião, o que é que as Federações poderiam fazer e não o fazem?*

B: Temos que considerar as limitações sentidas pela Federação do Folclore Português. É uma entidade que funciona com voluntariado. No nosso caso, fica a uma distância significativa, a sede situa-se em Vila Nova de Gaia.

Deve-se realçar o facto de, apesar do muito significativo volume de actividades desenvolvidas por este movimento a nível nacional, a Federação do Folclore Português ainda não ser reconhecida como parceiro cultural do Estado Português e não ser alvo de qualquer apoio financeiro inscrito no Orçamento do Estado, apesar das recomendações da UNESCO apontarem que os Governos devem apoiar o movimento folclórico.

*E: Considera que o grupo estabelece relações com outras instituições, como as escolas? E quem é o impulsionador destas relações?*

B: Existem relações institucionais com as escolas dos diversos níveis do ensino. As escolas do ensino básico têm sido uma boa fonte de recrutamento de membros para o Grupo. Por exemplo, no Atalaião e nos Assentos, temos desenvolvido projectos de ensino/aprendizagem de jogos tradicionais, dança folclórica, diversos aspectos da tradição oral, com a designação de “Dantes era assim...” e “Clube de Dança Folclórica” respectivamente.

Prestamos colaboração a todas as solicitações que surgem, de acordo com as condições que temos, para a realização de exposições e outras iniciativas desenvolvidas pelas escolas. Recordo demonstrações realizadas nas escolas de São Lourenço (Clube Europeu), Mouzinho da Silveira, Cristóvão Falcão, José Régio, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Educação em momentos de intercâmbio com escolas de outros países e com escolas de outros pontos do nosso país; e apresentação de diversos trabalhos elaborados pelos alunos.

Também alunos de escolas do ensino superior de outros pontos do país têm solicitado o apoio do Grupo e do seu património para a elaboração de trabalhos em diversas áreas, nomeadamente alunos da Faculdade de Motricidade Humana, Escola Superior de Educação de Castelo Branco, Universidade Nova de Lisboa, entre outros.

O impulsionador destas relações varia consoante a acção e o objectivo que está a ser concretizado.

Pessoalmente, considero que seria interessante haver uma disciplina curricular que tratasse as matérias ligadas à etnografia e ao folclore.

*E: Na cidade de Portalegre existem muitas colectividades? Acha que todas têm o mesmo objectivo?*

B: Existem objectivos gerais que são comuns a todas as colectividades, formação pessoal e aquisição de novos conhecimentos, aprendizagem de convivência em grupo e aquisição de regras de grupo, ocupação saudável de tempos livres.

De acordo com as áreas de trabalho de cada colectividade, os objectivos serão, naturalmente, diferentes. Por exemplo, uma banda intervém na área da música, um orfeão na área do canto, um grupo de folclore na área das tradições populares, nomeadamente a dança, o canto, o traje, a música, as vivências dos antepassados, trabalha vários aspectos da história do povo de uma dada região.

*E: De certo tem conhecimento dos objectivos que estiveram subjacentes aquando da criação do grupo. Pergunto-lhe: considera que esses objectivos permanecem os mesmos ou houve alguma alteração?*

B: O objectivo central é o mesmo: Pesquisar, recolher, preservar e divulgar os usos e costumes das gentes da região de Portalegre. Na minha perspectiva, houve um alargamento das áreas de intervenção e trabalho desenvolvido, melhoria e aprofundamento de conhecimentos que resultam no enriquecimento do trabalho final que o Grupo demonstra.

*E: Considera que o G.F.C.B. tem como objectivo a formação dos jovens desta cidade?*

B: Poderá não ter sido a preocupação principal, mas ela esteve presente na formação dos jovens de Portalegre. E mantém-se nos nossos dias.

*E: Em que medida?*

B: O Grupo tem contribuído para enriquecer os conhecimentos dos jovens que o têm integrado. Os membros do Grupo aprendem valores de amizade e solidariedade, de trabalho e vivência em grupo, são estimulados a práticas de bom comportamento em casa, na escola, entre os amigos e no Grupo. O empenhamento no estudo é-lhe afirmado como a sua principal tarefa no seu percurso escolar e de crescimento como ser humano.

Muitas vezes têm surgido jovens na sede do Grupo em busca de informação para elaboração de trabalhos. Informação que apenas encontram nos documentos que o Grupo possui. Na sequência desses trabalhos, vários são os casos de novos componentes do Grupo.

Segundo a minha perspectiva, o grupo tem cariz de educação popular, desde logo porque transmite os conteúdos do trabalho que desenvolve, os seus membros são enriquecidos nos seus conhecimentos, através das actividades em que participam no grupo porque aprendem, e aprendem conhecendo a realidade das vivências que eram o dia-a-dia dos nossos antepassados. Portanto, por aí há um aspecto de ensinamento e de



aprendizagem, quer os membros do grupo sejam mais novos ou mais velhos, quando entram nesta actividade são de certo modo convidados e estimulados a aprender. Portanto eles aprendem que hoje as suas vivências não são as mesmas que eram os seres humanos que tendo as suas idades, há 50, 70, 80, 100 anos atrás não eram as mesmas vivências, portanto, por aí fazem uma aprendizagem. E depois quando são como membros do grupo que vestem o traje, que vão desenvolver actividades, seja a dança, seja o cantar, seja um jogo tradicional de crianças, seja um quadro etnográfico, quem participa na reposição das mondas, ou da ceifa, ou da apanha da azeitona, ou da cava, ou os pastores e os seus ajudas, portanto os membros que executam estes quadros etnográficos também tiveram que fazer uma aprendizagem, porque o que hoje o grupo representa não é nada do que seja a vivência diária dos nossos dias e por essa razão quando se vai representar, obrigatoriamente teve que se aprender e portanto são os meios do grupo que fazem essa aprendizagem e essa transmissão de conhecimentos.

*E: Pergunto: Acha que as associações são também escolas de formação para a vida?*

B: Não tenho a mínima dúvida de que o são. Os próprios membros do Grupo o afirmam.

*E: Considera que a formação dada aos nossos jovens, aos sócios, faz sentido?*

B: Considero que sim. Direi mais: é imprescindível à sua formação integral. As vivências e as aprendizagens que fazem no seio do Grupo não as têm noutro local. Num tempo em que a massificação de culturas externas à nossa nos é imposta pelos mais variados meios, o papel e o trabalho da nossa Associação é fundamental para manter o conhecimento da nossa cultura e das nossas raízes.

*E: Mas...e para o resto da população?*

B: Também a população usufrui do trabalho e da acção do nosso Grupo (e de outras associações culturais). Sem Associações vivas e dinâmicas que intervenham permanentemente na vida da comunidade, essa comunidade tende a morrer ou, no mínimo, a desertificar-se culturalmente.

*E: Considera o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista uma associação? Porquê?*

B: É. É sem dúvida uma associação, porque congrega muitas pessoas em torno de um objectivo, que é o trabalho do grupo. O grupo existe desde 1967 e o seu objecto de trabalho é primeiro pesquisar, recolher, preservar e divulgar as vivências tradicionais

das gentes da região e nesse ponto de vista, é uma associação porque congrega neste momento 114 ou 115 elementos em redor deste objectivo, e todos eles trabalham para o mesmo fim. É uma associação também do ponto de vista jurídico, porque para além destes sócios participantes, tem mais cerca de 400 sócios contribuintes, isto é, que pagam a cota e que frequentam a sede, que frequentam as actividades do grupo, portanto é uma associação.

*E: Qual é a maior preocupação do G.F.C.B. em relação aos jovens?*

B: Uma preocupação prende-se com o insucesso escolar e profissional dos nossos jovens, como condição para a construção do seu percurso de vida futura. É assustador pensar que os jovens de hoje poderão ter um futuro pior do que tiveram os seus pais. Está iminente a possibilidade de os pais verem os filhos com um percurso mais sombrio do que foi o seu, o que evidencia um retrocesso histórico preocupante.

Hoje constata-se que muitos jovens saem da nossa região em busca de uma vida mais estável. Se esta tendência se mantiver, se não for invertida, naturalmente, o nosso Grupo sentirá maiores dificuldades na concretização da sua actividade. Para que tal não aconteça, é necessário reunir todas as boas vontades para travar esta desertificação continuada.

*E: O espírito de voluntariado é igual ao que se vivia alguns anos atrás?*

B: Falando em espírito de voluntariado, não há grandes diferenças. Continua a haver muita gente de boa vontade, a querer participar na vida das instituições de forma graciosa. Verificam-se alguns progressos, tendo em conta o reconhecimento da sua importância que foi transformado em texto legislativo. A grande falha existe no reconhecimento prático, no dia-a-dia, nas condicionantes que são impostas aos voluntários no exercício das suas funções voluntárias. Por exemplo, o Estatuto do Dirigente Associativo não é respeitado; a desregulação dos horários de trabalho impõe trabalho aos fins-de-semana em sistema de rotatividade em muitos sectores de actividade, o que impede a participação de muitas pessoas na vida das associações.

*E: O grupo tem feito alguma sensibilização junto dos pais?*

B: Sim.

*E: De que modo?*

B: Através de contactos individuais, nas escolas e junto das famílias dos membros do Grupo; e também de viva voz nas iniciativas públicas realizadas pelo Grupo.

*E: Considera que o grupo foi um caminho para evitar comportamentos de risco para alguns jovens?*

B: Sim, enquanto estão envolvidos nas actividades do Grupo. Tivemos elementos que, enquanto estavam na escola manifestavam comportamentos menos correctos, falta de respeito para com os colegas, funcionários e professores, agressividade, tendo chegado a ser impedidos de entrar na escola; como membros do Grupo sempre tiveram comportamentos correctos, aceitando as regras de funcionamento e de convívio fraterno com os colegas. Houve um caso em que, no Grupo, o seu comportamento era correcto e, após a sua saída do Grupo teve comportamentos desviantes até ao ponto de perder uma parte da sua liberdade.

*E: Considera que educação tem a ver com cultura?*

B: Considero que educação e cultura estão muito interligadas. Sabendo que o ser humano é fruto do meio e das condições em que é criado, há, certamente, pessoas consideradas muito cultas por possuírem vastos conhecimentos científicos e intelectuais, no seu trato com outros seres humanos revelam, muitas vezes, falta de educação. Em sentido contrário, também existem seres humanos analfabetos ou quase, possuidores de vasto conhecimento da vida e do mundo que os rodeia (logo são cultos) e no trato com os seus semelhantes evidenciam uma educação, muitas vezes, acima da média.

*E: Preocupa-se com as questões sociais, o bem-estar da população que representa o grupo?*

B: Claro que sim. A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens têm representantes do movimento associativo e por aí o grupo é parceiro, sem protocolo estabelecido mas é parceiro. Sempre que há necessidade de qualquer intervenção é chamado e há sempre um trabalho conjunto, a par. Temos aqui meninos, neste momento, de famílias muito carenciadas. Enquanto cá estão é o tempo que estão aqui, sabe-se onde eles estão e que estão em actividades interessantes e quando saem connosco estão controlados. É um bocado isso, mas claro que isto precisa de haver uma interacção não apenas do grupo, mas depois de todo o resto.

Lembro-me também que quando viemos para o grupo, o grupo era constituído por duas ou três famílias fortemente carenciadas e por meninos do Internato. Hoje está completamente alterada a composição. Continuamos a ter famílias carenciadas, não temos os núcleos familiares tão fortes, tão pesados. Nós chegámos a ter aqui oito pessoas da mesma família, hoje não, dois, três, quatro no máximo. Três irmãos, dois irmãos, três irmãos, nada mais que isso. Mas tivemos uma altura que era assim.

A transformação depois que aconteceu, até ao nível do ensino, quando as escolas começaram a trabalhar as tradições, na chamada área-escola, e quando os alunos eram estimulados a fazer trabalhos sobre as tradições chegavam aos centros documentais das escolas e não tinham informação. Iam à biblioteca municipal e a informação não existia e a forma que tinham era de vir à sede do grupo e pedir informação e aqui levavam, faziam os trabalhos e encontravam a documentação que precisavam. E a par disso eram convidados: – então agora venham aprender uma dança! Para demonstrar com os vossos amigos! – E assim ficavam. Tivemos aí uma componente que hoje é professora de Educação Visual e Tecnológica, que está na zona da Costa da Caparica, trabalha, penso, que em Lisboa e ela, num mês e meio, aprendeu as danças todas. Porque veio fazer um trabalho com um colega e gostou tanto que vinha diariamente. Saía da escola, vinha à sede e combinava com um colega que já sabia dançar (que já cá estava) e ela durante um mês e meio aprendeu as danças todas porque queria estar no grupo e saber tudo o que tinha que saber. Muito interessante. E, portanto, essa faceta também nos trouxe a maior garantia de continuidade dos mais novos no grupo, porque continuamos a ser solicitados para consulta, para fazer trabalhos. Agora de há meia dúzia de anos para cá, uns oito, dez anos para cá, mais até pelo Ensino Superior, mas continuamos a ter solicitações desde o primeiro ciclo até ao Ensino Superior. É extremamente interessante porque depois, por aí, vêm novos componentes.

*E: Acha que as colectividades e associações têm tido um papel importante, capazes de impulsionar o desenvolvimento local?*

B: Sem dúvida que sim. Certamente, sem o trabalho das associações, as nossas comunidades seriam muito mais pobres. Ao pensar, programar e realizar/apresentar as suas iniciativas, envolvendo, muitas vezes, várias centenas de pessoas, a associação está, objectivamente, a promover o desenvolvimento local. Apenas um exemplo: num protocolo de parceria local envolvendo o Município de Portalegre, a Fundação Robinson a Associação ICTVR, o Instituto da Reabilitação Urbana mais cinco

associações locais, sendo uma delas o Grupo da Boavista, foi possível fazer chegar a Portalegre algumas verbas que serviram para a recuperação da Rua Poeta José Régio e casas degradadas no Centro Histórico da Cidade de Portalegre e ainda uma parte do espaço Robinson.

*E: Aplica na sua vida pessoal e social, algo que tenha aprendido no associativismo?*

B: Não há dia nenhum em que não o faça.

*E: O que representa para si o associativismo e o acto de associar?*

B: O associativismo é uma forma de organização que enobrece quem o pratica. O acto de associar é o reconhecimento de que dois podem fazer mais do que um. Certamente um grupo com uma centena de componentes pode fazer coisas que as mesmas cem pessoas individualmente não o conseguirão.

*E: Considera que o associativismo teve algumas mudanças, teve algumas alterações nas suas vivências com o 25 de Abril?*

B: O 25 de Abril trouxe ao movimento associativo um processo de democratização como se verificou em todas as áreas da vida da sociedade portuguesa. Essa democratização abriu as portas a uma maior participação na vida das associações e rasgou horizontes de respeito pelas tradições populares e pela sua preservação, o que não acontecia até então.

*E: E após o 25 de Abril?*

B: Após o 25 de Abril surgiram muitas novas formas de associativismo e de participação. As associações que então nasceram desenvolveram e desenvolvem uma acção meritória de valor fundamental na vida das comunidades locais e que se inserem.

A minha experiência pessoal permite dar o seguinte exemplo: as comissões de moradores criadas na minha terra, logo após o 25 de Abril, desenvolveram um trabalho meritório na Freguesia. Corriam duas valas largas a céu aberto dentro da povoação, três ruas onde era impossível circular a não ser a pé. Estes dois problemas foram solucionados graças ao empenhamento e ao trabalho totalmente voluntário das pessoas organizadas nas suas comissões de moradores.

*E: Foi dos primeiros elementos a chegar ao grupo e ainda continua a exercer funções. Como é que vê a sua colaboração nesta casa?*

B: Cheguei ao Grupo quando este já tinha 20 anos de existência. Mas, actualmente, com 23 anos de Grupo, sou o elemento que aqui permaneço há mais tempo. Cerca de um ano após a minha entrada no Grupo, assumi responsabilidades na Direcção e assim me mantenho até agora.

*E: Durante todo este tempo que está no Grupo, decerto que já teve alguns momentos marcantes na sua vida e na do grupo. Pode dar-nos alguns exemplos?*

B: Um dos pontos altos do grupo foi quando o grupo fez os quarenta anos de vida. Há dois anos, vai fazer três anos. O grupo montou um espectáculo que decorreu ali no Centro de Artes e Espectáculos de Portalegre e foi um momento alto porque a sala encheu completamente. Convidámos também uns fundadores que estiveram lá quase todos presentes. Ficaram maravilhados. Um deles até disse que ficou completamente espantado com o que o Grupo foi capaz de fazer porque o espectáculo começava com a questão dos ganadeiros, portanto, o boieiro e o pastor com seus ajudas a falar com o gado, (claro que não tínhamos o gado no palco, mas falavam com o gado, não), falavam com o ajuda, falavam com o cão, depois fomos evoluindo, no sentido de aparecerem os semeadores em palco a semear a seara, depois as mulheres a mondar, a apanha da azeitona, a ceifa, o tirar da cortiça, o cavar e depois fomos por aí assim com alguns contos, lendas, orações, benzeduras, até aos toques com os vários instrumentos que temos aí, que cada um tocava. O canto à desgarrada entre os pares, quer dizer, entre homem e mulher a cantar à desgarrada e que terminou com o grupo infantil a fazer uma pequena demonstração. A seguir o grupo adulto a fazer a sua demonstração e terminou com toda a gente no palco a dançar uma dança e toda a gente depois a cantar de facto no palco. Um espectáculo...Acho que foi um dos pontos mais altos e mais marcantes da vida do grupo e da minha.

A este primeiro espectáculo chamávamos “A Família do Boavista” e fizemos ainda um segundo ao qual chamámos “O Boavista e os Amigos”. Isto é, fizemos um espectáculo também no Centro de Artes e Espectáculos com os grupos aqui do concelho. Nós fizemos uma actuação pequena, convidámos algumas associações e colectividades aqui do concelho. Toda esta gente teve uma participação de facto no nosso espectáculo. Nós reduzimos a nossa participação para todos os outros participarem. Acho que foi também um momento muito grande, muito alto, porque permitiu de facto cimentar a relação de amizade e de solidariedade que existe entre os grupos de Portalegre. No concelho de Portalegre há uma relação de amizade e de

cooperação muito grande, da qual nós também somos fomentadores e divulgadores e promotores dessa amizade e dessa convergência de opiniões.

*E: Depois de uma relação de tantos anos com o G.F.C.B., qual é a importância que este grupo tem para si?*

B: A questão mais marcante que eu encontrei, para mim, na minha presença no grupo, é que fiz centenas de amigos! Essa é a situação mais marcante que eu tenho na minha vida. Fiz centenas de amigos! No grupo – pessoas que por já por cá passaram, que vão saindo e os que cá estão – fiz centenas de amigos. De fora do grupo, posso dizer, com muito orgulho, que não fiz nenhum inimigo, nem nenhum adversário. Esta para mim é a que me toca mais fundo, a amizade.

Temos discussões. Por vezes, temos discussões acaloradas, não é? Até na reunião da Direcção ou até aqui nos ensaios. Mas não fiz nenhum inimigo, nem nenhum adversário. Fiz só amigos para mim e para a minha família. Portanto isto deixa-me muito orgulhoso – é a parte mais marcante que eu tenho.

Depois vim conhecer um mundo diferente. Eu, sendo do Baixo Alentejo, estava mais habituado a ouvir os cantes do Baixo Alentejo. E gosto muito dos cantes do Baixo Alentejo! É uma faceta que gosto e que procuramos, de vez em quando, trazer aos festivais de folclore do Boavista grupos do Baixo Alentejo. Estar num grupo destes permitiu-me, para já, conhecer outra visão da cultura – alargar os meus conhecimentos à cultura tradicional, conhecer tradições de vários pontos do nosso país. Hoje, quem está nisto e gosta de estar, começasse a aperceber que, de facto, o que é que é do Minho, o que é que é Beira, o que é que é do Algarve, o que é que é do Alentejo. Começa a perceber isso.

Conhecer também um pouco de fora do país. Não digo a tudo, mas vou a grande parte das deslocações. E, portanto, isto é muito marcante para mim! Acho que fiquei mais enriquecido. Estou mais rico culturalmente e pessoalmente e socialmente.

*E: Como prevê o futuro do G. F. C. B?*

B: Quanto ao futuro do grupo, acho que é um futuro risonho. É um futuro bom. Não tenho problemas em admitir que, ao contrário de pessoas que dizem assim: “é pá! Cada vez há menos gente a vir para o grupo e não sei quê”... É natural! A gente tem que trabalhar para chegar lá! Acho que o futuro do grupo está assegurado. Mesmo até em termos de direcções técnicas. Se houver uma Direcção dinâmica e empenhamento de todos ( direcção e componentes, sócios, entidades e população em geral), o Grupo tem

condições de continuar a desenvolver a sua actividade e melhorar o seu trabalho no futuro. Mantendo a forte componente de jovens que o Grupo possui actualmente, eu acredito que o seu futuro será ainda melhor.

Se estas moças e estes moços por aqui se mantiverem... Têm é que aprender mais e trabalhar mais para poderem, de facto, depois explicar o que é que querem do grupo."

*E: Para concluir, quer deixar alguma palavra ao Grupo Folclórico e Cultural da Boavista?*

B: É assim, uma palavra que eu quero deixar para os membros do grupo é: trabalhem mais. Sejam mais exigentes com eles próprios para terem um grupo cada vez melhor. Acho que o grupo está bem. Acho que o grupo se mudar agora, depois se mudar daqui por mais uns anos para o Espaço Robinson, poderá ter outras condições de trabalho. Pelo menos outra sala de trabalho que esta é muito pequenina para o que queremos. Portanto em relação ao trabalho pode aperfeiçoar ainda melhor as suas próprias bailhações.



## Protocolo de entrevista – Entrevistado C

A entrevista decorreu no dia 24 de Novembro pelas quinze horas. Em contactos prévios já tinham sido abordados os objectivos do estudo e da entrevista. O entrevistado mostrou-se desde o início participante no sentido de dar o seu contributo para o estudo do assunto em questão.

*E: Para começar, a título de apresentação, podia falar um pouco sobre o seu percurso pessoal?*

C: Tenho setenta e seis anos, sou aqui de Portalegre e fiz a minha vida entre Lisboa e Portalegre. Em Lisboa fui lá professor em vários colégios e depois na Escola da Paiã. Em 1970, assumi o lugar de professor de Psicologia na Escola do Magistério. Efectivei-me no terceiro concurso de provas públicas em 1976, entretanto, nesse período, desde a entrada no Magistério até essa altura, era o chamado tipo professor temporário. Tinha todas as regalias semelhantes às do professor efectivo mas ainda não o era.

Depois de me efectivar e por coincidência, assumi a Direcção do Magistério até ao fecho, ou melhor, até à extinção da mesma escola. Devido a essa formulação e pertencer aos Quadros do Magistério, por força da lei, passei para o ensino da Escola Superior de Educação de Portalegre. Posteriormente reformei-me na categoria de Professor Adjunto.

*E: Tendo em conta os objectivos que me trouxeram aqui e dos quais já conversámos, pode-me dizer como é que surgiu a possibilidade de entrar nos corpos sociais do G.F.C.B?*

C: Eu escrevi um livro de poesia, “Os lagóias e os estrangeiros”, que é suficientemente conhecido aqui em Portalegre. As pessoas gostaram muito porque é o modo de tratar uma cidade que é minha, que é Portalegre. Sem ser naquele aspecto turístico e empobrecido, como por exemplo, “Ó terra que linda és...”, fiz um conjunto de trabalhos e publiquei-os. Um desses trabalhos foi dedicado ao grupo da Boavista. Não sei se foi a pretexto ou não, é provável que tenha sido um incentivo. Todavia, o presidente do grupo na altura tinha sido meu aluno no Liceu, foi um dos grandes

presidentes, o senhor Eleutério Janeiro, que faleceu muito novo e fez muita falta ao grupo. Em conjunto com o senhor Salsinha procuraram-me e fizeram-me a proposta para ser o presidente do grupo da Boavista. Eu aceitei com agrado porque me interessou sempre e tenho um certo afecto pelo grupo, com o qual eu tomei conhecimento através de um dos seus primeiros fundadores, o senhor Álvaro Parreira, uma pessoa que estimo muito. Depois eu pressenti que a procura que me fizeram, foi porque como era formado, era aqui da cidade, escrevi esse livro, fui professor e director do Magistério e ter muitos contactos e muitos conhecimentos, enfim, era uma pessoa com determinado prestígio ao serviço dos outros, é claro e talvez sentissem necessidade de dar ao grupo uma imagem de outro tipo de peso social ou que lhe equivalesse. Suponho que terá sido por isso que me procuraram e eu aceitei com entusiasmo.

Entretanto, o Janeiro, passado pouco tempo, disse-me que a esposa lhe tinha dito: “vocês foram convidar o Dr. Carlos Castro, mas ele não sabe onde é que se mete, vejam lá como é que se dão com o senhor porque ele é capaz de não vir a gostar de algumas coisas”. Bom, a senhora tinha razão.

Naquela altura, a direcção era constituída por mim, presidente, pelo Eleutério Janeiro, vice-presidente, pelo senhor Braga e pelo Salsinha. Também havia lá duas raparigas, uma Sandra e outra já não me lembro o nome. Reuníamos, já não me lembro muito bem, se era de semana a semana, se era de quinze em quinze dias. Eu ia a essas reuniões, estava quase reformado, faltava pouco tempo e tinha determinadas propostas a fazer-lhes mas nunca as fiz...estava na esperança de deixar passar o tempo para depois fazer a proposta de algumas ideias que eu tinha acerca do G.F.C.B.

Entretanto, comecei-me a aborrecer porque não era a natureza, a relação. As pessoas apoiavam-me muito. Tinham deferências e amabilidades e tinham a demonstração exacta que, quer me estimassem ou não, aceitavam-me com protecção e distinção, o que às vezes até me incomodava, mas com o Janeiro dei-me sempre com grande amizade. Eu não me queixo de ninguém. Do que me queixo é mais por uma análise objectiva. Parece que dos elementos que o constituem, muitas vezes, têm entre si uma espécie de amolação e de rivalidade, onde cada um deles quer ser melhor que o outro. Como eu ali era uma pessoa desconhecida que entrava ali pela primeira vez, fora do âmbito comum e vulgar do tipo de pessoas que constituíam o grupo, faziam perante mim uma exibição das suas melhorias e às duas por três houve reuniões que acabavam por se tornar em discussões, sem interesses absolutamente nenhuns para os assuntos que

se estavam a tratar. Eu, como desconhecia todos os antecedentes, ficava muito bem calado e delegava as decisões no vice-presidente que era o Janeiro. Isto saturou-me e depois havia falta de dinheiro...

Contactos com os outros grupos que vinham cá, por exemplo, os grupos estrangeiros, os diversos componentes do grupo aceitavam-nos nas próprias casas e foi com essa militância, essa dedicação que o Janeiro foi extraordinário. O Janeiro com poucos tostões fazia coisas incríveis, viajava para o estrangeiro para o grupo fazer as suas demonstrações.

A partir de certa altura havia na prática um confronto de mentalidades. Eu procurava ser o mais discreto possível porque o que interessa num grupo deste tipo não é ficar a trabalhar só para eles, para uma popularidade específica, é saber transmitir esse espírito do património popular para as outras camadas. Grupos como o Boavista correm o risco de serem populares com objectivos e intenções muito prestigiáveis e elogiáveis mas ficarem restritos a outros populares que afinal de contas vêem isso como recreio e não como uma promoção propriamente popular.

O meu interesse nestes grupos tinha a ver com a pedagogia de alerta para os grupos considerados não populares e fazê-los indirectamente como que uma propaganda e uma pedagogia para os saberem atrair à nossa matriz popular e patrimonial que não sei se todos serão capazes de fazer.

Outra ideia que eu tinha e que eu nunca cheguei a falar nela era precisamente neste sentido, organizar pequenos cursos de instrução aos participantes porque há determinadas tradições, como por exemplo, a matança do porco, pela Páscoa a do borrego, pelo S. Martinho, o magusto. Está tudo muito certo e deve-se fazer mas paralelamente a isto e, na minha opinião, e o que eu imaginava era poder chamar os participantes constituintes do grupo para fazermos reuniões de problemas acerca da etnografia dos estudos culturais, não só folclóricos mas doutros...

O grupo tem um indivíduo técnico que me parece muito bom e muito sério que é o senhor Braga. É um indivíduo com uma grande personalidade, muito disciplinado e de muita afirmação junto dos participantes. Depois também não tinha paciência para aturar os paizinhos e as mãezinhas e resolvi escrever uma carta que dizia o seguinte: “...os outros avaliam-nos por aquilo que já fizemos e nós avaliamo-nos por aquilo que seremos capazes de vir a fazer...”, e eu, na verdade, via que não era capaz nem tinha pedalada. Eu tinha uma inspiração que era provocar o dito não popular através do

popular. Na verdade, o grupo actual já não é popular. O popular tem que ter espontaneidade e estar localizado num tempo. Agora o mérito está no reconstituir a tradição, a demonstração e a recolha do estudo. As épocas que são reconstituídas através destas iniciativas não eram assim, o critério tinha uma homogeneidade relativamente à profissão, à religião e a cultura popular é suportada por meia dúzia destes carolas.

*E: Em termos de associações culturais, posso saber se a sua participação foi só exclusivamente no G.F.C.B., ou já tinha tido outras experiências a este nível?*

C: Não tive experiências deste tipo e ter aceitado este convite foi uma espécie de mergulho no escuro porque não sabia como eram as vivências destes grupos.

*E: No tempo em que esteve no grupo e, se está recordado, quais eram os objectivos inerentes às actividades do grupo?*

C: Era apresentar. Reconstituir um determinado número de tradições como a matança do porco, a matança do borrego, o magusto mas no fundo os objectivos era pôr em prática o mérito das recolhas feitas e depois apresentarem-se. O grupo diz que não faz exhibições, o que faz é demonstrações. Verdadeiramente, os objectivos são sempre exteriores quando não há uma formação de conteúdo interior para haver coerência entre o que se faz com gosto mas o que suporta etnograficamente em formação prévia.

*E: Como é que a cultura popular vai de encontro ao estudo de caso que estamos a falar, ao G.F.C.B.?*

C: A cultura popular é aquela que nasce do povo numa determinada época com os seus valores e os seus padrões, as suas celebrações. Actualmente, a cultura popular é a manutenção do património que ficou por tradição, de um modo que é sempre artificial porque um dos critérios para encontrar a matriz popular que fez matéria de recolhas era o da homogeneidade, todos eram trabalhadores rurais ou viviam em aldeias ou eram analfabetos. Antigamente havia uma certa homogeneidade de matriz e de padrão da sua cultura, agora não, agora é uma reposição e é um estudo bem orientado, tem mais ou menos um grau de erudição, têm os seus especialistas mas é tudo reconstituído.

A cultura popular é uma forma de dizer o que se reconstituiu e o que se mantém através do modo artificial de demonstração. Pode ser mais ou menos estilizado, mais ou menos fiel à matriz que se encontrou na recolha.

O povo é que é a sumidade da cultura popular, a absorção que ficou em legado depositado no colectivo.

Houve uma mudança de vida, felizmente, para melhores condições dos grupos. As aldeias edificaram-se, electrificaram-se, há um conjunto de várias coisas e nessa cultura popular que é a parte de recolhas folclóricas e etnográficas, acabou. O que se vê é uma cultura popular urbana e comercial porque a mentalidade popular actual não é comparável ao tempo dos nossos avós, em que tinham mentalidade e espírito para aquelas iniciativas, mas é um popular que não é tradicional, não tem património, é fugaz, tem por trás toda uma máquina de técnicos responsáveis, mas em contrapartida há situações que se fixam no tempo próprio e se tornam clássicos.

*E: Dado que na sua entrevista refere muito a palavra “formação”, considera que as associações, as colectividades são também escolas de formação para a vida?*

C: Isso não sei. Escolas de formação para a vida, sinceramente, não sei. Se houver da parte dos dirigentes e dos responsáveis critérios educativos, disciplinares e formativos da consciência, pode ser que as associações sejam escolas de formação.

*E: O que é para si o associativismo? Será que ainda há espírito associativo?*

C: Há, ainda há, por mais coisas que se digam, há, basta a Armada lembrar-se do grupo de voluntários que vão ao hospital, dos voluntários que vão à noite socorrer os sem-abrigo...há, há associativismo.

*E: E em relação propriamente ao grupo, considera que há espírito de associativismo entre os componentes?*

C: Isso não sei, não cheguei a ter contacto com os participantes, com os intervenientes do grupo, por isso, não sei responder a essa questão e em concretamente ao G.F.C.B.

Não tive tempo suficiente no grupo da Boavista para poder misturar-me com os componentes que o constituem.

*E: Numa sociedade em constante mudança, onde Portalegre não é excepção, qual é para si o papel que um dirigente associativo deve ter?*

C: Olhe, o Janeiro era um exemplo positivo, era um indivíduo que sabia realmente entrar dentro do espírito para que o grupo tem vocação e depois soube conduzi-lo, não como chefe, mas como líder e para isso é preciso identificar-se e ter condições para poder ensinar o grupo que representava no exterior. Demonstrava coerência, força e entusiasmo.

*E: Enquanto esteve no G.F.C.B., como era a relação do grupo com o poder local?*

C: Óptima. Quando estive no Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, o Presidente da Câmara Municipal era o Doutor Transmontano. Tivemos sempre a melhor relação possível, simplesmente não havia dinheiro. A actual sede do grupo teve melhorias e aumentos nas suas infra-estruturas por influência do Doutor Transmontano. Ele cedeu espaços para o grupo ficar enquanto as obras se realizavam. Quando eram necessários contactos para alguns apoios, havia algumas reuniões. Julgo, portanto, que houve sempre uma boa relação.

*E: E com as outras instituições, por exemplo, com as escolas?*

C: Em relação às escolas, o grupo sempre se deslocava a fim de fazer demonstrações folclóricas. As escolas recebiam-nos bem, não havia problema. Por parte do grupo havia uma intenção pedagógica louvável. Muitas crianças ao verem as demonstrações nas suas escolas queriam ir para o grupo e ainda hoje tenho colegas meus que têm lá os filhos, que começaram no grupo infantil e lá continuam.

*E: Se continuam, é porque gostam de estar?*

C: Também, mas sobretudo porque os pais têm intuição de riqueza formativa que essa experiência dá aos miúdos. Por outro lado, é preferível que os miúdos estejam ocupados com uma certa disciplina e um motivo de interesse do que andar por aí de um lado para o outro.

*E: Proponho-lhe um desafio. Considera que a educação está ligada à cultura? Em que medida?*

C: A educação...tem. Essa é uma pergunta que teoricamente também é fácil. Em primeiro lugar, temos que saber o que é a cultura. Cultura pode ser um volume muito grande de conhecimentos e apetrechamentos próprios para uma acção que é paralelamente adquirido por um determinado número de valores e de padrões, mas depende muito da instituição que promove a educação.

Há um critério que, no meu entender, não se justifica que é distinguir a instrução da educação, mas toda uma instituição propriamente bem formulada e bem transmitida implica sempre não só uma educação como também uma formação cultural, que tanto pode ser de ordem escolar ou académica, como de ordem propriamente nacional.

A cultura é uma coisa que se cultiva, se houver um campo que é cultivado, deita-se lá uma semente e ela desenvolve e faz-se daí a sua cultura. Comparativamente é a mesma coisa, mas materialmente não é. Se a instrução, a escolarização for orientada pedagogicamente de uma forma integral é benéfico para a cultura.

*E: Como última questão, considera que as associações têm um papel importante para o desenvolvimento local?*

C: Têm, têm um papel cívico, onde as pessoas aprendem a conviver, a associar-se.

## Protocolo de entrevista – Entrevistado D

A entrevista decorreu no dia 19 de Novembro pelas dezoito horas. Em contactos prévios já tinham sido abordados os objectivos do estudo e da entrevista. O entrevistado mostrou-se desde o início participante no sentido de dar o seu contributo para o estudo do assunto em questão.

*E: Em primeiro lugar, gostava que te apresentasses para poder ficar registado.*

D: Tenho dezassete anos, moro em Portalegre e sou estudante. Ando no décimo ano, no Curso Profissional de Técnico de Instalações Eléctricas na Escola Secundária de São Lourenço.

*E: Há quantos anos estás no grupo?*

D: Há volta de dez anos.

*E: Quais os motivos que te levaram a vir para o grupo?*

D: Um bocado por influência da minha irmã que já cá estava e dos meus pais também.

*E: Quando cá chegaste, começaste logo a gostar do ambiente, da maneira de conviver?*

D: Sempre gostei muito.

*E: Quais foram as tuas primeiras funções aqui no grupo?*

D: Comecei por ser figurante, depois comecei a ver os mais velhos nos ensaios e experimentei a dar os primeiros passinhos. Como gostei, comecei a dançar no grupo infantil, passei para o adulto e mais tarde fui para a tocata.

*E: Passaste para a tocata porquê?*

D: Foi um bocado por influência de um rapaz que já cá andou que foi o Renato Lopes e como ele tocava muito bem bândolim e eu gostava muito de o ouvir tocar, entusiasmei-me e fui aprender para uma escola.



*E: Então das três funções (figurante, balhador e tocador) que foste desempenhando ao longo destes anos que estás no grupo, qual é a que se identifica mais contigo?*

D: Acho que ...a de balhador.

*E. A de balhador, mas neste momento creio que estás na tocata, não é?*

D: É assim, quando há actuações do grupo infantil, eu toco. Quando há do grupo adulto eu danço.

*E: Então pode dizer-se que fazes de tudo um pouco. Sendo tu um jovem elemento do grupo, achas que o G.F.C.B. preocupa-se com os jovens de hoje em dia?*

D: Acho que sim, acho que... principalmente o Sr. Braga mostra muita preocupação com a vida dos jovens, os comportamentos deles e isso tudo...

*E: Então consideras que um dos objectivos do grupo é a formação dos jovens da cidade de Portalegre?*

D: Sim, sim, formamo-nos como pessoas, ajuda-nos a crescer. Aprender a estar em grupo e a conviver, a dançar, a representar o modo como as pessoas viviam antigamente. E também conhecemos novas terras e novas pessoas, quando o Grupo se desloca para fora de Portalegre”.

*E: Sendo assim, o grupo, será na tua opinião um bom caminho para evitar comportamentos de risco?*

D: Acho que sim, acho que sim, porque quando “tamos” no ensaio a ocupar o tempo livre, não andamos por aí na cidade a fazer disparates. “Tamos” aqui, “tamos” em convívio, é tudo uma família.

*E: O que é que vocês fazem aqui para além de estar em convívio, em família? Já aprendeste alguma coisa de importante para a tua vida?*

D: Sim, fiquei a saber muitas coisas sobre os nossos antepassados, como era a vida dos nossos avós, essas coisas assim...os usos, os costumes e as tradições de antigamente.

*E: Consideras que jovens como tu, poderiam vir procurar mais este tipo de associações como voluntários?*

D: Eu acho que sim, antigamente as pessoas eram um bocadinho mais preconceituosas com estas coisas, mas acho que agora a mentalidade “tá” a mudar um pouco e acham que deviam vir de certo iriam gostar.

*E: Quando tu dizes que as pessoas tinham mais preconceitos, estás a referir-te, por exemplo, a quê?*

D: Por exemplo...aí há coisa de cinco anos, seis anos atrás, os meus colegas gozavam comigo de eu andar no grupo, mas eu nunca me importei muito com isso. Sempre tive orgulho naquilo que faço no grupo.

*E: E agora, o que é que eles acham?*

D: Agora já não noto muito isso, as pessoas já ... já se habituaram a isso.

*E: Achas que podemos dizer que o G.F.C.B. é uma associação? Porquê?*

D: É. Porque tem como objectivo preservar e divulgar a cultura tradicional da região de Portalegre.

*E: Enquanto jovem que és, como pensas que será o futuro do grupo?*

D: O futuro do grupo acho que “tá” muito bem assegurado, temos uma boa camada jovem, têm insistido muito no grupo infantil. Temos um bom grupo adulto e temos alguns membros e temos alguns membros do grupo infantil que já “tão” a transitar “pô” grupo adulto, fazendo as duas partes. Acho que ...que “tá” bem encaminhado.

*E: Para finalizar a nossa entrevista, queres dizer mais alguma coisa sobre o grupo?*

D: Acho que as pessoas deviam experimentar, deviam vir, pelo menos vir assistir a um ensaio “pra” verem como é que... como é que isto funciona. Acho que o grupo é uma família, toda a gente se sente integrada aqui dentro, ninguém é excluído, ninguém é discriminado.

## Protocolo de entrevista – Entrevistado J

A entrevista decorreu no dia 15 de Novembro pelas vinte e uma horas. Em contactos prévios já tinham sido abordados os objectivos do estudo e da entrevista. O entrevistado mostrou-se desde o início participante no sentido de dar o seu contributo para o estudo do assunto em questão.

*E: A título de apresentação, pode-me referir o seu percurso pessoal?*

J: Tenho cinquenta anos, moro aqui em Portalegre e sou administrativo.

*E: Como iniciou o seu contacto com o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista?*

J: Bom, tenho o primeiro contacto com o Boavista através de amigos comuns. Na altura, o Eleutério Janeiro (que era o presidente do grupo), era amigo dele e, entretanto, em conversa ele convidou-me se não queria vir para a direcção do grupo. Havia sempre muita dificuldade em ter aqui gente na direcção, para ajudar, para trabalhar.

E depois do convite, aceitei, vim como secretário da direcção. Fazia as actas da direcção e ajudava em tudo aquilo que fosse necessário. O Boavista sempre foi uma colectividade que teve muitas iniciativas, também para arranjar dinheiro, não é? Porque, infelizmente, o dinheiro não abunda nos nossos lados e então, pronto, fazia os contactos com os grupos para festivais, fazia os ofícios, fazia as actas e fui-me absorvendo também do que era o grupo. Porque já conhecia o Boavista da cidade, eram espectáculos a que normalmente ia, aos festivais que faziam em Portalegre e, depois do convite do Sr. Eleutério Janeiro, fui ficando.

*E: Antes de entrar para a Direcção do G.F.C.B, teve alguma influência por parte de familiares ou amigos para participar em actividades culturais?*

J: Bom, eu sempre gostei de participar em associações culturais e desportivas. Já fiz teatro e fui dirigente de um clube de futebol. Depois por influência de amigos e como gostava de folclore, entrei para os corpos sociais do Boavista, onde neste momento sou o Presidente da Direcção. Infelizmente nunca fiz parte do grupo em termos de cantar, não sei, balhar também não me ajeito muito e até porque, como sabe, as danças do Boavista são muito exigentes do ponto de vista físico.

*E: O que o levou a aceitar o cargo de Presidente da Direcção?*

J: Com a morte súbita do Sr. Janeiro, o Sr. Braga que era o vice-presidente assumiu a presidência durante alguns meses e depois foram convocadas as eleições. Entretanto, o Sr. Manuel Braga disse-me (portanto como ele tem a parte técnica toda e também para não ficar com muito mais trabalho) se eu não queria assumir a presidência, ele não se importava e fazia questão até nisso. Por isso fizemos uma lista, comigo a encabeçar a lista e concorremos. Ganhámos as eleições e temos tido o trabalho normal desde então. Eu como presidente, o Sr. Braga como vice-presidente e todos os outros companheiros. Uns vão saindo por razões familiares, por razões profissionais, mas temos conseguido manter aqui uma estrutura mais ou menos sólida que tem permitido que o Boavista continue a trilhar um caminho sólido que tem percorrido nestes últimos vinte, vinte e dois anos.

Aceitei o cargo de Presidente, também, porque para além de gostar muito do grupo, considero que sou uma mais-valia ao grupo e gosto de trabalhar em grupo.

*E: O que significa para si pertencer ao G.F.C.B?*

J: Para mim, ser presidente ou não ser presidente isso é secundário. Eu estou aqui porque gosto. Se não gostasse não estava aqui. Ser o presidente ou ser o último ou ser o vogal, também não importa. Gosto é de participar e de ajudar. Aliás sempre gostei de participar em associações. Quando cheguei ao Boavista já vinha de duas ou três associações e agora estou mais, estou metido noutra também, noutra associação. Sempre gostei de associações. Ser o presidente é apenas uma mera formalidade, alguém tinha que ser. Foi-me pedido se eu não me importava de ser e tudo bem. E nesse aspecto tenho feito o melhor que sei e posso no sentido de juntar muitas vezes as pessoas porque também não é fácil com tanta gente aqui, há sempre alguns atritos que é preciso limar e é sempre ter alguma calma no meio disto tudo. Para mim é importante pertencer ao grupo e estar neste movimento do folclore porque, como já tive oportunidade de referir, é um pouco reconhecer e voltar às minhas raízes. Sempre gostei muito destas actividades ligadas ao campo, eu sou de uma terra aqui perto, sou de Fronteira, que é uma vila que esteve muito ligada também à agricultura e sempre me interessaram muito estas questões. E à medida que vou lendo cada vez mais coisas sobre o folclore e sobre as nossas tradições mais gosto de estar envolvido e mais gosto de estar a participar e estar no Boavista a tentar que o Boavista esteja cada vez mais perto do que eram os nossos antepassados e o que eram as nossas tradições, porque em termos pessoais sinto-

me aqui perfeitamente integrado, seja nesta função seja noutra função qualquer, conto estar aqui enquanto for útil, enquanto achar que posso ser útil e enquanto as pessoas acharem que posso dar alguma coisa ao Boavista, estarei aqui sempre.

*E: Vamos agora falar de questões mais práticas. Considera que o espaço onde o Grupo está sediado é suficiente para desenvolver a sua actividade?*

J: Ora bem, a sede actual foi remodelada pela Câmara Municipal, espaço que lhe pertence. Contudo, torna-se efectivamente pequena para a realidade do Boavista, que, neste momento, conta com 114 elementos. Temos crescido quer no número de elementos, quer no espólio material que vamos preservando, quer no número de sócios e actividades que vamos desenvolvendo na sede. Um museu dedicado ao mundo rural é um dos nossos objectivos mas com este espaço vai ser difícil.

*E: Como é elaborada a planificação das actividades?*

J: Então a planificação das actividades é feita do seguinte modo: anualmente, em reunião de Direcção elaboramos o Plano de Actividades e o orçamento para o ano seguinte. Depois apresentamos aos sócios em Assembleia Geral, à Câmara e às Juntas de Freguesias que são nossos parceiros. Esta planificação é feita com base no ano anterior e com a marcação de festivais e compromissos agendados.

*E: Quais as actividades existente neste momento? E como foram implementadas?*

J: Bem, a actividade principal do grupo, como deve saber, é a recolha, preservação e divulgação dos usos e costumes das gentes do concelho de Portalegre. Esta actividade foi implementada desde a fundação do grupo em 1969. Actualmente, para além, deste trabalho que nunca está completo, organizamos também em Fevereiro a matança tradicional do porco, realizada no recinto de festas da Senhora da Penha, pela Páscoa, a festa do borrego, em Novembro, o magusto. Temos ainda para os sócios, ginástica de manutenção, um passeio pedestre e jantares temáticos. Organizamos duas festas de folclore em Maio, dedicada aos mais jovens, convidado grupo representativos do nosso País para se deslocarem até Portalegre. Em Julho, data do nosso aniversário, realizamos uma festa de folclore com grupos adultos nos moldes idênticos ao anterior em que privilegiamos a componente de convívio com um jantar para todos os grupos. Participamos, ainda, em todos os eventos para que somos convidados com especial referência para as escolas onde, para além da divulgação do nosso trabalho, queremos também recrutar mais gente para o grupo.

*E: As actividades que acabou de referir surgem por imposição da Direcção ou vão de encontro às necessidades dos sócios, quer sejam participantes ou não?*

J: Numa colectividade como o G.F.C.B., as actividades surgem umas por iniciativa da Direcção, mas também há algumas que foram sugeridas pelos sócios, digamos que a Direcção está sempre disponível para analisar tudo quanto seja relevante para o grupo com o objectivo de ter sempre as portas abertas à população sendo exemplo os inúmeros trabalhos e estudos que já foram feitos sobre o grupo. Olhe, temos um exemplo bem presente, o seu estudo, a sua dissertação de Mestrado sobre o grupo que muito nos orgulha.

*E: Quando existem dificuldades na concretização das actividades, como é que as conseguem resolver?*

J: Ora como acontece em qualquer associação é normal que haja certa e determinadas dificuldades. Nem tudo corre como nós queremos. Quando isso acontece, tenta-se com muito diálogo, calma e ponderação porque nós estamos aqui para preservar sempre o grupo e o seu nome.

*E: Considera que o grupo, com todo o estatuto que lhe é conferido, conhecido tanto no País como no estrangeiro, não poderia fazer algo mais para colmatar a deficiência cultural que existe em Portalegre?*

J: Essa questão é relativa. É natural que o grupo tenta colmatar essa deficiência e estamos convencidos que temos conseguido quer promovendo os nossos festivais quer realizando espectáculos diferentes como exemplo a Floralia e a reposição de usos e costumes ligados à agricultura – os quadros etnográficos – que já fizemos. Infelizmente não conseguimos realizar tudo aquilo que projectamos porque os espaços culturais precisam de autorização para o seu uso e conciliar datas e pessoas não é fácil. Temos também que ter em conta que os componentes do grupo são amadores, trabalham e estudam e dão o seu melhor nas horas vagas com sacrifício das suas famílias.

*E: Como é estabelecida a relação com o Poder Local?*

J: A relação com o Poder Local é feita com protocolos assinados em que se estabelece logo os apoios que nos são concedidos e da nossa parte a disponibilidade para participarmos nos eventos promovidos. Pode-se dizer que é uma relação presentemente boa e que tem possibilitado o crescimento do grupo.

*E: Como são estabelecidas as relações, por exemplo, com a Federação Nacional de Folclore Português e com o INATEL?*

J: Com a federação Nacional de Folclore, os contactos são feitos essencialmente com os delegados técnicos regionais, que acompanham o grupo com visitas regulares e nas assembleias-gerais da Federação e no congresso anual. Com o INATEL e dada a sua recente alteração dos estatutos tem sido mais difícil o contacto.

*E: Na sua opinião, o que é que a Federação poderia fazer mais e não o faz?*

J: A Federação de Folclore tem um papel muito importante e quer fazer mais mas nem sempre é possível porque os grupos não estão dispostos a aprender. Pensam que já sabem tudo, que são genuínos, o que nem sempre é verdade. Não é o nosso caso que, ainda hoje, passados 43 anos da fundação, procuramos a verdade do que nos foi legado e ensinado. Isto só se acontece com o estudo e falando com os mais velhos. Este trabalho é um trabalho de casa. No nosso entendimento, a Federação poderia promover o ensino e aprendizagem na utilização dos instrumentos tradicionais como por exemplo, a concertina.

*E: Considera que o grupo estabelece relações com outras instituições, como por exemplo, as escolas?*

J: O grupo tem impulsionado por vontade própria o contacto com as escolas com o objectivo de divulgar o grupo e recrutar mais pessoas, sendo exemplo disso, a criação de clubes de folclore nas escolas dos Assentos e do Atalaião.

*E: Na cidade de Portalegre existem muitas colectividades, muitas associações. Acha que todas trabalham para o mesmo objectivo?*

J: Felizmente há muitas associações em Portalegre, cabe a cada uma reflectir e analisar internamente se cumprem os objectivos para que foram criadas, pela nossa parte marcamos sempre a presença e colaboramos com todas tendo já efectuado realizações conjuntas.

Já reunimos por diversas vezes com outras associações para organizarmos espectáculos, quer do grupo, como por exemplo, na comemoração dos 40 anos em que participaram todas as associações culturais do concelho que manifestaram vontade, quer mais recentemente na organização do Dia da Cidade em que foram as associações que montaram todos os espectáculos.

*E: De certo tem conhecimento dos objectivos que estiveram subjacentes aquando da criação do grupo. Pergunto-lhe: considera que esses objectivos permanecem os mesmos ou houve alguma alteração?*

J: Os objectivos do grupo permanecem os mesmos aquando da sua criação, recolha, preservação e divulgação dos usos e costumes. Temos aprendido sempre com o Povo que nos ensinou, estamos mais perto da verdade. O grupo é hoje diferente para melhor. Representamos hoje mais o que trajamos, cantamos e balhamos. Cada dia que passa é... é mais difícil a recolha porque as pessoas vão morrendo. Os tecidos são cada vez mais raros, aqueles que nos interessam e que os nossos avós e bisavós usavam no seu dia-a-dia. Esta recolha é um trabalho que urge realizar. O folclore é uma busca incessante da verdade.

*E: Acha que um dos objectivos presentes do G.F.C.B. é a formação dos jovens desta cidade?*

J: É assim, o grupo não tem como objectivo a formação dos jovens num sentido alargado do termo mas todos os jovens que compõem o grupo tem uma visão que queremos que seja “diferente”. Aqui aprende-se para além do folclore o sentido da amizade, companheirismo, solidariedade, respeito e gosto pelas nossas tradições. Olhe, um exemplo de orgulho é ver um jovem nos dias de hoje com tanta solicitação, entrar e permanecer no grupo, ter gosto em trajar, balhar e cantar as modas dos seus bisavós e avós. Isso sim, isso é um gosto para aqueles que dirigem o grupo.

Posso dizer também que os grupos de folclore são uma escola de formação para a vida, na medida em que os jovens podem aprender a vivência dos seus antepassados, observar, ler e praticar o quanto custava a vida, gente que trabalhava de “sol a sol” e que ainda tinha forças e gosto em cantar e balhar. Conhecer as nossas raízes para projectar o futuro é um dos grandes ensinamentos do folclore.

*E: Pergunto: Acha que as associações são também escolas de formação para a vida?*

J: Nos dias que correm na chamada “globalização” em que nos querem fazer acreditar que tudo é igual, faz toda a diferença uma associação como o Grupo da Boavista, afirmando e comprovando que cada povo se afirma nas suas diferenças e singularidades. O modo como se canta e balha em Portalegre é totalmente diferente do Minho e do Algarve. Não é melhor, sempre o dissemos, é diferente. Cada região do nosso País é singular nesse como nos outros aspectos. O que ensinamos é o respeito por



outras culturas e modos de viver. É o saber apreciar e despertar outros sentidos e outras maneiras de enfrentar a vida.

*E: Qual é a maior preocupação do G.F.C.B. em relação aos jovens?*

J: Preocupa-nos os jovens que muitas das vezes sem uma perspectiva de futuro num mundo que aparentemente é todo igual, em que têm acesso a tudo mas não sabem como nasce uma galinha, como cresce uma alface, como se apanham as azeitonas, como aprendem letras e números mas não o saber fazer e como custa o dia-a-dia aos seus pais. Tentamos, no grupo, mostrar e demonstrar como se fazia e constatamos a alegria e empenho que alguns jovens mostram nessa aprendizagem, mas, também, reconhecemos que não é fácil ser jovem nestes tempos que correm.

*E: O grupo tem feito alguma sensibilização junto dos pais? De que modo?*

J: Junto dos pais tentamos sempre sensibilizar para os objectivos do grupo. Acompanhar sempre os seus filhos nas deslocações que efectuamos, disponibilizando sempre que possível alguns lugares no autocarro e muitas vezes convidar a integrar o grupo como figurante, balhador, cantador e entrar para os órgãos sociais.

*E: Considera que o grupo foi, muitas vezes, considerado um caminho para evitar comportamentos de risco para alguns jovens?*

J: Não tenhamos dúvidas que temos um papel muito importante na ocupação dos tempos livres dos jovens, um papel social relevante evitando “desvios” de risco para os jovens no grupo. Aprende-se a ser amigo, solidário, a trabalhar em equipa, saber conviver e respeitar a saber que “a minha liberdade acaba onde a do outro começa”.

*E: Considera que a Educação está relacionada com Cultura?*

J: A Educação devia andar de mão dada com a Cultura. Educação começa em casa de cada um, quanto mais culto for um cidadão mais educado o é. Depois a educação refina-se, melhora com os conhecimentos adquiridos. Ser educado e culto é saber reconhecer as diferenças, compreendê-las e aceitá-las. Respeitar um traje de um operário, de um hortelão ou de um rico lavrador é ser educado e culto. Honrar a memória dos nossos antepassados, preservar e divulgar os usos e costumes de um povo é ser uma pessoa culta e educada.

*E: Acha que as colectividades e associações têm tido um papel importante, capazes de impulsionar o desenvolvimento local?*

J: As associações culturais, recreativas e desportivas sempre tiveram e continuarão a ter um papel importante no desenvolvimento de uma sociedade pela sua

maneira muito própria que cada uma tem de encarar as dificuldades e as oportunidades contribuindo para o desenvolvimento e conhecimento de uma terra ou região.

*E: Numa sociedade em constante mudança, onde Portalegre não é excepção, que papel deveria ter o dirigente associativo?*

J: O papel do dirigente associativo tem que ser o de um moderador e saber gerir conflitos que sempre os há quando há muita gente, cada uma com o seu feitio muito próprio. Dialogar e gerar consensos numa perspectiva de melhorar sempre o grupo. O “eu” tem de ficar à porta da associação. Saber viver em comunidade, aceitar e partilhar responsabilidades é fundamental e reconhecer que não é insubstituível e saber dar continuidade com outras pessoas, outros modos de pensar e agir, as pessoas passam, as colectividades continuam. Saber ouvir, analisar e decidir nunca perdendo de vista os objectivos do grupo.

*E: Aplica na sua vida pessoal e social, algo que tenha aprendido no associativismo?*

J: Claro que sim. Eu sou daqueles que considero que aprendi sempre nas associações onde estive e cresci enquanto pessoa nas decisões e vivência do grupo. O saber ouvir é o mais importante para mim. Respeitar e apreciar cada momento em que vejo e ouço como se vivia no tempo dos meus avós é sempre um momento de enorme encantamento e admiração.

*E: Quem trabalha no associativismo, no concelho de Portalegre, rapidamente se apercebe das rivalidades que há entre as colectividades. Considera benéfico este tipo de rivalidade?*

J: Rivalidades sãs e sadias sempre foram boas. No que diz respeito ao nosso grupo só há uma nos Fortios, Rancho Folclórico dos Fortios, e temos excelentes relações de amizade pessoais e de grupo. No folclore não temos por objectivos ser melhores que aqueles ou outros. O nosso objectivo é representar fielmente os nossos antepassados. Só a verdade nos interessa.

*E: De que subsídios vive o G.F.C.B?*

J: O grupo não vive só dos subsídios nem queremos. Temos protocolos com as Juntas de Freguesia nos quais estabelecemos objectivos e participamos nos planos de actividade das juntas. Em contrapartida, estas instituições pagam os jantares dos grupos que nos visitam. Em relação à Câmara Municipal, aquando das nossas deslocações,

pedimos os autocarros, se forem cedidos não pagamos, caso contrário, é atribuído um subsídio e normalmente pouco sobra quando pagamos os autocarros.

São nas iniciativas, nas rifas, nos jantares temáticos que arranjam o dinheiro par o dia-a-dia e na sala de convívio do grupo.

*E: Preocupa-se com as questões sociais, o bem-estar da população que representa o grupo?*

J: As questões sociais sempre nos preocuparam e hoje em dia, infelizmente, cada vez mais. A Direcção do grupo está particularmente atenta a este facto e nunca ninguém do grupo ficou em Portalegre por não ter dinheiro para se deslocar. Procuramos sempre ajudar a desbloquear as mais diversas situações, que como é óbvio, não são para publicitar mas para resolver.

*E: A experiência que foi adquirindo no grupo foi mudando a sua maneira de pensar?*

J: Não mudou a minha maneira de pensar mas ajuda muito no meu dia-a-dia. Enquanto pessoa, posso dizer que cresci. Estou mais desperto e atento, compreendo e ouço mais. Enquanto dirigente não decido nada sozinho.

E: Durante o tempo que está no Grupo, decerto que já teve alguns momentos marcantes. Pode dar-nos alguns exemplos?

J: Histórias engraçadas há muitas porque, como sabe, o grupo com viagens de autocarro faz muitas horas e há sempre histórias interessantes para contar. Mas a que mais me marcou ainda e que me deixou assim com o ego um bocado mais elevado foi em Klagenfurt. O grupo já lá vai há uns anos e é sempre muito bem recebido em Klagenfurt, na província da Caríntia, na Áustria. Cá em Portugal (e em Portalegre não se vê muito isso infelizmente), mas nós lá fomos recebidos pelo Presidente da Câmara de Klagenfurt, pelo Governador da Caríntia na altura, que já morreu. O Presidente da Câmara de Klagenfurt recebeu o Boavista – estavam lá grupos de doze países, mas quis receber o grupo português e o grupo de Portalegre porque ele, em criança, durante a Segunda Grande Guerra, tinha sido acolhido por uma família portuguesa, houve muitas famílias da Áustria que tiveram acolhimento em Portugal, ele foi um deles. Foi acolhido em Portugal por uma família e depois ficou com uma grande ligação a Portugal e quis receber naquele ano, como Presidente da Câmara de Klagenfurt, com a história que ele tinha tido e de uma maneira de agradecimento sempre ao povo português e a maneira como o acolheu e ao fim ao cabo o fez homem, e fez-nos lá ir à Câmara, eu é que, na

altura, estava à frente do grupo, disse isto com a Câmara toda reunida e é evidente que nós sentimo-nos ali muito pequeninos, mas também muito orgulhosos e muito satisfeitos de como é que um grupo português, de Portalegre, estava em Klagenfurt e estava a receber aquela menção tão honrosa. Foi dos factos que realmente me marcou e que depois tive o cuidado de transmitir à Câmara cá de Portalegre porque é com estes ensinamentos que a gente aprende e, às vezes, para receberem um grupo cá, há sempre tanta dificuldade para receber um grupo, para o Sr. Vereador vir à Câmara receber um grupo, e nós ali fomos recebidos de uma maneira tão fantástica. O que, pronto, também importa dizer que, nos últimos anos, essa posição tem mudado. O grupo já cá trouxe o grupo austríaco também, Itália, Roménia, já tivemos cá vários grupos e felizmente sempre temos conseguido já ultrapassar essas questões e vamos à Câmara Municipal e têm-nos recebido de uma maneira oficial todos os grupos que cá trazemos. Mas esta realmente foi uma das situações que mais me marcou porque viemos todos de lá assim um bocado inchados com esta distinção que o SR. Presidente da Câmara de Klagenfurt fez ao Boavista e já fomos cinco vezes à Áustria, sempre a esta localidade Klagenfurt.

*E: Para concluir há algo que gostasse de acrescentar algo mais sobre o grupo ou sobre o associativismo em geral?*

J: Não há povo que cresça e se desenvolva sem conhecer o seu passado, as suas raízes. O folclore é isso também. No mínimo faça-se sócio de uma associação, colabore e participe.

## **OUTROS ANEXOS**



**GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL DA BOA VISTA**

**REGULAMENTO GERAL INTERNO**

*Aprovado em 30. Abril 71*

7

GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL DA BOAVISTA

REGULAMENTO GERAL INTERNO

CAPITULO I

SEDE

**ARTIGO Nº 1**

A Sede do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, é um espaço aberto à Cultura e ao convívio fraterno e solidário, como tal deve ser encarado e respeitado por qualquer pessoa que o frequente, estando interdito a práticas nocivas e contrárias aos seus objectivos.

**ARTIGO Nº 2**

Qualquer frequentador da Sede que não repete tais princípios, será convidado a abandonar as instalações do G.F.eC.B., podendo ser-lhe vedada a entrada na Sede pelo tempo que se entender necessário.

CAPITULO II

DIRECÇÃO

**ARTIGO Nº 3**

A Direcção compete:

- a) Zelar pelo cumprimento dos Estatutos e do Regulamento Geral Interno;
- b) Escolher e indicar; o Director Artístico; os Ensaiaadores; os Membros que constituem o corpo técnico e outros grupos de trabalho que entender necessários para o bom desempenho da actividade da Associação;
- c) Verificando-se casos de indisciplina que manchem o bom nome do Grupo, suspender a participação de qualquer membro participante do Grupo;
- d) Quando em deslocação, fazer regressar a Portalegre, qualquer elemento que pelo seu comportamento infrija os Estatutos e o Regulamento Geral Interno; sem qualquer encargo financeiro para a Associação;
- e) Não se responsabilizar pelo regresso de qualquer elemento que não cumpra os horários-préviamente estabelecidos.



- f) Se o entender necessário, estabelecer normas internas, visando melhorar o funcionamento da Associação;
- g) Decidir quem e de que forma se fará a deslocação de qualquer elemento não pertencente ao escalão do Grupo que se desloca. Realizar as demonstrações folclóricas, tanto do adulto para o infantil, como deste último para o primeiro, bem como de familiares ou amigos;
- h) Qualquer elemento da Direcção está obrigado a cumprir o estipulado nos Estatutos e sujeito ás sanções disciplinares neles previstas, e á suspensão da sua actividade na Direcção;
- i) A Direcção reunirá semanalmente, e sempre que o entender nos períodos de menor actividade.

### CAPITULO III

#### COMPETENCIAS

##### DIRECÇÃO

#### **ARTIGO Nº 4**

Ao Presidente da Direcção compete:

- a) Presidir ás reuniões da Direcção, com direito a voto de qualidade em caso de empate;
- b) Convocar as reuniões da Direcção, indicando dia e hora em que deverão ser realizadas;
- c) Representar a Associação nos actos oficiais ou designar um seu substituto;
- d) Autorizar todas as despesas necessárias, desde que aprovadas em reunião de Direcção;
- e) Providenciar, conforme lhe parecer conveniente, em qualquer caso imprevisto ou urgente da competência da Direcção, dando-lhe conhecimento na reunião seguinte;
- f) Assinar todas as Actas e rubricar todos os livros da Tesouraria e da Secretaria;
- g) Assinar diplomas, cartões de Identificação, convites e impressos em nome do G.F. e C.B..
- h) Coordenar toda a actividade da Direcção e do G.F. e C.B.
- i) Faltando o Presidente à reunião, este será substituído pelo Vice-Presidente e este pelo Secretário ou por Vogal mais velho presente na reunião.

## ARTIGO Nº 5

### Compete ao Vice Presidente:

- a) Coadjuvar a actividade do Presidente e Substitui-lo na sua ausência ou falta;
- b) Coordenar uma secção do Grupo ou outra actividade que se torne necessária ao Grupo;

## ARTIGO Nº 6

### Compete aos Secretários:

- a) Dirigir o trabalho de secretaria;
- b) Secretariar as reuniões da Direcção e elaborar as Actas;
- c) Assegurar o Expediente e subscrever os officios;
- d) Ter a seu cargo e em dia o Livro de Actas e o Arquivo.

## ARTIGO Nº 7

### Compete ao Tesoureiro:

- a) Dirigir os serviços de Tesouraria, ter á sua guarda e responsabilidade todos os valores e titulos pertencentes ao G.F. e C.B., os documentos e impressos das receitas e despesas;
- b) Guardar e depositar os rendimentos do Grupo;
- c) Escriturar a receita e despesa e o movimento financeiro do Grupo ou mandando fazer sob sua responsabilidade;
- d) Assinar recibos, cheques e ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente;
- e) Apresentar o Balancete Mensal e o Balanço Anual das contas;
- f) Satisfazer as despesas autorizadas;

## ARTIGO Nº 8

### Aos Vogais Compete:

- a) Coadjuvar o Secretário e o Tesoureiro
- b) De acordo com as necessidades da Associação, poderão assumir responsabilidades nas áreas do Património; Imprensa; Sede; Trajes e Iniciativas.

## CAPITULO IV

### CONSELHO TÉCNICO

### CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO

## ARTIGO Nº 9

- a) O Corpo Técnico poderá ser constituído por:  
Um Director Artistico; Ensaiaadores; Elementos da Direcção;  
Pessoas com conhecimentos de Folclore e Etnografia.

- b) O Corpo Técnico reunirá sempre que qualquer elemento do mesmo entender necessário ou a pedido da Direcção.

### COMPETÊNCIAS

#### ARTIGO Nº 10

##### Ao Conselho Técnico Compete:

- a) Trabalhar para melhorar toda a Actividade do Grupo, nomeadamente : defendendo as verdadeiras raizes e autenticidade das balhações , cantares, trajes, música e tradições populares.
- b) Corrigir erros e deficiências que se detectem individuais ou de Grupo;
- c) Fazer recolha na região e intruduzir elementos novos no Grupo desde que respeitem a genuidade do Povo;
- d) Defender que todos os elementos do Grupo, quando em representação da Associação; em Desfile ou em Palco, dignifiquem e contribuam para elevar o prestigio do mesmo;
- e) Procurar que exista harmonia entre os pares, desde a sua constituição fisica aos trajes que usam,( Ex: não colocar um elemento muito alto com um muito baixo; um com traje de noivo e outro de ceifeira);
- f) Contribuir para que todos os componentes do Grupo saibam as origens e o que representa o que se balha e se traja.

### CAPITULO V

#### DIRECTOR ARTISTICO

#### ARTIGO Nº 11

O Director Artistico, será indicado pela Direcção, terá que ser uma pessoa conhecedora dos vários componentes que envolvem o Folclore; Balhação; Trajes; Cantares; Música e usos e costumes; poderá não saber balhar, tocar ou cantar mas ter conhecimentos de tal e capacidade de dirigir pessoas.

#### ARTIGO Nº 12

##### Ao director Artistico Compete:

- a) Dirigir o trabalho dos ensaiadores e com eles trabalhar, transmitindo os seus conhecimentos;

- b) Reunir com os ensaiadores sempre que se achar útil para troca de opiniões entre todos;
- c) Mostrar disponibilidade para poder participar em colóquios, seminários, simpósios e outras acções culturais quando solicitado pela direcção.

## CAPITULO VI

### ENSAIADORES

#### **ARTIGO Nº 13**

Os ensaiadores necessários para os vários escalões serão designados pela Direcção.

#### **ARTIGO Nº 14**

Aos Ensaiaadores compete:

- a) Ensaiar os elementos do escalão a seu cargo;
- b) Procurar que exista sempre entre o Grupo de trabalho um ambiente são e fraterno;
- c) Trabalhar tendo como meta o melhorar ao máximo a parte artistica do seu Grupo de trabalho;
- d) Apresentar proposta á Direcção para esta aprovar, dos elementos necessários para a demonstração folclórica a realizar, tendo em conta os critérios de presenças nos ensaios, comportamento em palco e fora dele.

#### **ARTIGO Nº 15**

O Director artistico e os ensaiadores prestam contas do seu trabalho á Direcção.

## CAPITULO VII

### COMPONENTES DO GRUPO

#### **ARTIGO Nº 16**

Os componentes de qualquer escalão do Grupo, como sócios participantes estão abrangidos pelos Estatutos da Associação; e pelo regulamento Geral interno.

#### **ARTIGO Nº 17**

Aos Componentes do Grupo Compete:

- a) Sempre que disponíveis e designados para representar o Grupo, o devem fazer com apuro e dignidade;

- b) São responsáveis pelos materiais a/si entrêgues para o de sempenho da sua actividade no Grupo, e por eles/terão que prestar contas ou devolver sempre que a Direcção o solicite;
- c) Estão sujeitos ao pagamento de qualquer material que com provadamente e conscientemente tenham danificado ou perdido. (Ex: sentar em cima ou jogar com um chapéu);
- d) Se forem objecto de suspensão devido ao mau comportamento em representação do Grupo, ou não cumprimento dos horários previamente estabelecidos e devidamente informados suportarão todas as despesas a partir daqui por si efectuadas inclusivel a viagem de regresso;
- e) Poderão recorrer para a Direcção da suspensão aplicada se entenderem que a mesma é injusta ou mal aplicada.

#### CAPITULO VII

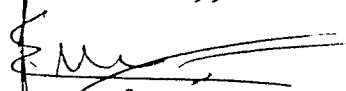
#### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### ARTIGO Nº 18

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista é uma Associação, exclusivamente virada para a actividade cultural, por isso mesmo está fora do seu ambito a promoção de passeios turisticos gratuitos.

O PRESENTE RUCULAMENTO GERAL INTERNO FOI APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA EM .

30 DE ABRIL DE 1991

  
Henrique da Conceição Naza

Henrique Salgueiro

GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL  
DA BOA VISTA

ESTATUTOS

*Aprovados 30 Abril 91*

1991

## ESTATUTOS

### CAPÍTULO I

#### DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE E FINS

##### ARTIGO I

A Associação adopta a denominação de Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, usando a abreviatura de G.F.C. da Boavista.

A Associação foi fundada em vinte e nove de Julho de mil novecentos e sessenta e sete; rege-se pelos presentes estatutos e durará por tempo indeterminado.

##### ARTIGO II

A sua Sede é na Rua Poeta José Régio, s/nº, em Portalegre, Freguesia da Sé, Concelho e Distrito de Portalegre, podendo ainda possuir outras instalações em quais quer outros locais.

##### ARTIGO III

O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, tem por fins e objectivos sociais:

- a) contribuir através de manifestações folclóricas e culturais, para a promoção sócio-cultural dos Associados e para a valorização da cidade de Portalegre;
- b) proceder à recolha <sup>salvaguarda</sup> e divulgação do Folclore e traje regional da região de Portalegre e do Alto Alentejo.

## CAPÍTULO II

### SÓCIOS

#### ARTIGO IV

A Associação será constituída por:

- a) sócios contribuintes
- b) sócios participantes
- c) sócios correspondentes
- d) sócios honorários ou de mérito

#### ARTIGO V

São sócios contribuintes as pessoas que se inscrevam e que paguem uma quota mensal.

#### ARTIGO VI

São sócios participantes as pessoas que voluntariamente prestem a sua participação activa no Grupo Folclórico, ou noutras actividades que se venham a constituir, para se obterem os objectivos mencionados no Art.º Nº 3, em simultâneo podem inscrever-se como sócios contribuintes.

#### ARTIGO VII

São sócios correspondentes as pessoas nacionais ou estrangeiras, que manifestem interesse em representar o Grupo, em qualquer parte do País ou no Estrangeiro, cujo pagamento da quota é facultativo.

#### ARTIGO VIII

Os sócios honorários são pessoas nomeadas ou propostas pela direcção, cujos serviços prestados ao Grupo, sejam considerados relevantes, sem direito a eleger e ser eleito.



### CAPÍTULO III

#### DEVERES E DIREITOS DOS SÓCIOS

##### ARTIGO IX

São deveres dos sócios:

- a) Exercer gratuitamente os cargos directivos para que sejam eleitos;
- b) Assistir às reuniões da Assembleia Geral;
- c) De acordo com o estipulado em "Assembleia Geral", pagar regularmente as suas quotas;
- d) Actuar de maneira que o Grupo a que pertencem, saia sempre prestigiado, contribuindo para o seu engrandecimento e projecção;
- e) Acatar todas as decisões dos órgãos directivos, participar-lhes todos os factos que julguem de consideração e respeitar todos os consócios;
- f) Zelar pela conservação das instalações que utilizam ou bens que lhes sejam confiados;
- g) Participar nas comissões para que sejam convidados e cooperar nas iniciativas promovidas pelo Grupo.

##### ARTIGO X

São direitos dos sócios:

- a) Frequentar a Sede e outras instalações sociais que o Grupo venha a adquirir;
- b) Representar o Grupo nas suas componentes e manifestações culturais;
- c) Tomar parte nas Assembleias Gerais, votar, eleger e ser eleito;
- d) Requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias;
- e) Examinar as contas, os documentos e os livros relativos às actividades da Associação;
- f) Solicitar aos órgãos sociais informações e esclarecimentos ou propor sugestões de utilidade para a Associação e para os fins que ela visa;
- g) Propor a admissão de associados e recorrer das decisões que considere lesivas dos seus direitos;
- h) Solicitar à Direcção a sua suspensão do pagamento de quotas;
- i) O direito de eleger e ser eleito só é conferido aos sócios a partir dos 16 anos.

#### ARTIGO XI

Os sócios honorários ( ou de mérito ) têm direito ao cartão comprovativo dessa qualidade.

## CAPITULO IV

### DISCIPLINA

#### ARTIGO XII

Os sócios que em consequência de infração dêem motivo a intervenção disciplinar, poderão sofrer as seguintes sanções:

a) Repreensão oral registada;

b) Suspensão de todos os direitos de sócio que poderá ir até um ano;

c) Expulsão do sócio;

-1- A aplicação de qualquer sanção disciplinar implicará sempre audição do arguido, devendo o processo ser escrito;

-2- As penas de repreensão registadas e suspensão são da competência da direcção, cabendo recurso para a Assembleia Geral;

-3- A expulsão de sócios será sempre da competência da Assembleia Geral, sob proposta.

## CAPITULO V

### CORPOS DIRECTIVOS

#### ARTIGO XIII

- São três os Corpos Directivos do Grupo F. e C. da Boavista:

- a) Assembleia Geral
- b) Direcção
- c) Conselho Fiscal

### ASSEMBLEIA GERAL

#### ARTIGO XIV

A reunião de sócios no pleno gozo dos seus direitos constituirá a Assembleia Geral.

#### ARTIGO XV

A Assembleia Geral será orientada por uma mesa eleita por um período de dois anos e será constituída por um Presidente e dois secretários.

#### ARTIGO XVI

A Assembleia Geral dentro dos limites da Lei e dos Estatutos, decide sobre todos os assuntos de interesse para a Associação:

- a) Apreciar e votar o relatório das actividades da Associação e contas de gerência, bem como o parecer do Conselho Fiscal, relativos a cada ano social;
- b) Eleger e demitir os órgãos sociais;
- c) Apreciar e votar os Estatutos e os regulamentos da Associação e velar pelo seu cumprimento, interpretá-los, alterá-los ou revogá-los, bem como resolver neles casos omissos;
- d) Apreciar e votar o orçamento anual da Associação;
- e) Apreciar e julgar os recursos para ela interpostos;
- f) Decidir sobre a readmissão de sócios que tenham sido expulsos;

- g) Alterar as suas próprias deliberações;
- h) Aplicar a pena de expulsão prevista na alínea C do ARTº décimo segundo;
- i) Tomar conhecimento e deliberar sobre exposições que lhe sejam apresentadas pelos órgãos ou pelos associados.

#### ARTIGO XVII

As reuniões da Assembleia Geral, serão ordinárias e extraordinárias, delas se lavrando a respectiva Acta, e são convocadas por meio de ofício/convocatória a todos os sócios com antecedência de oito dias, devendo constar a ordem de trabalhos, hora e local.

- a) As reuniões ordinárias serão anuais;
- b) As reuniões extraordinárias podem efectuar-se por deliberação da mesa, a pedido da direcção, ou Conselho Fiscal ou no mínimo de vinte associados;
- c) Neste último caso, a Assembleia só funcionará se estiverem presentes três quartos dos sócios requerentes;
- d) Nos restantes casos funcionará em primeira convocação com a presença de metade dos sócios ou meias hora depois com qualquer número.

#### ARTIGO XVIII

As deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria absoluta de votos dos associados.

#### COMPETÊNCIAS

#### ARTIGO XIX

Ao Presidente da Assembleia Geral compete:

- a) Convocar a Assembleia Geral ordinária;
- b) Convocar a Assembleia Geral, extraordinária sempre que a Direcção ou Conselho Fiscal o requeira, ou um mínimo de vinte sócios no pleno gozo dos seus direitos;
- c) Chamar à efectividade os substitutos, para os lugares que vaguem nos Corpos Directivos;
- d) Dar posse aos corpos Directivos e assinar as respectivas Actas;
- e) Assumir as funções da Direcção no caso de demissão desta até novas eleições;
- f) Rubricar os livros das Actas e assinar as Actas das sessões da Assembleia Geral;

g) O Presidente da Mesa, será substituído nas suas faltas pelo primeiro secretário;

h) Aos secretários compete elaborar e rubricar as Actas das reuniões e sessões;

i) O Presidente da Assembleia Geral, terá direito ao voto de qualidade em caso de empate nas votações.

## CONSELHO FISCAL

### ARTIGO XX

O Conselho Fiscal é composto de três elementos, um Presidente um secretário e um relator.

### ARTIGO XXI

Compete ao Conselho Fiscal:

a) Dar parecer sobre o relatório das actividades da Associação, contas de gerência e orçamento;

b) Dar parecer sobre interpretação dos Estatutos e regulamentos;

c) Solicitar a convocação;

d) Dar parecer sobre a restante actividade da associação sempre que para tal seja solicitado.

### ARTIGO XXII

Das reuniões do Conselho Fiscal será lavrada a respectiva Acta.

## DIRECÇÃO

### ARTIGO XXIII

O G.F. e C. da Boavista é dirigido e administrado por uma direcção composta dos seguintes elementos:

- Presidente;
- Vice Presidente;
- Dois Secretários;
- Um Tesoureiro e Vogais ( um número superior a quatro );

NOTA: Os cargos de Vice-Presidente e 2º Secretário são facultativos.

#### ARTIGO XXIV

A Direcção no desempenho das suas funções, pode mandar associados ou criar comissões e grupos de trabalho para a coadjuvar.

#### ARTIGO XXV

A Direcção é solidariamente responsável pelos actos da sua gerência e reunirá, sempre, tendo em conta a actividade do Grupo.

#### ARTIGO XXVI

As deliberações das reuniões serão registadas em Actas.

#### ARTIGO XXVII

As competências específicas de cada um elemento da Direcção serão definidos pelo regulamento interno.

#### ARTIGO XXVIII

Elaborar o Plano de actividade e orçamento, elaborar o relatório e contas para serem submetidos à reunião da Assembleia Geral e apreciação do Conselho Fiscal.

## ARTIGO XXIX

Compete à Direcção dirigir e administrar a associação, prestigiá-la e zelar pelos seus interesses, impulsionar o progresso das suas actividades, designadamente:

a) Aprovar ou rejeitar a admissão e readmissão de associados;  
b) Aplicar e propôr penas disciplinares, previstas nas alíneas a), b) e c) do ART.º décimo segundo;

c) solicitar a convocação da Assembleia Geral;  
d) Fomentar e desenvolver iniciativas de âmbito Cultural para as camadas mais jovens da população;

e) Colaborar com os poderes públicos em tudo quanto contribua para atingir e desenvolver os fins da Associação;

f) Solicitar pareceres ao Conselho Fiscal;

g) Elaborar os regulamentos especiais que se mostrem necessários à vida da Associação;

h) Nomear os colaboradores, ensaiadores e directores técnicos que julgue convenientes para a boa execução das actividades;

i) Determinar a suspensão preventiva dos associados ou membros das secções do Grupo Folclórico;

j) Facultar ao Conselho Fiscal o exame dos livros de escrituração e contabilidade e a verificação de todos os documentos;

l) Facultar ao exame dos associados as contas e documentos e os livros relativos às actividades da Associação;

m) Comparecer a todas as reuniões da Assembleia Geral para prestar os esclarecimentos e fornecer os elementos respeitantes à sua actividade;

n) Representar a Associação em juízo ou fora dele, activa e passivamente;

o) A Direcção funcionará nos termos em que o regulamento geral fixar;

p) Terminado o ano Social, apresentará a Assembleia Geral para apreciação e votação o relatório das actividades e as contas de gerência acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;

q) Proceder a inventariação dos bens do Grupo, zelar pela sua conservação e definir as condições da utilização das instalações e bens da Associação;

r) Escrever devidamente todas as receitas e despesas da Associação, fazendo publicar na Sede os Balancetes das contas de Gerência;



## CAPITULO VI

### RECEITAS E DESPESAS

#### ARTIGO XXX

- 1 - Constituem receitas do Grupo.
  - a) As Quotizações dos Sócios;
  - b) Os subsídios atribuídos pelas diversas entidades;
  - c) Os donativos, acções, heranças e legados;
  - d) O produto das iniciativas;
  - e) As que decorrem da actividade, nas demonstrações Folclóricas.
- 2 - Constituem despesas do Grupo:
  - a) Pagamento das deslocações;
  - b) Pagamento de trajes;
  - c) Todos os outros gastos, de secretaria e manutenção da Sede.

## CAPITULO VII

### PATRIMONIO

#### ARTIGO XXXI

*Constituem Património do G.F. e C. da Boavista:*

- a) Todos os Trajes e adereços que são pertença do Grupo e que são utilizados pelos sócios participantes nas Demonstrações Folclóricas;*
- b) Todos os troféus, taças, medalhas, diplomas e outros que foram atribuídos em concurso ou oferecidos ao Grupo;*
- c) Todos os instrumentos que foram comprados ou oferecidos ao Grupo;*
- d) Todo o arquivo Histórico e fotográfico adquirido ao longo dos anos,*
- e) Todos os bens adquiridos pelo Grupo para funcionamento da sua actividade.*

#### ARTIGO XXXII

*Os sócios que utilizem bens do Grupo, são responsáveis pela sua conservação.*

## CAPITULO VIII

### DISTINÇÕES

#### ARTIGO XXXIII

Por deliberação da Direcção, podem ser agraciados com distinção e título, honoríficos e de mérito, sócios, membros participantes do Grupo, personalidades e entidades, para premiar os bons serviços e a dedicação associativa.

a) Títulos que podem ser atribuídos:

Diploma de honra;

Sócio Honorário;

Sócio de mérito;

Placa de Medalhas de Bronze, Prata ou Ouro.

#### ARTIGO XXXIV

A retirada de qualquer galardão, prémio ou recompensa é da competência da Assembleia Geral.

## CAPITULO IX

### ASSOCIATIVISMO

#### ARTIGO XXXV

*Por deliberação da Direcção, o Grupo pode associar-se a Associações ou Federações Nacionais ou Estrangeiras, que prestigiem a actividade folclórica ou outros usos e costumes tradicionais, de interesse público para a colectividade.*

## CAPITULO X

### DISSOLUÇÃO

#### ARTIGO XXXVI

O G.F. e C. da Boavista, durará por tempo indeterminado e extinguir-se-á além dos casos previstos na Lei, e por deliberação da Assembleia Geral, expressamente con vocada para o efeito, desde que obtenha o voto favorável pelo menos de dois terços dos associados.

#### ARTIGO XXXVII

No caso da Associação se dissolver de acordo com o ARTº número trinta e seis e depois de liquidadas as dívidas, se houver, e entregues os bens móveis, nessa data, à Câmara Municipal.

## CAPITULO XI

### SÍMBOLO

#### ARTIGO XXXVIII

O G.F. e C. da Boavista, tem como símbolos fundamentais uma bandeira com o Castelo da Cidade, com as cores amarela e preta e um par de Balhadores com os trajes mais característicos, um tarro de cortiça, espigas de trigo e foice.

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### ARTIGO XXXIX

A Direcção elaborará o regulamento interno, de acordo com o espirito dos Estatutos, onde se especifique as competências da Direcção, Disciplina, Funcionamento e Actividade dos Sócios.

#### ARTIGO XL

A Direcção se assim entender pode criar um conselho Técnico, constituido por sócios ou colaboradores devidamente conhecedores das realidades etnográficas.

#### ARTIGO XLI

Nos casos omissos nestes Estatutos serão resolvidos pela Direcção de harmonia com a legislação em vigor ao tempo da deliberação.

## CAPITULO XII

### ARTIGO XLII

O mandato dos Corpos Directivos tem a duração de dois anos e os seus membros podem ser reeleitos, uma ou mais vezes.

### ARTIGO XLIII

Só podem ser eleitos para Corpos Directivos os sócios que reünam as seguintes condições:

- a) Terem a idade mínima de 16 anos;
- b) Estarem no pleno gozo dos seus direitos.

### ARTIGO XLIV

Os membros dos Corpos Directivos serão eleitos em lista completa, acompanhada de programa de acção para o mandato, que serão entregues ao Presidente da A.G., até 96 horas antes do início da A.G. expressamente convocada para o efeito.

### ARTIGO XLV

As listas submetidas a sufrágio, poderão ser apresentadas pela direcção ou subscritas por 10 sócios, no pleno gozo dos seus direitos.

### ARTIGO XLVI

A eleição far-se-á por escrutínio secreto, considerando-se eleitos os candidatos da lista que obtenha mais votos.

#### ARTIGO XLVII

*Cada lista disporá de quinze minutos para a apresentação do seu plano de actividades.*

#### ARTIGO XLVIII

*A Assembleia Geral ordinária para eleição dos Corpos Directivos, realizar-se-á no mês de Outubro, de dois em dois anos.*





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ORIGINAL

PEDIDO DE INSCRIÇÃO DE CONSTITUIÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE PESSOA COLECTIVA,  
DE CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO E/ OU DE REGISTO COMERCIAL

1	Assinalar com uma cruz o(s) acto(s) que vem inscrever e/ ou registar (continuando no verso, se necessário)	
<input checked="" type="checkbox"/>	Constituição	<input type="checkbox"/> Alteração de pacto:
		<input type="checkbox"/> Outros actos (especifique):
	<input type="checkbox"/> Modificação de firma	
	<input type="checkbox"/> Alteração de objecto	
	<input type="checkbox"/> Aumento de capital social	
	<input type="checkbox"/> Outras alterações (especifique):	
		(continua no verso)

0	CM				
---	----	--	--	--	--

2	Número de identificação (NIPC)	502469901
---	--------------------------------	-----------

3	NM	Firma ou denominação	GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL
		DA BOA VISTA	

4	MO	Endereço postal da sede	RUA POETA JOSÉ RÉGIO
			Telefone
		Código postal	7300 PORTALEGRE

5	Sede social	
	Localidade	PORTALEGRE
	Freguesia	SE
	Concelho	PORTALEGRE
	Distrito/Região Autónoma	PORTALEGRE

0	NJ	6	Natureza jurídica	ASSOCIAÇÃO
---	----	---	-------------------	------------

0	OS	7	Objecto social	CONTRIBUIR, ATRAVÉS DE MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS, PARA PROMOÇÃO SOCIAL CULTURAL DOS ASSOCIADOS E PARA A NACIONALIZAÇÃO DA CIDADE DE PORTALEGRE. PROCEDER A
---	----	---	----------------	--

0	CAE	8	Actividade económica
	P		Principal
	S		Secundária

0	AC	9	Actividade comercial	0	SI	10	Situação
			NÃO TEM				Activo

11	Pessoal	12	Estab.	0	CN	13	Cartório Notarial de
							MARVÃO

14	Data da constituição	0	CRC	15	Conservatória do Registo Comercial de
	15/10/1991				

16	Data do Diário da República	0		17	Forma de gestão	18	Capital social
	23/01/1992						contos

No caso de modificação de firma, indique a anterior: \_\_\_\_\_  
e o respectivo NIPC \_\_\_\_\_.

Requeiro: ☒ inscrição no RNPC ☐ registo comercial do(s) acto(s) especificado(s)  
☒ cartão de identificação: ☐ 1ª. vez ☐ actualização ☐ renovação

na qualidade de PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

Local e data PORTALEGRE, 25. de FEVEREIRO de 19 92

Nome: Eugenio TAVARES JANEIRO N.º de B.I. 529476

Residência: RUA JOSEFINA NUNES SILVA, 1 Bairro das cores - Portalegre

Declaro por minha honra que são exactas as declarações constantes deste pedido

Assinatura (igual à do bilhete de identidade) Eugenio TAVARES JANEIRO

**1. FINALIDADE DO IMPRESSO:** O mod. 11 RNPC destina-se:

- 1) Ao pedido de inscrição de constituição ou modificação de pessoa colectiva (sociedade comercial, cooperativa, empresa pública, associação, fundação, instituto público, pessoa colectiva religiosa, sociedade estrangeira ou sua representação personalizada, etc.) que origina a emissão do correspondente cartão de identificação;
- 2) Ao pedido de correcção, actualização ou 2ª via de cartão de identificação de pessoa colectiva já inscrita no RNPC (neste caso pode ser entregue apenas o original do modelo 11);
- 3) Ao pedido de registo comercial de quaisquer actos a ele sujeitos.

**2. FORMA DE PREENCHIMENTO:** Nas linhas quadriculadas escreva apenas uma letra em cada quadrado, deixando um quadrado de intervalo entre cada palavra. O impresso deve ser preenchido à máquina ou em letra de imprensa. O original deve ser preenchido directamente e não por decalque; o duplicado e o triplicado podem ser preenchidos por meio de papel químico e devem ser perfeitamente legíveis. São recusados os impressos, com emendas, rasuras, entrelinhas, palavras não claramente legíveis, com divergências entre original, duplicado e triplicado ou em mau estado de conservação.

**3. ESCLARECIMENTO SOBRE O PREENCHIMENTO DE ALGUMAS RUBRICAS:**

**3.1. NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO:** Escreva o número de identificação que consta do actual cartão, se já o tiver.

**3.2. FIRMA OU DENOMINAÇÃO:** Escreva o nome ou firma por extenso de harmonia com o constante da escritura de constituição do actual cartão.

**3.3. ENDEREÇO POSTAL:** Apenas é aceite o endereço postal que se situe no concelho da sede social e que não seja constituído pela simples indicação de apartado postal.

**3.4. NATUREZA JURÍDICA:** Indique a espécie de entidade que deverá normalmente ser uma das seguintes:

Agrupamento complementar de empresa

Empresa pública estrangeira

Associação

Fundação

Associação estrangeira

Fundação estrangeira

Associação de regantes e beneficiários

Pessoa colectiva de direito público

Cooperativa de responsabilidade limitada

Pessoa colectiva religiosa

Cooperativa em comandita

Sociedade anónima

Cooperativa de responsabilidade ilimitada

Sociedade civil com personalidade jurídica

União de cooperativas

Sociedade civil estrangeira com personalidade jurídica

Federação de cooperativas

Sociedade comercial estrangeira

Confederação de cooperativas

Sociedade em comandita

Empresa pública

Sociedade em nome colectivo

Sociedade por quotas

**3.5. OBJECTO SOCIAL:** Indique o objecto constante da escritura de constituição ou de alteração do pacto.

**3.6. ACTIVIDADE ECONÓMICA:** Na primeira linha inscreva a actividade principal. Considera-se actividade principal aquela de que a pessoa colectiva aufera maior rendimento. Na impossibilidade de determinar qual das actividades exercidas dá maior rendimento, indique a que ocupa maior número de pessoas. Acrescente se se trata de indústria, comércio (por grosso ou a retalho) ou outra actividade e quais os produtos dessa actividade (no caso de saber, deve indicar o código CAE 1973; a indicação do código CAE só é obrigatória se desejar que a sua actividade seja codificada a mais de 4 dígitos). Na segunda linha, inscreva a actividade secundária se a tiver. Não é admitida a declaração de actividades não compatíveis com o objecto social.

**3.7. ACTIVIDADE COMERCIAL:** Deve inscrever uma das seguintes: Exportador, Importador, Grossista, Retalhista, Vendedor Ambulante, Feirante ou Agente de Comércio. Se exercer mais que uma, indique a que considera principal e se não exercer qualquer delas, indique "não tem".

**3.8. SITUAÇÃO:** Inscreva uma das seguintes: activa, em instalação, inactiva, em liquidação ou extinta.

**3.9. PESSOAL:** Indique o número de trabalhadores que emprega exercendo uma actividade que constitua o seu modo de vida principal. Se não tiver pessoal ao serviço indique 0 (zero).

**3.10. ESTABELECIMENTOS:** Indique o número de estabelecimentos (oficina, loja, escritório, fábrica, mina, etc.) no caso de existirem. Se não tiver estabelecimentos indique 0 (zero).

**3.11. CARTÓRIO NOTARIAL:** Indique o cartório notarial em que foi outorgada a escritura de constituição e a correspondente data (e não a de qualquer alteração posterior à constituição da pessoa colectiva).

**3.12. CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL:** No caso de a pessoa colectiva estar sujeita a registo comercial, inscreva a conservatória em que foi efectuado o registo de constituição e a respectiva data.

**3.13. DATA DO "DIÁRIO DA REPÚBLICA":** Inscreva a data em que foi publicado o extracto do instrumento de constituição da pessoa colectiva e não de qualquer alteração posterior.

**3.14. FORMA DE GESTÃO:** Indique uma das seguintes formas: Normal, auto-gestão, co-gestão, intervencionada pelo Estado, comissão instaladora, comissão administrativa, comissão liquidatária, administração judicial.

**3.15. CAPITAL SOCIAL:** Indique o capital social actual em contos.

**3.16. ASSINATURA DO PEDIDO:** O pedido deve ser assinado por pessoa que possa obrigar a pessoa colectiva indicando a respectiva qualidade (administrador, gerente, etc.)



### Quarto.

Bartolameu Manoel Milheiro, casado, natural da freguesia de São Miguel de Fobas, e mulher de Leandra-a-Nova, residente habitualmente na Rua Rodrigo da Cunha, número 8, parisiço, em Portugal, etc.

### Quinto.

António Manoel Fernandes Pin, casado, natural da freguesia de São Lourenço, da cidade de Santarém, residente habitualmente na Rua de São Vicente, número 18, da dita cidade.

Verifiquei a identidade dos autorgantes, pela exibição dos seus Bilhetes de Identidade, respectivamente, números 527476-2, 1196264-0, 1372851-2, 4888278-1 e 4636770-5, emitidos em 29 de Abril de 1987, 3 de Fevereiro de 1990, 12 de Julho de 1990, 24 de Agosto de 1988 e 19 de Janeiro de 1988, todas pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa.

### Dixeram os autorgantes:

Que pela presente escritura, na qualidade de associados fundadores, constituem uma associação particular e util, a qual se regerá pelas disposições gerais aplicáveis, nomeadamente pelas disposições pertinentes do Código Civil e pelos respectivos estatutos.

Que, a matéria estatutária, para além da que ficará a cargo especificadamente desta escritura, encontra-se consignada em documento complementar e elaborado em duas folhas, devidamente numeradas e publicada a primeira e as

47

seu a segunda, que consideram parte integrante desta escritura, em conformidade com o número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado.

Que, de entre as cláusulas estatutárias e estatutos do mencionado documento, destacam os seguintes elementos essenciais:

### Primeiro:

A associação adoptará a denominação de "Grupo Folclórico e Cultural de Beavista", e terá a sua sede em Portalegre, na Rua Costa Lusitânica, porta com número:

### Segundo:

Durará por tempo indeterminado e terá por objectivos: "Contribuir através de manifestações folclóricas e culturais, para promoção socio-cultural das associações e para a valorização da cidade de Portalegre. Tracando a pesquisa e divulgação do folclore e traje regionais da região de Portalegre e da Alta Alentejo."

### Terceiro:

A associação tem por órgãos: A Assembleia Geral; A Direcção; e O Conselho Fiscal.

A sua forma de funcionamento é, para além do que consta especificadamente do aludido documento complementar, a prescrita na lei, nomeadamente no artigo cento e setenta e um do Código Civil.

### Quarta:

Pedam por parte da referida associação a qual que preen-  
cha as condições que estabelece o Regulamento Interno, a saber:  
Linda com uma quota, sendo receitas da associação, as quoti-  
zões, subsídios, doações e as proventos de iniciativas pro-  
moídas pela associação, de que não proibir por lei,  
nem contrários aos Estatutos.

Assim a anteparam.

Fui-me exibido um certificado emitido pelo Registo Nacio-  
nal de Pessoas Colectivas, em 18 de Abril da corrente ano, válido  
por cento e oitenta dias, comprovativo da admissibilidade da dita  
iniciativa adoptada.

Arquivo do 2.º e número 2 no mapa de documentos relativo a  
este livro. O enunciado do documento complementar do qual se  
têm os estatutos da associação, tendo sido dispostos a sua lei-  
tura, dado os interessados me afirmarem que têm perfeito conheci-  
mento do seu teor.

Fiz as anteparams em voz alta e na presença simultânea de  
todos, a leitura e a explicação do conteúdo desta escritura. Por  
rei, "tudo".

Elentério Aires Feneiro

Henrique de Jesus Salazar

Paulo da Conceição Braga

Bartolomeu Manuel N. L. L.

António Manuel Fernandes Reis

2.º Fimante em substituição legal do 1.º, Antónia da Costa

*[Handwritten signature]*

Conta registrada pelo nº 546 *[Handwritten signature]*

4y H.S. 15  
B.S.  
3.H.  
F.S.

- Documento complementar organizado nos termos do número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado.-----

-----Constituição de Associação-----

-----Capítulo I-----

-----Denominação e Constituição, Sede, Duração e Objecto-----

-----Artigo 1º -----

-----Denominação e Constituição-----

-----A Associação denominada Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, foi constituída e aprovada em reunião de vinte nove de julho de mil novecentos e sessenta e sete, passa a reger-se pelos presentes Estatutos.-----

-----Artigo 2º-----

-----Sede-----

-----O Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, tem a sua sede, na Rua Poeta José Régio, s/nº, 7300 Portalegre.-----

-----Artigo 3º-----

-----Duração-----

-----A Associação, durará por tempo indeterminado a partir da sua constituição e extinguir-se-à por vontade de dois terços dos associados, reunidos em Assembleia Geral.-----

-----Artigo 4º-----

-----Objecto-----

-----A Associação tem por objecto, contribuir através de manifestações folclóricas e culturais, para a promoção socio-cultural dos Associados e para a valorização da cidade de Portalegre.Proceder



à recolha e divulgação do folclore e traje regional da região de  
de Portalegre e do Alto Alentejo.-----

## -----Capítulo II-----

### -----Artigo 5º-----

#### -----ÓRGÃOS-----

-----A Associação tem os seguintes Órgãos:-----

-----Alínea a) Assembleia Geral-----

-----Alínea b) Direcção-----

-----Alínea c) Conselho Fiscal-----

-----Alínea d) A Assembleia Geral é constituída por um Presidente  
e dois Secretários-----

-----Alínea e) A Direcção é constituída por um Presidente, um vice  
-Presidente, dois Secretários, um tesoureiro e quatro vogais.-----

-----Alínea f) O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente,  
um Secretário e um Relator.-----

## -----Capítulo III-----

### -----Artigo 6º-----

#### Eleições

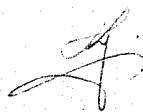
-----A Assembleia Geral, A Direcção e o Conselho Fiscal, são elei-  
os nos termos dos presentes Estatutos, por um período de dois  
anos-----

## -----Capítulo IV-----

### -----Artigo 7º-----

#### -----Associados-----

-----A Associação será constituída por associados contribuintes,



participantes, correspondentes, honorários e de mérito.-----

-----Capítulo V-----

-----Artigo 8º-----

-----Direitos e Deveres-----

-----Os Associados têm o direito de frequentar a Sede, assistir  
às Assembleias Gerais, votar, eleger e ser eleito.-----

-----Artigo 9º-----

-----Os Associados têm o dever de aceitar os cargos para que forem  
eleitos, contribuir para os objectivos do artigo quarto e pugnarem  
pelo prestígio moral e cívico da Associação.-----

-----Capítulo VI-----

-----Artigo 10º-----

-----Receitas e despesas-----

-----São receitas da Associação, as quotizações, subsídios, dona-  
tivos e receitas das iniciativas.-----

-----Artigo 11º-----

-----São despesas da Associação, os encargos de manutenção da Sede,  
inerentes à execução dos seus projectos, pagamento de quotas à Fe-  
deração do Folclore Português e demonstrações folclóricas, etc.---

-----Capítulo VII-----

-----Artigo 12º-----

-----Disposições Gerais-----

-----As reuniões da Assembleia Geral, serão ordinárias e extraor-  
dinárias. Os associados serão convocados por ofício/convocatória,  
com a antecedência mínima de oito dias.-----

----- Artigo 13º -----

-----A Associação poderá filiar-se em Federações nacionais ou estrangeiras, que defendam culturas e usos e costumes tradicionais.

----- Artigo 14º -----

-----Os casos omissos nestes Estatutos, serão resolvidos pela Direcção, de harmonia com a legislação em vigor e com o que dispõem os Regulamentos internos.

Portalegre, quinze de Outubro de mil novecentos e noventa e um---

Declara-se que foram emendados e rasurados três traços "----" a seguir à palavra "Órgãos", "Associados", "defendam".-----

Elentério Tavares Figueira

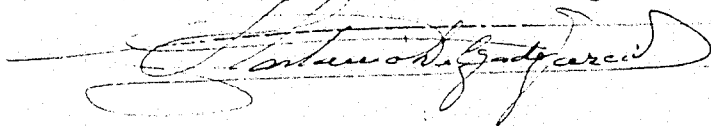
Henrique de Jesus Salimbu

Luís da Encarnação Braga

Bartolomeu Manuel Dill

António Manuel Fernandes Pereira

O Ajudante em substituição legal do Notário,





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Secretaria-Geral*

Exmo. Senhor

Presidente da Direcção do Grupo  
Folclórico e Cultural da Boavista  
Rua Poeta José Régio

7300 PORTALEGRE

S/ referência

S/ comunicação

Nossa referência

**723**

B 02.07

Pº nº 23/93

Rua Professor Gomes Teixeira  
1300 Lisboa — Portugal  
Fax 602600

Assunto: Pedido de declaração de utilidade pública, nos  
termos do D/L nº 460/77, de 7 de Novembro.

1993 -02- 19

A fim de se iniciar a instrução do processo relativo ao pedido em epígrafe, deverá V. Exa., nos termos dos nºs 1 e 2 do artº 5º do D/L nº 460/77, habilitar esta Secretaria-Geral com os seguintes elementos:

- ✓ - Exemplar dos respectivos estatutos;
- ✓ - Fotocópia do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva;
- ✓ - Indicação do número de associados;
- ✓ - Historial das actividades desenvolvidas e ainda eventuais projectos.

Para melhor esclarecimento de V. Exa. junto se remete brochura de legislação.

Com os melhores cumprimentos.

O SECRETÁRIO-GERAL,

(França Martins)

AF/SM  
93.02.17

## 4. Diversos

**CENTRO SOCIAL DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA**

Certifico que de fl. 90 a fl. 92 do livro de notas n.º 411-A do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Beja foi lavrada uma escritura de constituição de associação, que adoptou a denominação Centro Social de Nossa Senhora da Graça.

A sede da mesma é na aldeia e freguesia de Balizão, concelho de Beja.

Os seus objectivos principais são:

- a) A construção de um lar para a terceira idade;
- b) A protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Podem ser sócios da associação pessoas singulares, maiores de dezoito anos, e pessoas colectivas.

Está conforme.

1.º Cartório da Secretaria Notarial de Beja, 25 de Outubro de 1991. — A Ajudante, *Maria da Graça Pereira Lourenço Luciano*.  
0-2-25 817

**NECI — NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA INADAPTADA**

Certifico que, por escritura de 18 de Janeiro do ano corrente, lavrada de fl. 48 v.º a fl. 49 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 61-D do Cartório Notarial de Lagos, foi constituída uma associação de fins não lucrativos, denominada NECI — Núcleo de Educação da Criança Inadaptada, que tem por objecto educar e desenvolver as crianças inadaptadas, proporcionar às crianças inadaptadas a sua autonomia funcional, sociabilização, escolaridade e pré-profissionalização, e tem a sua sede nos Moninhos da Luz, freguesia de Luz, concelho de Lagos.

Está conforme ao original.

Cartório Notarial de Lagos, 31 de Julho de 1991. — A Primeira-Ajudante, *(Assinatura ilegível)*.  
0-2-25 818

**COSM — CLUBE ORNITOLÓGICO DE SALVATERRA DE MAGOS**

Certifico que, por escritura de 22 de Março do corrente ano, lavrada a fl. 7 v.º do livro de notas n.º 355-C do Cartório Notarial de Salvaterra de Magos, a cargo do notário licenciado António dos Reis, foi constituída numa associação denominada COSM — Clube Ornitológico de Salvaterra de Magos, com sede nesta vila de Salvaterra de Magos, tendo por objecto o fomento de criação de aves, promoção de exposições e concursos, divulgação de técnicas de criação de aves, promoção de estudos ornitológicos através de biblioteca e colóquios, promoção de actividades culturais e técnicas a nível nacional ou internacional e protecção de aves no seu ambiente ou cativeiro, seu anilhamento e estudo, tendo como órgãos sociais a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Poderá ser sócio da associação todos os criadores de aves e outras pessoas interessadas no seu estudo e divulgação, residentes ou não no concelho de Salvaterra de Magos, podendo qualquer sócio ser excluído da mesma no caso de não cumprir com o estabelecido nos estatutos ou no regulamento interno da associação.

Está conforme.

Cartório Notarial de Salvaterra de Magos, 27 de Março de 1991. — O Ajudante, *António José Mendes da Silva*.  
0-2-25 889

**GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL DA BOAVISTA**

Cópia extraída da escritura exarada de fl. 3 v.º a fl. 5 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 21-B do Cartório Notarial de Marvão.

**Constituição de associação**

No dia 15 de Outubro de 1991, no Cartório Notarial de Marvão, perante mim, *António Delgado Garcia*, ajudante do referido Cartório, em substituição legal do notário, por se encontrar vago o respectivo lugar, compareceram como outorgantes:

1.º Eleutério Tavares Janeiro, casado, natural da freguesia de Santa Maria de Marvão, deste concelho, residente habitualmente na Rua de Josefina Nunes da Silva, 1, Bairro dos Covões, em Portalegre;

2.º Henrique de Jesus Salsinha, casado, natural da freguesia de Caia e São Pedro, concelho de Elvas, residente habitualmente na Rua de Guilherme Gomes Fernandes, 47, 1.º, em Portalegre;

3.º Manuel da Conceição Braga, casado, natural da freguesia de Pias, concelho de Serpa, residente habitualmente na Rua de Luís Pa-S&e, bloco 11, 3.º, freixo, Bairro dos Assentos, em Portalegre;

4.º Bartolomeu Manuel Milheiro, casado, natural da freguesia de São Miguel de Acha, concelho de Idanha-a-Nova, residente habitualmente na Rua de Rodrigo da Cunha, 8, 1.º, em Portalegre;

5.º António Manuel Fernandes Reis, casado, natural da freguesia de São Lourenço, da cidade de Portalegre, residente habitualmente na Rua de São Vicente, 18, da dita cidade.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade, respectivamente n.ºs 529476-2, 1196264-0, 1372851-2, 4888278-1 e 4636770-5, emitidos em 29 de Abril de 1987, 3 de Fevereiro de 1990, 12 de Julho de 1990, 24 de Agosto de 1988, e 19 de Janeiro de 1988, todos pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa.

Disseram os outorgantes:

Que pela presente escritura, na qualidade de associados fundadores, constituem uma associação particular e cultural que se regerá pelas disposições gerais aplicáveis, nomeadamente pelas disposições pertinentes do Código Civil e pelos respectivos estatutos;

Que a matéria estatutária, para além do que ficará a constar especificadamente desta escritura, encontra-se consignada em documento complementar elaborado em duas folhas, devidamente numeradas e rubricada a primeira e assinada a segunda, que consideram parte integrante desta escritura, em conformidade com o n.º 2 do artigo 78.º do Código do Notariado;

Que de entre as cláusulas estatutárias constantes do mencionado documento destacam os seguintes elementos essenciais:

1.º

A associação adoptará a denominação de Grupo Folclórico e Cultural da Boavista e terá a sua sede em Portalegre, na Rua do Poeta José Régio, porta sem número.

2.º

Durará por tempo indeterminado e terá por objectivos contribuir, através de manifestações folclóricas e culturais, para promoção sócio-cultural dos associados e para a valorização da cidade de Portalegre. Proceder à recolha e divulgação do folclore e traje regional da região de Portalegre e do Alto Alentejo.

3.º

A associação tem como órgãos a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

A sua forma de funcionamento é, para além do que consta especificadamente do aludido documento complementar, a prescrita na lei, nomeadamente no artigo 181.º do Código Civil.

4.º

Podem ser sócios da referida associação aqueles que preenchem as condições que estabelece o regulamento interno, contribuindo com uma quota, sendo receitas da associação as quotizações, subsídios, donativos e as provenientes de iniciativas promovidas pela associação, desde que não proibidas por lei, nem contrárias aos estatutos.

Está conforme com o seu original, o que certifico.

Cartório Notarial de Marvão, 25 de Novembro de 1991. — O Ajudante, *António Delgado Garcia*.  
0-2-25 890

**ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E ENSINO PROFISSIONAL NA MARINHA GRANDE (ADEP)**

Certifico que, por escritura lavrada no dia 14 de Fevereiro de 1991, a fls. 29 v.º e 30 do livro de notas para escrituras diversas n.º 135-B do Cartório Notarial da Marinha Grande, a cargo do notário licenciado em Direito, Agostinho Chaves de Andrade, foi constituída uma associação que adoptou a denominação de Associação para o Desenvolvimento da Cultura e Ensino Profissional na Marinha Grande (ADEP), com sede na cidade da Marinha Grande, que tem por objecto criar e desenvolver estabelecimentos de ensino profissional, assegurar a formação profissional, promover a investigação tecnológica, científica e pedagógica, dinamizar e promover actividades culturais e recreativas e desenvolver serviços de apoio à comunidade.

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

## Secretaria-Geral

**Declaração.** — Nos termos do art. 3.º do Dec.-Lei 460/77, de 7-11, conjugado com o art. 5.º do Dec.-Lei 451/91, de 4-12, por despacho de 11-8-93, do Ministro da Presidência, foram declaradas pessoas colectivas de utilidade pública as seguintes instituições:

Associação Artística de Avanca, com sede em Avanca, Estarreja;  
ACJJA — Associação Cultural Jornal Jovem de Alvarenga, com sede em Quintela, Arouca;  
Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, com sede em Lisboa;  
Desportos e Juventude de Mira Sintra, com sede em Mira-Sintra, Sintra;  
Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, com sede em Portalegre;  
Sociedade Artística Musical 20 de Julho de Santa Margarida do Arrabal, com sede em Arrabal, Leiria;  
Sport Clube Salvadoreense, com sede em Salvador do Monte, Marante.

3-93. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

## GABINETE DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

## Cinemateca Portuguesa

Por meu despacho de 4-8-93:

Isabel Maria de Carvalho Lopes Vieira Durana — promovida, precedendo concurso, a técnica-adjunta de 1.ª classe da carreira de técnico-adjunto de biblioteca e documentação do quadro da Cinemateca Portuguesa, considerando-se exonerada do lugar que ocupava no referido quadro a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

5-8-93. — O Director, *João Bénard da Costa*.**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

## Serviço de Polícia Judiciária Militar

**Despacho.** — Nos termos das disposições conjugadas dos arts. 5.º do Dec.-Lei 265/88, de 28-7, 1.º, n.º 2, do Dec.-Lei 264/89, de 18-8, e 24.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, nomeio, em comissão extraordinária de serviço, na sequência de concurso interno geral de ingresso a estágio, técnico superior de 2.ª classe estagiário o licenciado em Direito Manuel Joaquim Afonso Araújo.

16-8-93. — O Director, *Rudolfo António C. B. Begonha*, brigadeiro.

## MARINHA

## Superintendência dos Serviços do Pessoal

## Direcção do Serviço do Pessoal

## 2.ª Repartição

Por despacho do Chefe da 2.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente do Serviço do Pessoal da Armada:

Sargento-chefe TES (772161) Joaquim Francisco G. Carriço — promovido ao posto de sargento-mor, a contar de 1-1-93, ficando colocado na escala de antiguidades à esquerda do sargento-mor TRC (111666) José Manuel Palrao Ribeiro.

Sargento-chefe A (478157) Manuel António do Nascimento e sargento-chefe A (430956) Vítor Manuel Pinguinhas Cid — promovidos ao posto de sargento-mor, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades, pela ordem indicada:

Sargento-chefe MQ (706361) José Vitória Negreiros e sargento-chefe MQ (207764) Jorge Martinho Ruivo — promovidos ao posto de sargento-mor, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades à esquerda do sargento-mor MQ (489657) José da Cruz Beira, pela ordem indicada.

Sargento-chefe V (422956) José Marques da Silva — promovido ao posto de sargento-mor, a contar de 1-1-93, ficando colocado na escala de antiguidades no primeiro lugar.

Sargento-chefe FZ (422956) José da Ascensão António, sargento-chefe FZ (414856) Jorge dos Santos Sousa, sargento-chefe FZ (589259) Manuel da Silva S. Espogeiro, sargento-chefe FZ (754761) José Fernando Cabelreira, sargento-chefe FZ (700361) Joaquim Gregório Mateus, sargento-chefe FZ (694961) Serafim Sebastião de Sousa — promovidos ao posto de sargento-mor, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades à esquerda do sargento-mor FZ (505658) Manuel Mareiros de Novais, pela ordem indicada.

Sargento-chefe L (579359) Nuno José Dias Apolónia, sargento-chefe L (521758) Marcelino Filipe David, sargento-chefe L (480057) António Caixeiro Costa — promovidos ao posto de sargento-mor, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades, pela ordem indicada.

Sargento-chefe H (77566) José João Camões Gimbra — promovido ao posto de sargento-mor, a contar de 1-1-93, ficando colocado na escala de antiguidades à esquerda do sargento-mor H (687161) José João Camões Gimbra.

Sargento-ajudante CM (421056) Manuel Ventura Luís, sargento-ajudante CM (493258) Manuel José Monteiro, sargento-ajudante CM (673461) Joaquim Guedes Figueiredo, sargento-ajudante CM (529258) António Silva Narciso, sargento-ajudante CM (547159) José Maria Magalhães Gamio e sargento-ajudante CM (505758) Olegário Augusto Correia — promovidos ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades à esquerda do sargento-chefe CM (421056) Manuel Ventura Luís, pela ordem indicada.

Sargento-ajudante MQ (624660) Artur António e sargento-ajudante MQ (724261) Joaquim Alberto Andrade Lopes — promovidos ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades à esquerda do sargento-chefe MQ (776961) Bernardino José Marques, pela ordem indicada.

Sargento-ajudante U (113766) Alberto Lopes Ribeiro — promovido ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocado na escala de antiguidades em primeiro lugar.

Sargento-ajudante V (473857) João Fialho Lopes — promovido ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocado na escala de antiguidades à esquerda do sargento-chefe V (536558) Manuel Farinha Nunes.

Sargento-ajudante TES (157467) Adriano Francisco Sousa Xavier e sargento-ajudante TEA (208664) Carlos Alberto Lopes Carreira — promovidos ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades à esquerda do sargento-chefe TES (62864) Manuel Joaquim Mendes Ramos.

Sargento-ajudante R (487957) Manuel Cabrita Constâncio — promovido ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocado na escala de antiguidades em primeiro lugar.

Sargento-ajudante E (596059) António Maria Lopes — promovido ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocado na escala de antiguidades à esquerda do sargento-chefe E (460957) Domingos Cabrita Rocha.

Sargento-ajudante L (468957) Mário Sarmento Dantas Guimarães e sargento-ajudante L (453757) Dinis Augusto Vaz — promovidos ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades à esquerda do sargento-chefe L (443856) Armando Soares Magalhães de Guimarães, pela ordem indicada.

Sargento-ajudante TF (929362) Vasco Jorge Semedo da Silva e sargento-ajudante TF (660160) Francisco António Simões — promovidos ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades à esquerda do sargento-chefe TF (463757) Manuel Duarte Pacheco, pela ordem indicada.

Sargento-ajudante O (1091763) João de Sá Pereira — promovido ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocado na escala de antiguidades à esquerda do sargento-chefe O (691161) Óscar Santos da Fonseca.

Sargento-ajudante A (453157) António Claro Marques, sargento-ajudante A (435856) Inocêncio Agostinho C. Varge, sargento-ajudante A (514858) António da Silva, sargento-ajudante A (507558) Manuel de Sousa R. Santana e sargento-ajudante A (529158) António Narciso da Silva — promovidos ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocados na escala de antiguidades em primeiro lugar, pela ordem indicada.

Sargento-ajudante SE (435456) Marcelino Almeida Ribeiro — promovido ao posto de sargento-chefe, a contar de 1-1-93, ficando colocado na escala de antiguidades em primeiro lugar.

S.  R.

## GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE PORTALEGRE

### ALVARÁ

FLORINDO HIPOLITO SAJARA MADEIRA, LICENCIADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA E GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO DE PORTALEGRE:

Tendo sido apresentado neste Governo Civil os estatutos por que se pretende reger o GRUPO FOLCLORICO E CULTURAL DA BOAVISTA DE PORTALEGRE, com sede na cidade de Portalegre;

Considerando que tais estatutos se encontram regularmente elaborados;

Usando da faculdade que me confere o número oitavo do artigo quatrocentos e sete do Código Administrativo;

Tenho por conveniente aprovar os referidos estatutos, que se compõem de vinte e três artigos, em duas folhas de papel selado, devidamente numeradas e rubricadas pelo Secretário deste Governo Civil e autenticadas com o selo branco respectivo.

Para os devidos efeitos se passa o presente alvará de aprovação dos referidos estatutos que vai ser assinado e autenticado com o selo branco em uso neste Governo Civil.

Governo Civil do distrito de Portalegre, aos quinze de Outubro de mil novecentos e setenta e quatro.

O GOVERNADOR CIVIL,



Florindo Hipólito Sajara Madeira

### CONTA:

Despacho..... 10\$00

Alínea d) do nº 1 do  
artº 8º da Carta de  
Lei de 4-7-1889..... 1\$00

Artº 75º da Tabela  
Geral do Imposto do  
Selo..... 150\$00-Estampilha

Soma .....161\$00

São Cento e sessenta e um escudos.

Registado no livro respectivo sob o nº 2473, em 23 SET. 1975

*Apurado 15/10/77*  
Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



*Lucy*

*Handwritten signatures and notes in the top right corner.*

## ESTATUTOS

### GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL DA BOAVISTA DE PORTALEGRE

#### CAPITULO I

##### Denominação, sede, constituição e fins

Art.º 1.º - Os componentes do Rancho Típico e Regional da Boavista de Portalegre, reunidos em assembleia, decidiram legalizar este Agrupamento, organizando, para o efeito, uma associação de carácter folclórico, cultural e recreativo, que adopta a denominação de Grupo Folclórico e Cultural da Boavista de Portalegre, terá a sua sede em Portalegre e passa a reger-se pelos presentes Estatutos, Regulamentos Internos e legislação em vigor.

Art.º 2.º - Os objectivos da Associação são, fundamentalmente, os seguintes:

- 1 - Contribuir, através de diversas actividades, designadamente manifestações folclóricas e culturais, para promoção sócio-cultural dos associados e para valorização da cidade e arredores.
- 2 - Proceder à recolha e divulgação do folclore e traje regional.
- 3 - Instituir diversos outros sectores de actividades de dinamização popular, desde que obtenha o apoio e o concurso dos seus associados.

#### CAPITULO II

##### Composição

Art.º 3.º - A Associação será constituída por:

- a) Sócios contribuintes;
- b) Sócios participantes;
- c) Sócios correspondentes.



Art.º 4.º- São sócios contribuintes os indivíduos que se inscreverem com uma quota mensal.

Art.º 5.º- São sócios participantes os indivíduos que voluntariamente prestem a sua participação activa no grupo folclórico, ou noutros, que se venham a constituir, para se obterem os objectivos prescritos no art.º 2.º.

§ Único - A qualificação destes sócios não impede que se possam inscrever, simultaneamente, como sócios contribuintes.

Art.º 6.º- São sócios correspondentes os indivíduos nacionais ou estrangeiros, que se manifestem interessados em representar a Associação em qualquer parte do País, ou no estrangeiro, onde ela não tenha outra representação.

### CAPITULO III

#### Deveres e direitos dos sócios

Art.º 7.º- Os sócios têm direito de frequentar a sede, assistir a todas as assembleias gerais, votar e ser eleitos.

§ Único - O direito de votar, eleger e ser eleito, a conferir aos sócios participantes, é regulado pelos regulamentos internos.

Art.º 8.º- Os sócios têm o dever de aceitar os cargos para que forem eleitos, contribuir para todos os objectivos condicionados no artigo 2.º e, ainda, pugnar pelo prestígio cívico e moral da colectividade.

### CAPITULO IV

Art.º 9.º- O G.F.C.B.P. será administrado por uma direcção eleita em assembleia-Geral, a realizar, anualmente, em Janeiro.

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



2

*[Handwritten signature]*

Art. 210.º - A direcção será coadjuvada por uma ou mais comissões constituídas por sócios participantes com carácter efectivo, com o fim de auxiliar e facilitar a função activa da vida associativa.

Art. 211.º - Compete à direcção superintender em todas as esferas de acção da colectividade, bem como, na elaboração dos orçamentos e das contas de gerência, devendo estas ser submetidas à aprovação da Assembleia-Geral.

Art. 212.º - A Assembleia-Geral é constituída por todos os associados, embora só tenham direito a voto os sócios contribuintes e os participantes que adquiram o direito referido no § único do art. 2.º 7.º.

Art. 213.º - A Assembleia-Geral reunirá ordinariamente uma vez por ano, em Janeiro, para aprovação das contas da gerência do ano anterior e eleição da direcção.

Art. 214.º - A Assembleia-Geral reunirá extraordinariamente sempre que a Direcção o reputar necessário ou a requerimento de um grupo pelo menos de vinte sócios no pleno gozo dos seus direitos.

Art. 215.º - A Assembleia-Geral será presidida pelo associado de maioridade, mais antigo, que se encontre presente e não seja membro da Direcção.

Art. 216.º - A Assembleia-Geral será convocada pela Direcção com pelo menos oito dias de antecedência e só poderá funcionar em primeira convocação com a maioria absoluta de sócios, ou, uma hora depois, com qualquer número.

Art. 217.º - As deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria.

Art. 218.º - A Assembleia-Geral aprovará o regimento do Grupo.

## CAPITULO V

### Receitas e despesas associativas

Art. 219.2- Constituem receitas do G.F.C.B.P. as quotas dos sócios, os subsídios de entidades oficiais, os donativos de particulares ou outras entidades, doações, heranças e legados e, ainda, o produto das festas e espectáculos em que a mesma intervém.

Art. 220.2 -Constituem despesas do Grupo todos os gastos inerentes ao funcionamento do mesmo com vista à realização dos seus fins.

## CAPITULO VI

### Disposições Gerais

Art. 221.2- O G.F.C.B.P. durará por tempo indeterminado e extinguir-se-á, além dos casos previstos por lei, por deliberação da Assembleia-Geral dos associados expressamente convocados para o efeito, e, desde que a deliberação obtenha o voto favorável de pelo menos dois terços dos associados.

Art. 222.2 -Por extinção do Grupo os seus bens serão atribuídos à Câmara Municipal de Portalegre, se outra não for legalmente fixada.

Art. 223.2- Os casos omissos serão resolvidos pela Direcção de harmonia com a legislação em vigor ao tempo da deliberação e com o que dispõem os Regulamentos Internos.

*João Baptista Moura Lopes*  
*Alvaro Carlos Curjel da Silva*  
*Francisca Pereira da Silva*  
*Francisca Pereira da Silva*  
*Jose Manuel Baptista Paulo*

# Grupo Folclórico e Cultural da Boavista

1.º Classificado no Concurso de Danças e Cantares do Alto Alentejo em 1971

2.º Prémio na Final do VII Festival de Folclore Nacional no Coliseu dos Recreios em Lisboa em 1969

3.º Programas para a Rádio e Televisão

Tem gravados 3 discos comerciais

Centenas de actuações em Festas, Romarias e Festivais

Detentor de prémios e distinções nacionais e estrangeiras

FUNDADO EM 1967  
PORTALEGRE

TELEFONE N.º 23873

## ADENDA

(Aprovada por unanimidade, em 28 de Janeiro de 1982)

§ único - Artº 7 - Desaparece

§ 1º - A Direcção terá a seguinte composição:

- Presidente
- Tesoureiro
- Secretário
- Vogais ( num mínimo de 3 membros e num máximo de 5 )

§ 2º - O Director artístico fará sempre parte, por inerência, da Direcção e nela desempenhará a função de Secretário.

§ 3º - Dos vogais, um deve pertencer ao grupo dos dançadores e outro aos elementos da tocata.

Artº 12º - A Assembleia-Geral é constituída por todos os associados, embora só tenham direito a voto os sócios contribuintes e os participantes com mais de 18 anos. ( Nova redacção )

Artº 15 - ( Nova redacção ) - A Mesa da Assembleia-Geral terá a seguinte composição:

- Presidente
- Dois secretários

§ 1º - A Mesa da Assembleia-Geral será eleita na reunião ordinária convocada nos termos do Artº 9º dos presentes Estatutos.

§ 2º - As Assembleias-Gerais serão sempre convocadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

(Assembleia-Geral do Grupo Folclórico e Cultural da Boavista,  
Portalegre, em 28 de Janeiro de 1982)